

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Tom Adamenas e Pires

Geograficidade: necessidades, teorias e usos

[versão corrigida]

São Paulo
2019

Tom Adamenas e Pires

Geograficidade: necessidades, teorias e usos

[versão corrigida]

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Geografia

Área de concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues
Martins

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P667g Pires, Tom Adamenas e
Geograficidade: necessidades, teorias e usos /
Tom Adamenas e Pires ; orientador Elvio Rodrigues
Martins. - São Paulo, 2019.
180 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Epistemologia. 3.
Ontologia. I. Martins, Elvio Rodrigues, orient. II.
Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome do aluno: Tom Adamenas e Pires

Data da defesa: 01/08/2019

Nome do Prof. orientador: Elvio Rodrigues Martins

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, 06/08/2019



(Assinatura do orientador)

À Olivia, medida e sentido de todas as coisas...

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Elvio Martins que, desde 2011, com ímpar concisão, reorganiza os sentidos que dou à geografia;

À minha mãe e meu pai – Janina e Paulo –, pelas portas do mundo que escancararam para mim;

A meus irmãos e irmã – Tiê, Ibi e Tui –, assim como à Jana e à Nilda e minhas sobrinhas e sobrinhos, pela confiança e lealdade que não cabem numa odisseia;

À Rosângela, Cida e Fermino, anjos responsáveis por garantir que eu saia (quase) ileso do outro lado dessa dissertação;

Ao Luiz, Fernandas (muitas Fernandas), Paulo, Luiza, Daniel, Du, Yuubi, Glauber, Rodrigo, Amanda, Thiagão, Lucão, Vitinho... não cabem todas e todos nessa brevidade de texto, mas dou um jeito para que caibam no tempo da vida;

Ao Ivan, confuso e adorável camarada de cafés e copos na inteireza destes três anos;

Ao Daniel Geocanábico, pelo pouso incondicionado nos momentos onde São Paulo não era mais tão perto assim;

À Erica Kawakami, uma luz em meus desacertos pedagógicos e que acreditou em mim mais do que eu jamais o fiz;

À Alessandra e ao Arnaldo, camaradagens que apenas a festa e o desespero sabem dar a métrica da importância;

Ao Matisse, irmão sem ser;

Às professoras e professores, de hoje e de sempre, por meu eterno débito;

Aos Ferragutti, pelas sempre deliciosas acolhidas;

À Bia e ao Eduardo, pelos corações generosos e pelas risadas gostosas.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Onde do conceito há maior lacuna,
Palavras surgirão na hora oportuna.

Goethe, *Fausto*

RESUMO

PIRES, T. A. **Geograficidade: necessidades, teorias e usos**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

O objetivo da presente pesquisa é analisar os fundamentos e os desdobramentos das diversas proposições seminais da ideia de *geograficidade* que, ao longo do século XX e início do XXI, surgiram no contexto brasileiro e europeu. Tal recorte centrou-se na perspectiva de que um conjunto restrito de autores deu diferentes interpretações e articulações para o termo em questão, servindo então como embasamento para seu uso pelos demais pesquisadores, geógrafos ou não, nas universidades brasileiras. Partiu-se da exploração teórica de seis autores fundamentais, sistematicamente citados pelos demais pesquisadores. O belga Paul Michotte, primeiro geógrafo a utilizar o termo *geograficidade*, ainda em 1921, articula-o no sentido de justificar, epistemologicamente, o sentido da existência de um objeto que possa ser denominado como propriamente geográfico, i.e., que possua *geograficidade*. Em 1952 o francês Eric Dardel utiliza o mesmo termo, agora para apontar uma característica ontológica da humanidade, qual seja, a geografia enquanto parte fundante do ser do homem. Segue-se e, em 1979, o também francês Yves Lacoste emprega o termo para designar o campo possível de atuação do geógrafo em seu determinado contexto histórico. Momento seguinte, desloca-se a pesquisa para o contexto brasileiro, onde aponta-se a utilização e popularização do termo *geograficidade* por Werther Holzer, no mesmo sentido daquele proposto por Eric Dardel em 1952. Posteriormente é Ruy Moreira quem utilizará o termo, também em um debate que aproxima a geografia da ontologia, mas agora considerando-o como a *condição espacial do homem* ou o *modo espacial da existência do homem*. Enfim, em Elvio Martins encontramos a *geograficidade* igualmente no campo da ontologia, mas agora considerando-a como o *fundamento geográfico do homem*. Observados estes seis universos teóricos, a presente pesquisa se desloca para o objetivo da observação dos modos como estas teses são articuladas pelos demais geógrafos e pesquisadores brasileiros. Para tanto levantou-se a produção bibliográfica de alguns notórios programas de pós-graduação em geografia, selecionados a partir do conceito CAPES, bem como de artigos publicados em periódicos científicos de geografia, selecionadas a partir da classificação Qualis-CAPES. A busca das produções realizou em ambiente virtual on-line a partir da palavra-chave *geograficidade*. Procedeu-se então com a sistematização da bibliografia encontrada, no afã da observação da adequação do sentido proposto pelo pesquisador para o uso da ideia de *geograficidade*, com o(s) autor(es) que fundamenta(m) esta articulação. De um modo geral o que pode ser observado é uma ampla permeabilidade do termo na geografia acadêmica brasileira, mas que ainda encontra profundos desencontros entre os usos propostos para o termo e os fundamentos teóricos que se articulam, apontando para uma ainda existente necessidade de se sistematizar os debates em torno das diferentes ideias de *geograficidade* que circulam, ao que a presente pesquisa espera dar sua parcela de contribuição.

Palavras-chave: geograficidade; ontologia; epistemologia; história do pensamento geográfico.

ABSTRACT

PIRES, T. A. **Geographicity: needs, theories and uses**. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2019.

The aim of the present research is to analyze the foundations and the development of the various seminal propositions of the idea of *geographicity* that, throughout the XX century and beginning of the XXI, appeared in the Brazilian and European context. This approach is centered in the perspective that a restricted set of authors gave different interpretations and articulations for the word at attention, serving as a basis for its use by other researchers, geographers or not, in Brazilian universities. It was based on the theoretical exploration of six fundamental authors, systematically quoted by the other researchers. The Belgian Paul Michotte, the first geographer to use the term *geographicity* in 1921, articulates it in order to justify, epistemologically, the meaning of the existence of an object that can be identified as geographic, i.e., that has *geographicity*. In 1952 the Frenchman Eric Dardel uses the same term to point out an ontological characteristic of humanity, that is, geography as a founding part of the being of man. In 1979 the also Frenchman Yves Lacoste used the term to designate the possible area of inquiry of the geographer in his particular historical context. Next, we move the research to the Brazilian context, where the use and popularization of the term *geographicity* by Werther Holzer, in the same sense as that proposed by Eric Dardel in 1952, is proposed. Subsequently it is Ruy Moreira who will use the term, also in a debate that approximates the geography of ontology, but now considering it as the *spatial condition of man* or the *spatial mode of man's existence*. Finally, in Elvio Martins we find *geographicity* also in the debate about ontology, but now considering it as the *geographical foundation of man*. Once these six theoretical universes were observed, the present research moves towards the objective of observing the ways in which these theses are articulated by other Brazilian geographers and researchers. For this reason the bibliographical production of some notorious postgraduate programs in geography were selected, based on the CAPES concept, as well as articles published in scientific journals selected from the Qualis-CAPES ranking. The search for the productions were carried out in online virtual environment having *geographicity* as keyword. We proceeded to systematize the bibliography found, in an effort to observe the appropriateness of the meaning proposed by the researcher for the use of the idea of *geographicity*, with the author(s) that underlies this articulation. In general, what can be observed is a broad permeability of the term in the Brazilian academic geography, but still finds deep disagreements between the uses proposed for the word and the theoretical foundations that are articulated, pointing to an even existing need to systematize the debates surrounding the different ideas of *geographicity* that circulate, to which the present research hopes to give its share of contribution.

Keywords: geographicity; ontology; epistemology; history of geographic thought.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Estrutura	13
1. GEOGRAFICIDADE: RAÍZES DOS POSICIONAMENTOS	16
1.1 A raiz epistemológica	17
1.2 A raiz ontológica	22
1.3 A raiz histórica	27
2. APORTE BRASILEIRO	34
2.1 Nota de tradução	36
2.2 Geograficidade em Werther Holzer	36
2.2.1 A estruturação das ideias	38
Ontologia regional	39
Dasein	44
Mundo	45
2.2.2 Geograficidade em movimento	47
2.3 Geograficidade em Ruy Moreira	50
2.3.1 Os termos e as questões	51
Espaço	52
Trabalho	53
Mundanidade	58
Sein	65
2.3.2 O sertão é a geograficidade	75
2.4 Geograficidade em Elvio Martins	76
2.4.1 Um mundo de categorias	77
Relação	78
Ordem	82

Movimento	87
2.4.2 O fundamento geográfico do ser.....	90
Geograficidade e alienação.....	93
3. GEOGRAFICIDADE NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE	97
3.1 Questão de método	98
3.2 O universo das teses e dissertações	101
3.2.1 Geograficidade em números entre teses e dissertações	103
3.3 O universo dos artigos.....	109
3.3.1 Geograficidade em números entre artigos.....	110
3.4 Ponto fora da curva	115
3.4.1 Geograficidade em Mariane Biteti	115
3.5 É a geograficidade o que os geógrafos fazem dela?.....	123
CONCLUSÃO	126
<i>CODA</i>	129
BIBLIOGRAFIA	134
APÊNDICE A	140
APÊNDICE B.....	175

INTRODUÇÃO

Este trabalho deriva de pesquisa concluída no limiar de 2014, momento de defesa de meu Trabalho de Graduação Individual. Naquele contexto pesquisava sobre a obra de Eric Dardel, razão pela qual me aproximei do debate que orbita a geograficidade, particularmente a geografia humanista e a fenomenologia. Havia iniciado a pesquisa em função do interesse que desenvolvi pelo autor durante um intercâmbio de graduação junto a universidade Paris-Est Marne-la-Vallée, subúrbio de Paris. Contudo, o desenvolvimento da pesquisa, em especial a partir das obras de suporte e comentadores que apareceram no período, gestou-me um mal-estar relativo à consistência das articulações que eram feitas a partir da ideia de geograficidade, dificultando maior solidez nas afirmações que podiam ser transpostas à análise que era ali realizada. À época foi avaliada a existência de uma lacuna na forma como estavam sendo articuladas as teses existentes sobre geograficidade, bem como uma perene dificuldade na instrumentalização da fenomenologia para o desenvolvimento de pesquisas em geografia. Ainda que mantenhamos ambas as posições hoje, esta dissertação se ocupou essencialmente do primeiro problema.

O que pôde ser observado à época e que ganhou maior consistência durante a redação do projeto de pesquisa que fundamentou este texto, foi a recorrência no cruzamento de referências textuais para justificar uma mesma argumentação ou estruturação de uma ideia de geograficidade, mas que possuíam distâncias teóricas profundas entre si que inviabilizavam o referenciamento proposto. Comuns também os casos onde alguma ideia de geograficidade era articulada, mas sem que nenhum autor fosse relacionado à proposta, aparentando um uso mais recorrente e consolidado do que de fato era. Ademais, a aproximação entre fenomenologia e geografia, central nas investigações de Eric Dardel, não é algo que se faça sem maiores percalços, não apenas por ser forçoso em

muitos casos, dado o caráter de materialidade política que gravita esta ciência, mas pela própria densidade teórica desta literatura filosófica específica, o que parecia levar a conclusões e interpretações apressadas sobre o pensamento dardeliano e sua instrumentalização em novas pesquisas.

O desenvolvimento da presente pesquisa, por outro lado, aprofundou o problema para além da questão da fenomenologia, abrindo um amplo leque de sistematizações sobre geograficidade que, em inúmeros pontos, não se comunicam. Aquilo que a partir de Dardel aparecia como um problema de interpretação e aproximação da geografia com a fenomenologia e o debate ontológico, espalhou para a epistemologia e para a história do pensamento geográfico, ainda décadas antes da publicação de *O homem e a terra*, de Eric Dardel, em 1952. Foi possível identificar um conjunto de seis contribuições teóricas mais enraizadas que discutiam alguma ideia de geograficidade ou a utilizavam de modo original, sendo as três mais antigas advindas de Bélgica e França, e as mais recentes todas brasileiras. Nesse sentido, este trabalho resultou da intenção de explorar os principais desenvolvimentos realizados na estruturação de uma teoria sobre a geograficidade, bem como a forma como estas propostas estão sendo instrumentalizadas nas pesquisas em geografia nas universidades brasileiras.

Considerando a realidade encontrada durante a redação do projeto e início da pesquisa, optamos por estruturar o texto de forma a explorar nos dois primeiros capítulos as teses originais encontradas sobre geograficidade e por fim um sobrevoo sobre a forma como se realiza a incorporação destas teses na produção geográfica acadêmica brasileira. A abertura teórica dos autores centrais encontrados foi realizada de forma analítico-expositiva, buscando elencar os elementos que compunham o cerne temático de nosso interesse, a geograficidade, desse modo foram levantados os textos destes autores que se valeram, em algum momento, do uso deste termo, para que então fosse montado e exposto um quadro unitário, a partir da análise inicial de suas propostas. Somado ao trabalho debruçado sobre estes geógrafos, alguns nomes, principalmente atrelados ao pensamento filosófico – Descartes, Kant, Hegel, Marx, Husserl e Heidegger –, foram explorados no sentido da compreensão das referências feitas a eles pelos geógrafos que arrolamos nesta dissertação.

Estrutura

O primeiro capítulo da dissertação ora em tela divide-se em três partes que buscam dar conta das primeiras articulações conhecidas feitas com o termo *geograficidade*. A primeira delas data de 1921, de autoria do belga Paul Michotte, atualmente considerado o responsável por cunhar – ou flexionar formalmente pela primeira vez – o termo. No contexto de disputa corporativa sobre o papel e o objeto da geografia, ele buscou dar sua contribuição para esta ciência, definindo qual seria o caráter geográfico dos objetos, i.e., qual a sua geograficidade que os tornariam exclusivos da ciência geográfica. Três décadas seguem a primeira aparição do termo geograficidade, até que Eric Dardel fornece sua contribuição em 1952, deslocando-o do debate epistemológico de Michotte para o ontológico, em um diálogo fecundo com a fenomenologia, particularmente a heideggeriana. Tratava-se de resposta que este geógrafo e historiador francês tentava dar para o pragmatismo e, apontava, economicismo da ciência geográfica de sua época. Apresentamos alguns pontos de sua produção na segunda parte do primeiro capítulo, porém outras questões atinentes à aproximação entre geografia e fenomenologia serão abordadas no segundo capítulo, observando sua recepção no Brasil. A última seção do capítulo I aborda o uso que Yves Lacoste faz do termo geograficidade, a partir de seu diálogo com a obra de Paul Vidal de La Blache, em 1979 e posteriormente cristalizado em seu clássico *A geografia – isso serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Naquele contexto de renovação crítica da ciência geográfica, Lacoste aponta para o conjunto teórico de interesse dos geógrafos contemporâneos, chamando a este conjunto de geograficidade, ou seja, os objetos, ideias e pesquisas consideradas pertinentes a esta ciência em um dado momento da história.

Deslocamos o núcleo acadêmico para o Brasil no segundo capítulo deste trabalho. São analisadas as propostas para a geograficidade de três ex-orientandos de Armando Corrêa da Silva: Werther Holzer, Ruy Moreira e Elvio Martins. A aterrissagem dos debates em torno da geograficidade nas universidades brasileiras se deu, essencialmente, no contexto do debate ontológico em geografia, ao menos no que diz respeito às formulações mais bem acabadas, que aqui exploramos.

O primeiro autor analisado no segundo capítulo é Werther Holzer. Este geógrafo fluminense é o maior responsável pela importação das ideias de Eric Dardel no Brasil.

Ainda em 1992 ele explora em sua dissertação de mestrado alguns dos pensamentos do geógrafo francês, avançando com o trabalho em seu doutorado, defendido em 1998, sendo ainda o tradutor de seu livro *O homem e a terra*, para o português, em 2011, momento de consolidação definitiva de suas ideias nas universidades brasileiras. Atrélado aos encaminhamentos que Holze propõe ao termo, foram exploradas em maior profundidade algumas aproximações possíveis entre geografia e fenomenologia, inicialmente realizadas por Dardel. A seção seguinte explora o desenvolvido por Ruy Moreira em torno da ideia de geograficidade a partir de proposições que se constroem desde meados da década de 1990, sempre em torno do debate ontológico, mas em seu caso em aproximações mais perenes com a obra de Karl Marx, vinculando a ideia de geograficidade a um modo de ser dos indivíduos a partir de seu contexto espacial. Também são exploradas, na obra de Moreira, algumas ideias de Martin Heidegger e de Hegel, em um esforço de melhor cercar e fundamentar aquilo que o geógrafo propõe. Fechando o segundo capítulo e também se vinculando ao debate ontológico em aproximação com a obra marxiana, exploramos o desenvolvido por Elvio Martins sobre a geograficidade. Assim como nos dois geógrafos brasileiros anteriores, apontamentos sobre Heidegger são necessários para melhor estruturar sua proposta, porém também com aportes da obra de Immanuel Kant e René Descartes. Convenientemente em meio ao desenvolvimento da presente pesquisa, em 2017, Martins defendeu sua tese de livre-docência, a qual pudemos explorar e que foi decisiva no encaminhamento dado à redação da seção que trata de sua obra.

O capítulo final, por sua vez, da conta de um sobrevoo por um fragmento da produção acadêmica brasileira que utilizou, em alguma escala, o termo geograficidade. Foram pinçadas teses, dissertações e artigos dos principais¹ programas de pós-graduação em geografia e revistas da área. Foi criada uma tabela arrolando a totalidade dos trabalhos avaliados (APÊNDICES A e B) que nos auxiliou na análise quantitativa deste universo de pesquisas, bem como na sistematização das impressões qualitativas sobre as mesmas – filiação teórica, citações, linha de pesquisa etc. É deste sobrevoo que deriva a avaliação final sobre o estado da arte dos usos do termo geograficidade na pesquisa acadêmica em geografia no Brasil, que em larga medida confirmou o engajamento inicial desta pesquisa,

¹ Estabelecemos como critério final os programas de pós-graduação com avaliação Capes 6 e 7 (Proex) e revistas avaliadas com conceitos A1, A2 e B1. Apesar de poder ser considerado um critério aleatório – e nós o consideramos sem dúvidas insuficiente –, foi o necessário para não tornar o levantamento bibliográfico maior do que o viável para o desenrolar de uma pesquisa do porte desta.

porém com novos elementos agregados à hipótese de partida. Por fim, no contexto de análise da produção acadêmica derivada em alguma medida das proposições originais sobre geograficidade, traçamos uma breve análise sobre a proposta de Mariane Biteti para a geograficidade, estruturada em sua tese de doutorado a partir do ferramental de Jean-Paul Sartre em seu *O ser e o nada*, posicionando de modo original o termo no pensamento ontológico geográfico, ainda que em intenso diálogo com as obras de Eric Dardel, Ruy Moreira e Elvio Martins.

1. GEOGRAFICIDADE: RAÍZES DOS POSICIONAMENTOS

Não raro encontramos associada a Eric Dardel a referência ao termo *geograficidade*. Essa associação recorrente pode parecer indicar como sendo sua a autoria do termo (*géographicité*), ainda em 1952, com a publicação de seu livro *O homem e a terra*. Apesar desta afirmação não estar de todo equivocada no que diz respeito a seu *uso* no âmbito do debate ontológico em geografia, a aparição do termo deu-se antecipada em três décadas, no esteio de uma distinta problemática da ciência geográfica, bem como possui um caráter ramificado, renascendo em suas acepções em diversos outros momentos.

Buscaremos, nas páginas seguintes, trilhar um breve percurso histórico e teórico das discussões que tangenciam a ideia de *geograficidade* e que irão fundamentar o aporte central de nosso trabalho: a permeabilidade do termo *geograficidade* na ciência geográfica desenvolvida no Brasil. De modo geral, estruturamos assim esse percurso: 1) o surgimento do termo e a abordagem epistemológica proposta por Michotte, atentando à atuação do geógrafo e seu objeto; 2) a proposição ontológica dada ao termo por Dardel, visando uma abordagem existencialista em geografia e 3) o sentido de contextualização histórica que Lacoste emprega ao fazer geográfico em um momento de renovação crítica desta ciência.

Sobre o aspecto lexical tangente ao termo em discussão, indicamos o trabalho de José Vandério Cirqueira Pinto², do qual extraímos uma síntese do abordado:

Geograficidade deriva do vocábulo *geográfico*, se enquadrando no grupo de substantivos que são formados a partir de adjetivos. De acordo com Cunha e Cintra, na Nova Gramática do Português Contemporâneo, “os substantivos derivados, geralmente nomes abstratos, indicam qualidade, propriedade, estado ou modo de ser”. *Geograficidade* advém da junção do termo geográfico com o sufixo *-dade*. Laudelino Freire, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, mostra que *-dade* provém do sufixo

² Cf. J. V. C. Pinto, *Geograficidade libertária em Élisée Reclus*, 2015.

latino *-tatem*, sendo um elemento de composição que forma substantivos femininos abstratos que indicam: qualidade, características, essência (dignidade, castidade); ideia de ação realizada, efeito, ato (crueldade); coleção (mortandade, cristandade).

O sufixo *-ité*, na língua francesa, corresponde ao sufixo *-dade*, na língua portuguesa. Então, *géographicité* equivale à *geograficidade*.³

Qualidade, características, essência, ideia de ação realizada, efeito, ato, coleção... todas estas indicações podem, em algum momento, ser atribuídas à ideia de geograficidade. Como veremos ao longo deste trabalho, não há uma necessária linearidade quanto aos significados empregados ao termo, ainda que sempre associados ao que reconhecemos hoje como discussões sobre “teoria e método” na ciência geográfica. Cada autor aqui recolhido encontrou, a seu tempo, um encaixe diferente para a discussão. Trabalhemos, inicialmente, com o que identificamos sendo os debates epistemológico, ontológico e histórico atrelados à geograficidade.

1.1 A raiz epistemológica

Entre os *fatós de superfície*, há alguns que escapam ao determinismo rígido que o princípio de conectividade supõe, caso encontrado notadamente na geografia humana – a isso teremos de voltar posteriormente. O geógrafo pode, portanto, tomar uma das três seguintes posições: negar a “geograficidade” desses fatos – algo notável, nenhum geógrafo jamais adotou esse modo de ver; ou então forçar as leis naturais, forjar todo tipo de relações que não existem, concluindo a partir das influências possíveis as influências reais. (...) Enfim, o geógrafo pode ainda, na hipótese aqui em questão, abandonar o princípio de conectividade e evocar, sem qualquer motivo legítimo, algum outro critério.⁴

O que é essa *geograficidade dos fatos*, que nenhum geógrafo até então negou? Essa é a questão que o geógrafo belga Paul Michotte se coloca em 1921 e, até onde se sabe⁵, com o inédito uso do termo que servirá como pedra-de-toque ao trabalho que temos ora em tela. Pondo-se este problema no coração de um contexto de renovação da ciência

³ Ibidem, p. 241. [grifos do autor].

⁴ P. Michotte, *L'orientation nouvelle em Géographie*, 1921, pp. 13-14. [tradução nossa].

⁵ J.-M. Besse, *Remarques sur la géographicité*, 2009, p. 286; M.-C. Robic, *Géographicité*, 2004, p. 2.

geográfica – ou, segundo ele mesmo, de “ressurreição” da ciência geográfica belga e francófona⁶ – Michotte procura dar seu próprio acabamento sobre o que entende ser o objeto particular desta disciplina, um objeto “que a geografia possa legitimamente reivindicar para si mesma sem ser acusada de roubo”⁷, um objeto que se possa declarar indiscutivelmente carregado de uma geograficidade.

No contexto da publicação do artigo, Michotte reconhece que a geografia, dentro de seu processo de desenvolvimento teórico, ainda possui lacunas epistemológicas expressivas. De acordo com sua leitura, as demais ciências já possuíam métodos próprios razoavelmente estáveis e, quando necessário, realizavam debates internos capazes de rearranjar a própria disciplina. A ciência geográfica e os geógrafos, por sua vez, raramente punham em pauta esses temas, inviabilizando uma maior solidez na definição de um objeto. O que ele enxerga, porém, é um reconhecimento antigo por parte dos geógrafos, mais ou menos generalizado, da geografia como uma ciência de síntese, algo como uma “ciência geral da Terra”, definição da qual ele discorda inteiramente. Michotte aponta o *Cosmos*, de Alexander von Humboldt, publicado entre 1845 (tomo I) e 1857 (tomo IV), como a obra mais bem acabada dessa geografia enquanto ciência de síntese. Será, contudo, a partir de Richthofen em sua aula inaugural na Universidade de Leipzig, em 1883, que uma noção mais “restritiva” do objeto da geografia se firmará, a partir da ideia de que os geógrafos possuem como campo de pesquisa os “fenômenos de superfície do globo”⁸. O que se põe como problema aqui é uma definição demasiado ampla do domínio dessa ciência. Como estabelecer uma síntese de um campo tão vasto de objetos sem se limitar a um saber enciclopédico? No sentido de entender as respostas que estavam sendo dadas, Michotte aponta um recorte usual no objeto que se estabelece a partir da definição de Richthofen: os que estudam os fenômenos *entre-si* e os que os estudam *em-si*.

Aquilo que estamos apontando como o entre-si dos fenômenos é o que Michotte indica como a análise da interdependência dos fenômenos: “Para a grande maioria dos geógrafos, o trabalho geográfico consiste em considerar os fenômenos terrestres não por eles mesmos, mas em suas recíprocas dependências”⁹, ou seja olhar geograficamente para o mundo e responder academicamente a isso é, essencialmente, estabelecer princípios de

⁶ P. Michotte, *L'orientation nouvelle em Géographie*, 1921, p. 05.

⁷ Ibidem, p. 17. [tradução nossa].

⁸ Ibidem, p. 07.

⁹ Ibidem, p. 11. [tradução nossa].

conexão entre os diversos fatos. Essa linha de atuação, segundo Michotte, é a que Jean Brunhes aponta como a que deve conduzir todos os trabalhos dentro da geografia. Sobre o princípio de conexão como o elemento que distingue a geografia das demais ciências, duas críticas são colocadas no artigo. A primeira aponta a noção de conectividade como não exclusiva da geografia, mas também da botânica, por exemplo, que pensa as relações do desenvolvimento fisiológico vegetal com o meio em que se desenvolve. A segunda crítica retoma a citação inicial desta seção do trabalho, ao pontuar que não se pode ter o princípio de conectividade como o definidor do domínio da geografia sem “pecar, seja por falta, seja por excesso”, principalmente ao se considerar a geografia humana. Em se tratando desta, fatos de superfície podem apresentar problemas analíticos ou de conectividade, por assim dizer. Podemos pensar, por exemplo, na forma dos telhados: ou nega-se sua relevância e/ou possibilidade enquanto objeto da geografia, ou seja, sua geograficidade – coisa que, segundo Michotte, nenhum geógrafo jamais o fez, i.e. negar um fato de superfície enquanto relevante geograficamente; ou faz-se uma correlação determinista sobre ele, estabelecendo uma conexão forçada entre as *possibilidades* de relação entre os fatos humanos e os fatos da natureza, transformando-as em leis gerais; ou ainda negar completamente o princípio de conectividade e aceitar os telhados como objetos possíveis da geografia simplesmente por serem coisas presentes na superfície terrestre, portanto fatos de superfície. Nenhuma dessas opções é, para Michotte, uma opção.

À análise *em-si* dos fatos de superfície, o geógrafo belga aponta o problema de restringi-la a um único critério de identificação do objeto da geografia, estabelecendo-o não como algo a ser apontado no mundo, mas definido a partir do método de pesquisa. O que Michotte sugere é que há um expressivo número de pesquisadores que reconhece como *objetivo da prática* do geógrafo o estabelecimento de um método para *determinar a extensão dos fenômenos de superfície*¹⁰, indicando uma circunscrição do objeto da ciência mediante o fazer do cientista, ao que nos chama à atenção o comentário de Martins sobre as fronteiras entre a ciência geográfica e suas práticas:

A ciência, assim, mediante seus procedimentos metodológicos estrutura-se em diferentes teorias interpretativas, construindo um arcabouço conceitual e definindo suas principais categorias. A ciência geográfica,

¹⁰ Ibidem, p. 15.

portanto, são atos de teoria na prática, de práticas teóricas e no limite representa até mesmo sua institucionalização. A ciência geográfica, quem a faz e a identifica, em diferentes contextos, são os geógrafos. Mas se a prática identifica a disciplina, o que identifica o fundamento dessa disciplina não está na prática. A prática pode muitas vezes se distanciar desse fundamento que consagra a disciplina. E esse fundamento está presente na constituição da realidade, e não necessariamente nas práticas profissionais.¹¹

Há nessa questão uma profunda desestabilização entre as ideias de objeto, objetivo, método, prática e paradigma. Thomas Kuhn apontara este possível curto circuito ao dizer que

A falta de uma interpretação padronizada ou de uma redução a regras que goze de unanimidade não impede que um paradigma oriente a pesquisa. A ciência normal pode ser parcialmente determinada através da inspeção direta dos paradigmas. Esse processo é frequentemente auxiliado pela formulação de regras e suposições, mas não depende dela. Na verdade, a existência de um paradigma nem mesmo precisa implicar a existência de qualquer conjunto completo de regras.¹²

Todo o aqui levantado aponta a um processo bastante individualizado de definição e atuação científica, o que para Michotte aprofunda ainda mais a ciência geográfica em suas querelas de indeterminação epistemológica. Pior, apontar a determinação de uma extensão de um fato de superfície como objetivo da geografia seria reduzi-la a uma ciência que tem como prática a aplicação da indução. Ainda que parte essencial do que será entendido como ciência geográfica, também não está aqui sua definição, tampouco seu objeto.

No caminho de entender a geograficidade dos fatos de superfície, i.e., o que deles se põe como circunscrito aos interesses exclusivos da ciência geográfica, Michotte faz uma aproximação direta a Hettner, de quem extrai a seguinte sistematização:

As ciências de observação, segundo sua classificação habitual, se ordenam em três categorias:

¹¹ E. Martins, *Ontologia e geografia*, 2007, p. 38.

¹² T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, 2013, p. 117.

- a) “As ciências sistemáticas”, referem-se àquelas que estudam as “coisas”, se podemos dizer assim, sob pontos de vista que podem ser os mais diversos; a botânica, por exemplo, é uma ciência sistemática;
- b) “As ciências cronológicas”, referem-se àquelas que consideram a sucessão dos eventos no tempo, por exemplo a geologia.
- c) “As ciências corológicas”, referem-se àquelas que possuem por objeto o espaço e suas subdivisões conjuntamente a seus aspectos distintivos, por exemplo a geografia.¹³

Duas afirmações importantes aqui: a geografia é uma ciência de observação e, dentro desse grupo, uma ciência corológica. Primeiramente, por ter como princípio aquilo que compõe a observação, portanto o que é “visível”, encontramos em Hartshorne a afirmação de que nesse caso “as *ideias* que as pessoas têm sobre as casas são de importância secundária, necessárias unicamente para interpretar o porquê de determinadas formas de casas serem encontradas”¹⁴, indicando a indisposição do geógrafo belga em incorporar elementos culturais subjetivos à formalização teórica do objeto da ciência geográfica. Ainda segundo Michotte, “se a geografia é realmente uma ciência corológica, seu objeto não pode ser outra coisa senão necessariamente material”¹⁵. De modo seguro, Michotte atém-se ainda aos fatos de superfície, restando ter de transformá-los em fatos geográficos, ou vê-los em sua geograficidade. O que se indicou até aqui é que os fatos de superfície não são, em si mesmos, necessariamente geográficos. Para sê-los, porém, “devem ser estudados em geografia por sua frequência e repetição na paisagem, imprimindo-lhe características distintivas que não poderão escapar aos olhos do geógrafo”¹⁶. Há um objeto selecionado, que são os fatos de superfície, mas que apenas se tornam objeto científico de fato mediante um método.

Mas o objeto próprio da geografia deve consistir em “delimitar” e “descrever” os diversos “espaços terrestres” caracterizados por um modo de povoamento, por um tipo de habitação, etc... e posteriormente, encerrado esse trabalho preliminar, pesquisar as causas, o porquê dessas diferenças regionais.¹⁷

¹³ P. Michotte, *L'orientation nouvelle em Géographie*, 1921, p. 22. [tradução nossa].

¹⁴ R. Hartshorne, *The nature of geography*, 1949, p. 233. [grifo do autor]. [tradução nossa].

¹⁵ P. Michotte, *L'orientation nouvelle em Géographie*, 1921, p. 43. [tradução nossa].

¹⁶ Ibidem, p. 30. [tradução nossa].

¹⁷ Ibidem, p. 29. [tradução nossa].

Essa conclusão unifica a geografia em seu método e objeto, apontando para uma não dualidade disciplinar no pensamento de Michotte, para quem as geografias humana e física se consolidam enquanto ciência através da identificação, mediante um método, da geograficidade presente nos fatos de superfície.

Nos resume Besse essa primeira aparição do termo geograficidade:

1/ ele concerne à determinação disso que pode ser chamado “geográfico”, designado especificamente como tal; 2/ no caso de Michotte essa determinação toma forma de pesquisa em um campo da objetividade, ou seja em um conjunto distinto de fenômenos, aos quais a geografia, como ciência, irá se ocupar; 3/ a noção de “geograficidade” é associada a uma reflexão epistemológica a qual a intenção essencial é identificar a geografia entre as demais ciências graças a formulação de um campo de objetos dos quais ela se ocupa.¹⁸

Apesar da questão sobre a identificação do objeto particular à geografia e a discussão epistemológica daí suscitada não serem novas neste momento – encontramos nitidamente desde Kant e em obras de geógrafos como Reclus, Ritter, Hettner, Humboldt, Ratzel etc... –, apontar a geograficidade como síntese dessa resposta foi concretamente algo de novo. A entrada de termos, conceitos ou categorias novas no seio de um debate não é fruto de mera aleatoriedade, mas a demarcação de uma posição que se busca efetivar¹⁹. Neste caso, de uma ciência que procura sua consolidação; de uma disciplina que procura os pressupostos para que possa construir “novos enunciados”²⁰.

1.2 A raiz ontológica

É publicado na Paris de 1952, pela editora Armand Colin, o livro *O habitat*, de Max. Sorre. Esse título, que “relaciona a organização do habitat com o gênero de vida, analisa os tipos de habitat (rural e urbano), desde suas formas mais simples (o agrupamento nômade) até as mais complexas (como a metrópole industrial)”²¹, coroa com o 3º tomo/4º volume, sua obra *Os fundamentos da geografia humana*. Impressos em um momento onde

¹⁸ J.-M. Besse, *Remarques sur la géographicité*, 2009, p. 286. [tradução nossa].

¹⁹ Cf. T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, São Paulo : Perspectiva, 2013.

²⁰ M. Foucault, *A ordem do discurso*, 2014, p. 29.

²¹ A. C. R. Moraes, *Geografia...*, 1981.

o pensamento de La Blache fazia intenso eco na ciência geográfica, particularmente a francesa, os 3 tomos de Sorre estabelecem pontes de diálogo com a sociologia e a economia política, em consonância com outros geógrafos da época, como Demangeon, Jean Brunhes e Pierre George²². Raffestin aponta que o paradigma para esses geógrafos estava centrado no contexto de pós-guerra, “da reconstrução, da recuperação econômica e do desejo pela modernidade”²³, onde o primado planejador da economia, diversas vezes economicista, “deslocou a relação homem-terra”²⁴ em seus trabalhos; um engajamento proposicional atravessava esse grupo e deu a tônica do material produzido pela *geografia ativa*²⁵.

É também na Paris de 1952, desta vez sob responsabilidade da Presses Universitaires de France, que é publicado o livro *O Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica*, de Eric Dardel. Entretanto, apesar do forte eco gerado por esta obra na geografia produzida a partir da década de 1970, particularmente na América anglo-saxônica, sua publicação foi, à época, eclipsada²⁶, e a este fato nos endereçaremos brevemente. É Raffestin quem faz um primeiro esforço de compreensão do hiato existente entre a publicação do livro de Dardel e sua aceitação, quando escreve o artigo *Pourquoi n'avons-nous pas lu Eric Dardel ?*, em 1987, e se coloca, em tom bastante elogioso, categórico: “O drama de Dardel foi o de estar à frente do paradigma de seus contemporâneos”²⁷. Paradigma partilhado pelos geógrafos francófonos já citados e que buscava, bem ou mal, dar conta do contexto histórico-geográfico que atravessava a França, a Europa e parte do mundo. Esta colocação sobre o caráter *avant-garde* dardeliano, partilhada por diversos pesquisadores²⁸, alinhados ou não à geografia humanista, não se faz sem propósito.

Marandola Jr. & Dal Gallo, através da leitura do artigo de Raffestin, estabelecem três indicações sobre as origens desse apagamento inicial da obra de Dardel: “(1) a linguagem poética de Dardel, (2) a conjuntura histórica e (3) a renovação da ciência geográfica”²⁹. Estas três indicações, contudo, caminham juntas se queremos entender o

²² B. V. Pedrosa, *Entre as ruínas do muro*, 2013, passim.

²³ C. Raffestin, *Porquoi n'avons-nous pas lu Eric Dardel ?*, 1987, p. 472. [tradução nossa].

²⁴ Ibidem, p. 472. [tradução nossa].

²⁵ R. Moreira, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 21.

²⁶ W. Holzer, *A geografia humanista anglo-saxônica*, 1993, p. 114.

²⁷ C. Raffestin, op. cit., p. 473. [tradução nossa].

²⁸ J.-M. Besse, *Geografia e existência...*, 2011; W. Holzer, *A geografia humanista anglo-saxônica*, 1993; E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015.

²⁹ E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015, p. 178.

descolamento deste nosso autor do paradigma de seus contemporâneos. Posto que já tratamos do contexto histórico e da forma pragmática que guiava a atuação dos geógrafos da época, avancemos ao que concerne o pensamento e “estilo” próprios de Dardel, situando-o enfim no contexto de nosso trabalho. Não pretendemos, no entanto, avançar em uma análise sistemática da obra do autor, intento já realizado com acurácia por diversos pesquisadores, em diferentes momentos³⁰. Centraremos nossa atenção em expor os elementos que indicam seu descolamento histórico e o que ficou entendido como vanguardismo na relação entre geografia e ontologia³¹.

Com uma formação que incorporou tanto estudos em geografia como em história³², Dardel teve como referência autores como De Martonne, La Blache, Philippe Arbos e Lucien Febvre³³. O que se observa n’*O Homem e a Terra*, por outro lado, é uma presença sistemática da influência de filósofos, poetas e romancistas seja no pensamento, seja na escrita de nosso autor em questão. Bachelard, Merleau-Ponty, Ortega y Gasset, Heidegger, Goethe, Hölderlin, Lévinas e Novalis são citados com maior frequência do que geógrafos e historiadores. Raffestin indica que essa predileção de Dardel por autores fora do círculo estrito de sua formação o “fizeram vítima de sua ‘rica e bela escrita’, que mascarou a novidade de seu pensamento e a originalidade de suas intuições”; e acusa: “as ciências humanas não estão mais habituadas ao prazer da leitura!”³⁴. Antes que se soubesse qual a estrutura e conteúdo daquilo que pensara, fora ignorado pela forma de sua escrita, invariavelmente tida como poética. Esse apontamento de Raffestin, ecoado pelos autores alinhados ao pensamento dardeliano, talvez devesse ser objeto de um algo a mais de investigação por soar mais como intuição do que fato, mas sem dúvida não deve ser olhado

³⁰ J.-M. Besse, *Ver a Terra*, 2006; W. Holzer, *A influência de Eric Dardel...*, 2010; E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015; C. Raffestin, *Porquoi n’avons-nous pas lu Éric Dardel ?*, 1987.

³¹ Apesar de certo consenso que permeia a produção geográfica acerca do debate sobre a importância de Dardel na relação entre ciência geográfica e ontologia – particularmente a fenomenológica –, J. V. C. Pinto advoga a antecipação de Reclus a esta questão, ainda que não mediante o uso do termo geograficidade: “Vale lembrar que Reclus nunca utilizou explicitamente o conceito geograficidade. [...] A geograficidade presente no pensamento reclusiano se expressa através do enlace entre o homem/mulher e a Terra, suas interações, condicionamentos e transformações, abordados em sua magnitude como elementos centrais da forma de refletir acerca do saber geográfico. Ela é vista como o modo de existência do humano sobre o meio. Além de suas duas maiores obras abordarem no tema a relação entre a Terra e o homem, na obra *La Terre*, é discutido, também, a profunda integração entre o ser humano e o planeta que ele vive, com toda sua diversidade de acidentes geográficos e de outros seres vivos” (J. V. C. Pinto, *Geograficidade...*, 2015, p. 243).

³² P. Pinchemel, *Biografia de Eric Dardel*, 2011, p. 156.

³³ C. Raffestin, *Porquoi n’avons-nous pas lu Éric Dardel ?*, 1987, p. 472.

³⁴ *Ibidem*, p. 472. [tradução nossa].

em separado do contexto de sua publicação, tendo em vista a distância paradigmática do conteúdo de seu livro com o de seus pares à época. Sobre o que se pode considerar como sendo o pensamento próprio de Dardel – e que o afasta de seus contemporâneos – nos ateremos à categoria que catalisa suas ideias e que é nosso objeto eleito para esta dissertação: a geograficidade.

Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino.³⁵

Este trecho de *O Homem e a Terra*, logo seu segundo parágrafo, já demarca o âmbito da proposta de Eric Dardel, centrando-a mais em uma perspectiva filosófica e existencialista do que se reconheceria como sendo concernente à ciência geográfica, especialmente a da época. A relação homem-terra apontada aqui não diz respeito imediato aquilo que se entende por produção, localização e distribuição dos objetos, por transformação material da natureza através do trabalho, mas sim ao aspecto afetivo e subjetivo que atravessa a existência humana em sua condição terrestre. O uso dos termos “vontade”, “inquietude” e “amor” deslocam a geografia do planejamento em direção à ontologia, pois falam daquilo que constitui a potência de agir dos indivíduos antes de falar daquilo que se produzirá. Jean-Marc Besse aponta a geograficidade dardeliana como opondo-se à objetividade científica por buscar dar conta dos “aspectos fenomenológicos da presença humana no mundo”³⁶. Tornou-se também fato notório o reconhecimento de Dardel como o responsável pela aproximação da geografia não só à filosofia, mas também à arte, sendo esta ponte estabelecida principalmente pela influência da fenomenologia, particularmente a heideggeriana, em seu pensamento³⁷.

³⁵ E. Dardel, *O homem e a terra*, 2011, pp. 01-02.

³⁶ J.-M. Besse, *Remarques sur la géographicité*, 2009, p. 288.

³⁷ E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015, passim.

O descolamento paradigmático dardeliano, ao opor-se abertamente ao fazer geográfico – e científico em geral – de sua época, busca costurar aspectos afastados pelo pragmatismo modernista que dominava a produção teórica de então. A proposta de geograficidade articulada pelo geógrafo francês realoca o ser humano em sua relação com a terra, retirando-a do binarismo sujeito-objeto e a institui na interdependência³⁸, em uma “relação concreta”. “A realidade geográfica está fundada já na experiência humana de *ser-com*”³⁹, indicam Marandola Jr. & Dal Gallo sobre o sentido co-dependente do ser humano e da terra na gênese da geografia tal qual Dardel a propõe.

Terra é apelo ou confiança, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob a noção. Medo, admiração, simpatia, participamos ainda, por mais modernos que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, do ritmo do mundo circundante. Entre o Homem e a Terra permanece e continua uma espécie de cumplicidade no ser.⁴⁰

Há nessa perspectiva um referenciamento a estruturas afetivas na relação homem-terra em questão que são desenvolvidas anteriormente à modernidade, indicando um campo de experiências humanas que está condicionado a esse momento originário da humanidade, pré-cognitivo, do qual as ciências modernas são debitárias, mas não capazes de dar conta com as estruturas teóricas e metodológicas que tem ao seu dispor⁴¹. É a esta tarefa que a fenomenologia de Husserl ou a de Heidegger se proporia a operar. Sobre essa virada teórica na geografia, Marandola Jr. & Dal Gallo apontam:

O encadeamento entre geografia e fenomenologia de Dardel implica em realizar uma fenomenologia que compreenda a realidade geográfica ou o espaço geográfico pelas vias da experiência, mas não qualquer experiência, e sim aquela que vigora no âmbito pré-reflexivo, que é originária: uma experiência imediata dos fenômenos. Reconhecer esse caminho é, para Dardel, realizar a geografia verdadeiramente, no sentido de colocar o ser na verdade, na própria possibilidade do desvelamento do ser naquilo que ele é e como é: geográfico. A geografia traz o homem pra o seu ser-para-

³⁸ Ibidem, p. 184.

³⁹ Ibidem, p. 184. [grifo nosso].

⁴⁰ E. Dardel, *O homem e a terra*, 2011, p. 6.

⁴¹ Cf. subseção *Ontologia regional*, na seção 2.2.1 deste trabalho.

a-verdade. A geografa chama o homem a cumprir seu destino de vigília, de pastorear o ser, aquele que tem por vocação (inesquecível) ouvir aos apelos da terra.⁴²

Trata-se da “relação concreta” indicada em *O Homem e a Terra*, aquela permeada por afetividade, e que permitiria ao ser humano envolver-se verdadeiramente com sua subjetividade. Besse indica como resultante do binarismo relacional dardeliano a noção de mundo, sendo este uma porta de entrada no reconhecimento da influência do pensamento de Heidegger. O mundo, antes de ser “o conjunto de objetos e de seres existentes [...] é relativo ao Dasein”⁴³. Esta discussão sobre mundo em Heidegger, central na aproximação dardeliana entre fenomenologia e geografia, será desenvolvida em maior profundidade no segundo capítulo desta dissertação⁴⁴ quando abordarmos a recepção desse posicionamento teórico em geografia no Brasil⁴⁵. Interessa-nos mais nesse momento apenas apontar o atravessamento definitivo da questão ontológica que passa a vigorar na ciência geográfica, deixando o aprofundamento do debate teórico para um momento posterior.

Heidegger, ao opor-se/avançar sobre a obra de Husserl, trata da questão ontológica como uma possível resposta sobre o que é a ciência e sobre como conhecer o mundo. Dardel, valendo-se das ferramentas fenomenológicas husserlianas e heideggerianas, aplica essa problemática à geografia, buscando desvelar o sentido humano desta ciência e formaliza seu encaminhamento através da categoria geograficidade, expressão da relação entre humanidade e terra sob seu aspecto essencial, ontológico.

1.3 A raiz histórica

“Ainda que não seja muito bonito, eu proponho esse termo ‘geograficidade’ (*géographicité*) em simetria aquele de ‘historicidade’”⁴⁶, escreveu Yves Lacoste em artigo de 1979, publicado no número 16 da revista *Hérodote*. É a terceira vez que o termo aparece no decorrer da história do pensamento geográfico e, novamente, em sentido

⁴² E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015, p. 184.

⁴³ J.-M. Besse, *Geografia e existência...*, 2011, p. 115.

⁴⁴ Cf. parte 2.2 desta dissertação: Geograficidade em Werther Holzer.

⁴⁵ Nos limitaremos aqui a indicar alguns trabalhos que já discutiram de maneira mais exaustiva a relação entre o trabalho de Eric Dardel e a filosofia de Martin Heidegger: Cf. J.-M. Besse, *Ver a Terra*, 2006 e *Geografia e existência*, 2011; E. Marandola Jr. & P. M. Dal Gallo, *O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel*, 2015.

⁴⁶ Y. Lacoste, *À bas Vidal... Viva Vidal!*, 1979, p. 69. [tradução nossa].

distinto daqueles que o precederam. Trata-se, em verdade, de artigo que surge como um acerto de contas de Lacoste consigo mesmo. Havia publicado, em 1976, a primeira edição de *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, onde tece longa crítica aquilo que vinha sendo considerado, dentro dos círculos universitários, como propriamente “geográfico”, digno de ser analisado por este campo do saber. Essa crítica surge nomeada: Vidal de La Blache. Foi ele, argumenta, quem estruturou as condições que permitirão a geografia universitária francesa “rejeitar, desde seus primeiros passos, esses problemas [os da geopolítica], para se afirmar como ciência, como se evocá-los significasse correr o risco de desacreditá-la como ciência”⁴⁷. Tentemos cercar melhor essa afirmação.

Lacoste lembra que, durante o século XIX, a geografia acadêmica possuía um leque bastante amplo de atuação e de assuntos que permeavam suas teses: Humboldt escrevera, em 1811, ensaios políticos sobre Nova Granada e Cuba; Ratzel “impunha a antropogeografia e a geografia política”⁴⁸ nos idos das décadas de 1880 e 1890⁴⁹; O anarquista Reclus colocava-se incontornável à história do pensamento geográfico com sua *Nouvelle géographie universelle*, composta por 19 volumes, publicados entre 1875 e 1892, além de *La Terre* (1869) e *L’homme e la Terre* (1905)⁵⁰. Todos estes trabalhos consideravam, no âmbito de suas análises, aspectos políticos além daqueles de caráter estritamente “físico” ou demográfico. Fato este, segundo Lacoste, à época “nada tinha de extraordinário”⁵¹, posto ser este o campo de atuação dos geógrafos. Em 1903, porém, é publicado o *Tableau géographique de la France* (1905), onde La Blache estabelece para “a quase totalidade dos membros da corporação [acadêmico geográfica] o modelo de descrição da geografia regional”⁵². Trava-se das conexões entre as geografias “humana” e “física”, donde elementos como o Estado, a geopolítica, o rural e o urbano são postos em grave segundo plano, estabelecendo enfim a geografia como uma “ciência dos lugares, não dos homens”.

(...) a partir de Vidal de La Blache, fundador da escola geográfica francesa, e a partir do *Quadro de geografia da França* (1905), imediatamente

⁴⁷ Idem, *A geografia – isso serve...*, 2012, p. 108.

⁴⁸ Ibidem, p. 108.

⁴⁹ A. C. R. Moraes, *Ratzel*, 1990, p. 29.

⁵⁰ M. C. de Andrade, *Élisée Reclus*, 1985, p. 34.

⁵¹ Y. Lacoste, *A geografia – isso serve...*, 2012, p. 108.

⁵² Y. Lacoste, *À bas Vidal... Viva Vidal !*, 1979, p. 68. [tradução nossa].

considerado como um modelo de descrição e de raciocínio geográficos, o discurso dos geógrafos universitários (é o que desde então, se chama “geografia”) vai excluir toda referência ao político e mesmo a tudo aquilo que faz pensar nisso – a ponto de terem sido “esquecidas”, durante muitos decênios, as cidades e a indústria.⁵³

O que se tem com La Blache é um retrocesso, pontua Lacoste, pois uma redução daquilo que se colocava como a totalidade do campo de atuação do geógrafo. É esta sua posição em 1976: o modelo “vidaliano” reduziu a geografia em suas possibilidades, reduzindo-a ao limitado contexto das descrições regionais não politizadas, i.e., que não consideram as disputas políticas na conformação das estruturas geográficas do mundo. Passa-se, contudo, que três anos após a publicação de seu cânone um artigo reestrutura seu argumento primordial, revendo se não a realidade da geografia acadêmica do período analisado, o papel de La Blache nesse processo e as possibilidades por ele dadas de reconsideração sobre o que havia sido escrito. *À bas Vidal... Viva Vidal!* (1979), ainda não traduzido para o português, reconsidera algumas posições de Lacoste sobre La Blache, no que concerne o conteúdo das críticas a este tecidas em seu livro de 1976, sendo o termo geograficidade a chave argumentativa central deste artigo. “Se o pequeno livro *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre* (1976) causou escândalo, foi em grande parte por te colocado em questão, em termos pouco acadêmicos, o modelo de ‘geograficidade’ imposto ao nome de Vidal”⁵⁴. O questionamento desenvolvido, já apontamos, é referente à redução do escopo de atuação da ciência geográfica que La Blache seria responsável por causar. Uma redução, portanto, do “modelo de geograficidade”. Lacoste desenvolve mais acuradamente sua tese sobre a geograficidade em artigo de 2005, dedicado a Élisée Reclus. Ali aponta:

Por uma concepção mais ou menos genérica de geograficidade, eu compreendo a gama, ampla ou restrita, das diversas categorias de fenômenos que em determinada época e em certas circunstâncias históricas, um geógrafo renomado ou um grupo de geógrafos, considera como geográficas, ou seja, dignas de atenção científica, não dando ampla atenção ou deixando de escanteio outras categorias de fenômenos, ainda que estas sejam, à época, evidentes à maioria dos intelectuais e dirigentes políticos.⁵⁵

⁵³ Idem, *A geografia – isso serve...*, 2012, p. 105.

⁵⁴ Idem, *À bas Vidal... Viva Vidal!*, 1979, p. 69. [tradução nossa].

⁵⁵ Y. Lacoste, *Élisée Reclus*, 2005, p. 30. [tradução nossa].

A denúncia dirigida contra La Blache é, portanto, a de restringir os fenômenos que mereceriam atenção dos geógrafos, ainda que estes fenômenos fossem objetos de atenção de outros campos do saber. Trata-se do *modelo vidaliano*. A emergência do termo, em 1979, contudo, surge para apontar um outro Vidal de La Blache; um outro modelo vidaliano; enfim, uma outra geograficidade vidaliana. Lacoste refere-se ao livro *La France de l'Est*, de 1916, que “como a maioria dos geógrafos franceses, eu não havia lido – mea culpa – quando escrevi *La géographie, ça cert, d'abord' à fair ela guerre*”⁵⁶. *La France d'Est* não é um livro com preocupações acadêmicas, atrelado ao modelo de geograficidade vidaliana de seu *Quadro...*, “mas uma demonstração política: Alsácia e Lorena devem ser reanexadas à França”⁵⁷.

Em um contexto de guerra, La Blache é impulsionado a escrever politicamente. Demonstrar a pertinência da reintegração das supracitadas localidades ao território francês, ainda que considerada a cultura germânica ali dominante, o leva a tomar em consideração outros aspectos que circundariam a ideia de nacionalidade, tais como “as características econômicas, sociais, políticas e de seus fatores de transformação”⁵⁸, em suma, tudo aquilo que havia sido descartado da geografia produzida no século XIX e que o geógrafo mal havia tangenciado em suas obras antecessoras. Se acompanhamos Lacoste, trata-se de uma reconfiguração do modelo de geograficidade a partir de um contexto histórico determinado – e, acrescentamos, visando um fim específico. Este outro modelo vidaliano de geograficidade – o de *La France de l'Est* –, apesar de retomar parte da dimensão atuante de Reclus e Ratzel, por exemplo, é sumamente ignorado por aqueles que, na academia, tinham como referência o La Blache do *Quadro de geografia da França*. “Para se avaliar a profundidade do esquecimento no qual caiu esse livro, basta constatar que André Meynier, cuja veneração pelo mestre é muito grande, não faz uma só referência a essa obra em sua *História do pensamento geográfico na França*, nem mesmo na bibliografia”⁵⁹. Imputa-se em definitivo a Vidal de La Blache um modelo de geograficidade

⁵⁶ Idem, *À bas Vidal... Viva Vidal !*, 1979, p. 71. [tradução nossa].

⁵⁷ Ibidem, p. 72. [tradução nossa]. Lacoste refere-se à disputa territorial entre França e Alemanha pelas terras de Alsácia e Lorena, localizadas entre os dois países. Tomada por Luiz XIV do Sacro Império Romano-Germânico em 1648, foi reincorporada pela recém unificada Alemanha em 1871. Alvo de disputas durante a I Guerra Mundial – contexto do livro de La Blache –, foi novamente anexada à França em 1919. Reclamada e tomada pelo III Reich, é finalmente retomada pela França em 1945.

⁵⁸ Ibidem, p. 73. [tradução nossa].

⁵⁹ Idem, *A geografia – isso serve...*, 2012, p. 109.

que não foi aquele por ele desenvolvido quando se considera esta obra escrita ao final de sua vida. Se até o *Quadro* a noção do geográfico era relativamente estanque, dada por um conjunto de características consideravelmente pré-definidas, em *La France de l'Est* esta noção se torna mais fluida, cambiante, pois determinada por um conjunto menos estável de fatores de influência – mas não por isso, em absoluto, menos rigorosa. Cabe então entender o *leitmotiv* que acompanha esse deslocamento do modelo vidaliano de sua própria obra. É esta questão que leva Lacoste a considerar a influência de Lucien Febvre – um historiador – sobre a ciência geográfica.

É preciso, portanto, levar em consideração que a “mensagem vidaliana” foi reformulada por um historiador empreendedor e que Lucien Febvre, instituindo-se árbitro no processo [“imperialista”] que os sociólogos fazem aos geógrafos, argumenta no lugar destes últimos, uma vez que eles permanecem mudos no debate teórico.⁶⁰

Febvre se lança assim em defesa da geografia e, ao mesmo tempo, com seu *La Terre et l'Evolution humaine*, de 1922, estabelece uma das principais bases teórico-epistemológicas da ciência geográfica à época. “Em verdade é Lucien Febvre quem formula as posições teóricas que são posteriormente atribuídas a Vidal, em particular aquela do ‘possibilismo’”⁶¹. Não tendo La Blache desenvolvido maiores sistematizações sobre o assunto, Febvre assume essa posição a partir de sua obra. Se passa, porém, que o historiador não o faz sem maiores consequências negativas à ciência geográfica. Fala-se ali de uma “geografia humana modesta”, que não se aterá ao debate geopolítico, restrita assim em sua geograficidade. Lacoste acusa o puro corporativismo:

Por que essa redução da geograficidade em relação àquela que se manifesta na obra de Reclus (Lucien Febvre a conhece, mas só fala muito pouco, e se tanto!) e em *A França de Leste* de Vidal? Porque é a ocasião em que um certo número de historiadores – os mais empreendedores – tem uma concepção cada vez mais abrangente de historicidade. Os da Escola dos Anais, em especial, ampliam as preocupações do historiador, mas também seu magistério, ao econômico, ao social, ao cultural, ao demográfico. Não é admissível, de forma alguma, uma geografia que arrisque acarretar uma ameaça qualquer à hegemonia que os historiadores

⁶⁰ Ibidem, p. 116.

⁶¹ Idem, *À bas Vidal... Viva Vidal !*, 1979, p. 78. [tradução nossa].

exercem sobre o discurso que trata do político e daquilo que se refere aos Estados.⁶²

Lacoste está apontando assim para um fator externo de definição dos percursos teóricos e epistemológicos da ciência geográfica. Um historiador, interessado em geografia – ou no que considera como tal –, engaja-se em um debate corporativo em defesa desta ciência, mas o faz restringindo o leque de atuação destes profissionais, em nome de sua própria classe de intelectuais, a partir do que julga ser o central da obra de um geógrafo de sua admiração: “O sol, não o Estado: eis ao que se deve reter o geógrafo”⁶³.

Salvo qualquer aspecto superficial neste “resumo” do último parágrafo, o que se observa e é permitido concluir sobre o encaixe da ideia de geograficidade no pensamento de Lacoste é estritamente relacionado ao aspecto histórico que o termo adquire. O campo de atuação do geógrafo – os fenômenos aos quais ele irá se reportar e analisar –, i.e., a geograficidade, é determinado por um conjunto amplo de fatores, que atravessam desde o contexto histórico em que se encontra a corporação, até o interesse de grupos, instituições e mesmo indivíduos que possam orbitar esta ciência, variando historicamente conforme o peso destes elementos, reorganizando enfim a prática profissional a ele atrelada.

Cinquenta e oito anos separam a geograficidade de Paul Michotte daquela de Yves Lacoste, estando Eric Dardel posicionado praticamente ao meio deste período. Cada um a seu modo – e com seu objetivo particular – buscou se posicionar à produção geográfica de seu tempo, utilizando para isso, de forma original, o termo *geograficidade*. Se há algum elemento comum que pode ser traçado entre os três geógrafos elencados neste capítulo – afora a francofonia – é o arrolamento do termo em questão no sentido do preenchimento

⁶² Idem, *A geografia – isso serve...*, 2012, p. 116.

⁶³ L. Febvre, *La Terre et l'Evolution humaine*, 1922 *apud* Y. Lacoste, *À bas Vidal... Viva Vidal !*, 1979, pp. 79-80. [tradução nossa].

de um vácuo teórico, ou de uma desestabilização teórica contextual, buscando a superação daquele momento. Se podemos nos valer de alguma sistematização prévia, Thomas Kuhn sugere que “o período pré-paradigmático, em particular, é regularmente marcado por debates frequentes e profundos a respeito de métodos, problemas e padrões de solução legítimos – embora esses debates sirvam mais para definir escolas do que para produzir um acordo”⁶⁴. Ora, a geograficidade, em ampla medida, aparece nos momentos pré-paradigmáticos, ou ainda de crise paradigmática encabeçando revisões epistemológicas no *corpus* geográfico, ao menos dentro de algumas distintas escolas. O notável nos casos explorados é que, apesar dos esforços, as proposições de Michotte e Dardel não ecoaram a seu tempo, sendo a solução acatada, para estes casos, outras. Apenas Lacoste, enquadrado no contexto da renovação crítica dos anos 1970, acaba tendo suas leituras servindo como base para desenvolvimentos teóricos num prazo mais curto.

A despeito da variedade proposicional de teses sobre a geograficidade entre as décadas de 1920 e 1970, flanando entre debates epistemológicos, históricos e ontológicos – sendo ou não incorporados pelas corporações de época – é este último campo teórico que se firmará, ao menos sob a perspectiva do debate acadêmico explícito, como o locus próprio da geograficidade. Se no terceiro capítulo veremos que existem algumas nuances quanto a afirmação de sua centralidade, podemos afirmar por hora que é a ontologia, sob diversos prismas, que centra a atenção dos geógrafos brasileiros interessados neste termo.

⁶⁴ T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*, 2013, p. 121.

2. APORTE BRASILEIRO

Armando Corrêa da Silva produziu uma obra relativamente extensa, bastante variada e, sobretudo, complexa. Navegou por várias das disciplinas da Geografia, tais como Geografia econômica, política, regional, urbana, da população, e preocupou-se sempre com a profissionalização do geógrafo, sua formação, e a institucionalização da carreira. Trouxe para o âmbito do Departamento de Geografia da USP disciplinas e temas até então inusitados tais como a problemática da “pós-modernidade”, a da “transvanguarda”, as Geografias social e cultural, o “bloco histórico” gramsciano para a análise das “questões regionais” e, sobretudo, a ontologia de Lukács e a fenomenologia de Heidegger. Foi sua formação filosófica como autodidata, talvez, o traço mais marcante e original de sua produção como teórico da Geografia. Afora seu esforço em atualizar os geógrafos brasileiros, procurando sempre colocá-los em contato com as últimas tendências e temas da teoria social contemporânea, Armando também acreditava que o conhecimento deveria sempre possuir um sentido de utilidade social.⁶⁵

Nada há de aleatório em iniciar este capítulo retomando Armando Corrêa da Silva. Mais ainda, se acompanharmos o disposto por André Martin sobre ele, já há como um brevíssimo resumo sobre o que se seguirá. Fato é que Silva orientou as teses de doutorado dos três geógrafos que analisaremos neste capítulo. Não encontramos, verdade seja dita, paralelismo direto na categoria que ora analisamos com a obra dele; tampouco é possível reportarmos cada uma das propostas que aqui serão desenvolvidas às teses desse geógrafo. O que não nos escapa a atenção, porém, é uma muito específica *rede de atores*⁶⁶ em torno de uma mesma categoria. Do mesmo modo, é notável o reflexo dos interesses filosóficos de sua obra em seus orientandos. Marx e Lukács farão parte dos diálogos que Ruy Moreira e Elvio Martins travarão em seus textos; ainda Heidegger permeará não apenas a pena

⁶⁵ M. Machado & A. Martin, *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, v.1, 2014, p. 15.

⁶⁶ Cf. B. Latour, *Ciência em ação*, 2011; B. Latour, *Jamais fomos modernos*, 1994.

destes dois, mas também a de Werther Holzer, para quem o filósofo terá centralidade no percurso teórico.

Se não podemos focar em Corrêa da Silva o todo da responsabilidade pelo desenvolvimento da obra teórica a ser aqui analisada, ao menos não nos furtemos à indicação de que o peso de seu interesse pela filosofia, particularmente a ontologia, foi capaz de criar um campo gravitacional fecundo, fazendo atravessar sua órbita um conjunto sensível de geógrafos, hoje incontornáveis no debate a que ele se propunha. Em igual sentido, outras duas breves passagens de André Martin sobre Silva nos animam a compreender a influência não apenas intelectual, mas na disposição de seus orientandos.

A primeira impressão que a “ciência dos lugares” provocou no jovem sociólogo não foi positiva. A segunda, pode-se dizer, também não. Ele não encontrou unidade no objeto da Geografia, nem profundidade teórica, afora um profundo menosprezo pelo tempo e pela História. De certo modo, foi a tentativa de preencher certas lacunas teóricas e superar certos impasses metodológicos da ciência, que agora abraçara como ofício, o que o animou a seguir adiante.

(...) no que se refere aos contatos com a Filosofia, Armando Corrêa anotará que apenas alguns clássicos da Geografia haviam feito referência aos filósofos, e, de um modo geral, era bem precário o preparo da grande maioria dos geógrafos nessa matéria. Daí a dificuldade de a Geografia superar a sua crise, uma vez que a “deficiência de preparo filosófico” não permitia a solução do intrincado problema do seu objeto.⁶⁷

Perpassa, veremos, o *leitmotiv* de seus orientandos aqui lidos, uma demanda perene por rearranjar a compreensão do que quer que se possa chamar por ‘objeto’ da ciência geográfica. O apontamento de lacunas teóricas, do distanciamento de suas potencialidades epistemológicas e políticas, da necessidade de repensar aquilo mesmo que é a própria geografia repõe-se repetidamente nos textos de Holzer, Martins e Moreira – mais substancialmente, diga-se de passagem, com os dois últimos⁶⁸ –, ainda que por vias horas mais, horas menos divergentes. Nesse fluxo, do mais e do menos, fiar-nos-emos à geograficidade como condutora.

⁶⁷ M. Machado & A. Martin, *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, v.1, 2014, p. 18.

⁶⁸ *Ibidem*, p. 25.

2.1 Nota de tradução

“A obra é tão ampla que geógrafos mais comprometidos com o conceito vidaliano de ‘geograficidade’ não a aceitam como geográfica, e sim, muito mais, como obra sociológica ou histórica”⁶⁹, escreve Manuel Correia de Andrade em 1985, referindo-se à obra *L’homme et la Terre*, de Élisée Reclus, traduzindo pela primeira vez, no Brasil⁷⁰, o termo *géographicité*. Segundo as referências que podem ser encontradas no texto – uma introdução à tradução de um compilado de textos de Reclus, para a coleção Grandes Cientistas Sociais, da Editora Ática – a aproximação com o termo veio do artigo *Géographicité et géopolitique : Élisée Reclus*, escrito por Lacoste e publicado na revista *Herodote*, em 1981⁷¹. Considerando-se o contexto e intenção com que Andrade usa a expressão, associamo-la à noção de geograficidade desenvolvida pelo próprio Yves Lacoste, inclusive em sua comparação do modelo vidaliano de geograficidade com o de Reclus e outros geógrafos do século XIX, particularmente os alemães.

Em 1988 a editora Papirus publica uma tradução brasileira de *La géographie, ça sert...*, a partir da versão de 1985, a última reeditada por Lacoste. Trata-se da primeira publicação, no Brasil, com um desenvolvimento original sobre o tema da geograficidade. Apesar de ser precursora cronologicamente, esta acepção de geograficidade não encontrará a mesma permeabilidade na academia brasileira que a discussão ontológica do termo encontrou, a partir do recorte que Werther Holzer fará do trabalho de Eric Dardel, inicialmente em 1992 e, com maior profundidade, em 1998.

2.2 Geograficidade em Werther Holzer

Defendida em 1992, a dissertação de mestrado⁷² de Werther Holzer traz, para o Brasil, a exposição inédita de uma acepção ontológica do termo geograficidade, a partir do

⁶⁹ M. C. de Andrade, *Élisée Reclus*, 1985, p. 19.

⁷⁰ Segundo Maria Cecília França, tradutora da versão brasileira de *La géographie, ça sert...*, a primeira tradução da obra para o português data de 1977 e foi realizada em Portugal, com poucos exemplares aportando no Brasil (Y. Lacoste, *A geografia – isso serve...*, 2012, pp. 10-11, nota de tradução). De todo modo, essa edição ainda não continha as modificações relativas à posição de Lacoste sobre La Blache, que só serão incluídas após 1979 (Ibid., p. 109), quando da publicação de seu artigo *À bas Vidal... Viva Vidal !*, portanto ainda sem a presença do termo geograficidade.

⁷¹ M. C. de Andrade, *Élisée Reclus*, 1985, p. 11, nota 4.

⁷² W. Holzer, *A geografia humanista – sua trajetória de 1950-1990*, 1992.

proposto por Eric Dardel em seu livro *L'Homme et la Terre – nature de la réalité géographique*, à época ainda sem tradução para o português⁷³. Neste momento trata-se mais de uma exposição da figura de Dardel e sua posição na história do pensamento geográfico do que uma análise ou apropriação e articulação de suas ideias, o que só viria a acontecer no desenvolvimento de sua tese de doutorado⁷⁴. Todavia já é possível observar o peso da posição dardeliana sobre a ciência geográfica no pensamento de Holzer, quando este afirma que “a obra de Dardel torna-se agora leitura obrigatória para quem desejar trilhar os caminhos da teoria da geografia, principalmente sobre uma ótica fenomenológica ou humanista”⁷⁵. Essa afirmação não é gratuita e possui um tom quase profético, considerando-se o desenrolar da ciência geográfica feita no Brasil desde então. Sobre isso retornaremos na terceira parte deste trabalho.

Se é na dissertação de Holzer que se descortina o pensamento de Dardel à geografia brasileira, será em sua tese de doutoramento que essa aproximação se firmará em definitivo e é sobre ela que nos debruçaremos nos próximos parágrafos.

Antes, apenas, se buscamos entender brevemente os motivos que impulsionam o geógrafo carioca em seus textos, encontramos na introdução de sua tese a compreensão de que os contatos entre a geografia e a filosofia, particularmente a fenomenologia,

tem se mostrado extremamente amplos, e ao mesmo tempo inexplorados, seja pelos geógrafos ou por outros cientistas. Na década de [19]90, marcada pelas incertezas e pelos desacertos no que se refere às bases teórico-conceituais das ciências, a fenomenologia pode ser uma perspectiva de abordagem que amenize muitas das angústias intelectuais que passamos, particularmente as que se referem à nossa vida em um mundo cada vez mais globalizado e uniformizado, e onde, contraditoriamente, as pessoas se sentem deslocalizadas e solitárias.⁷⁶

Há aqui uma confluência entre o debate que propôs seu orientador Armando Corrêa da Silva, mediante a aproximação do pensamento fenomenológico, particularmente o de Heidegger, com a angústia ao cientificismo que pautou o debate da fenomenologia na primeira metade do século XX e que Holzer busca atualizar no final

⁷³ A tradução só virá em 2011, realizada pelo próprio Holzer, sob o título *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*, publicada pela editora Perspectiva.

⁷⁴ W. Holzer, *Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI*, 1998.

⁷⁵ Idem, *A geografia humanista anglo-saxônica*, 1993, p. 114.

⁷⁶ Idem, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 02.

daquele mesmo século. Tem-se, porém, um rompimento com uma expressiva parcela das pesquisas então desenvolvidas, que encontravam no marxismo seu arcabouço metodológico. De toda sorte, essa busca por ele proposta frutifica-se na multiplicação desta linha de pesquisa dentro da ciência geográfica brasileira.

2.2.1 A estruturação das ideias

Propondo-se a fazer, através de uma análise da “ontologia da espacialidade humana”⁷⁷, “um estudo fenomenológico relativo aos conceitos de paisagem e de lugar”⁷⁸, Holzer estrutura sua tese em três partes: ‘a geografia e o método fenomenológico’, ‘paisagem e lugar na geografia cultural’ e ‘paisagem e lugar no Brasil do século XVI’, respectivamente. A articulação entre as três partes ocorrerá enquanto necessidade à melhor compreensão da estruturação que o autor propõe à geograficidade. O debate no em torno desta, contudo, centra-se na primeira parte da tese, particularmente no tópico ‘a geograficidade e o ser-no-mundo’.

Sobre a definição de geograficidade, Holzer não hesita em se mostrar debitário direto de Eric Dardel:

A geograficidade é: “...a geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível. A inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou procura de novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade (geographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino”.⁷⁹

Trata-se de trazer para o limiar do século XX o proposto pelo geógrafo francês cinco décadas antes: a geograficidade como um *modo* da existência, como um impulso à ação, como essência portanto, pois constitutiva do Ser de toda a humanidade. Há uma indicação no parágrafo anterior, encerrando o tópico ‘a geografia como ciência das essências’ da tese, que fornece mais luz – ou nos possibilita o aprofundamento – sobre o assunto, onde Holzer

⁷⁷ Ibidem, p. 03.

⁷⁸ Ibidem, p. 01.

⁷⁹ E. Dardel *apud* W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 47.

expõe que “a ciência regional do espaço seria a geografia e a sua essência seria o que Dardel denominou de geograficidade”.⁸⁰ Encontramos em Husserl a raiz da ideia de *região* e *ciência regional* na acepção aqui apresentada.

Ontologia regional

Será preciso elaborar uma teoria constitutiva da natureza física, sempre “mostrada” e – uma implicando a outra – pressuposta como existente; uma teoria do homem, da sociedade humana, da cultura, etc. Cada uma dessas noções designa um vasto conjunto de pesquisas diferentes, que correspondem aos conceitos de ontologia ingênua, tais como: espaço real, tempo real, causalidade real, objeto real, qualidade real, etc. Trata-se cada vez de desvelar a intencionalidade implicada na própria experiência (sendo ela um estado vivido transcendental).⁸¹

Husserl aponta assim um caminho para a reestruturação necessária da filosofia em sua relação com as ciências. Estas, “que, após terem se desenvolvido de forma brilhante durante três séculos, [...] se veem hoje bloqueadas em seu progresso pela obscuridade que reina em seus próprios fundamentos”⁸², encontrando-se descoordenadas com relação à filosofia que, “do ponto de vista da unidade científica, [...] encontra-se desde meados do século passado, num visível estado de decadência”⁸³, tendo em vista, como adiantara Hegel em 1801⁸⁴, “uma produção de obras filosóficas que cresce infinitamente, mas à qual falta

⁸⁰ W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 46.

⁸¹ E. Husserl, *Meditações cartesianas*, 2001, § 29, p. 80.

⁸² *Ibidem*, p. 22.

⁸³ *Ibidem*, p. 22.

⁸⁴ A passagem é longa, mas digna de nota: “Uma época que deixou atrás de si, como passado, uma tal quantidade de sistemas filosóficos, parece ter chegado àquela indiferença que a vida obtém após ter-se experimentado todas as formas; o impulso para a totalidade exprime-se ainda como impulso para a completude dos conhecimentos, quando a individualidade ossificada já não se atreve a viver; ela procura, através da multiplicidade daquilo que tem, aparentar aquilo que não é. Na medida em que transforma a ciência em conhecimento, recusou-lhe a participação viva que a ciência requer, manteve-a à distância e em pura figura objetiva, e manteve-se a si mesma, contra todas as reivindicações a erguer-se à universalidade, intocável na sua particularidade obstinada. Para este gênero de indiferença, quando ela sai de si mesma por curiosidade, não há nada de mais agradável do que dar um nome a uma filosofia de tipo novo, e, tal como Adão exprimiu o seu domínio sobre os animais no fato de lhes ter dado um nome, exprimir o domínio sobre uma filosofia através da descoberta de um nome. Deste modo, ela é deslocada para o plano do conhecimento. Os conhecimentos deparam-se com objetos que lhes são estranhos; no saber da filosofia, que nunca é outra coisa senão um conhecimento, a totalidade do interior não se moveu e a indiferença afirmou completamente a sua liberdade”. (G. W. F. Hegel, *Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*, 2003, p. 33).

qualquer ligação interna”⁸⁵. Haveria de se sistematizar, portanto, um conjunto de conhecimentos apriorísticos que desse conta da relação entre o sujeito e o objeto da consciência (*intencionalidade*) que opera na experiência; em outras palavras, buscar desenvolver um conjunto de estruturas onde caberiam os conceitos e categorias necessários para explicar a experiência que temos do mundo, de onde derivaria o conjunto de ciências que procura justamente explica-lo. Husserl já havia afirmado antes, n’*A ideia da fenomenologia*, que “a crítica do conhecimento quer antes elucidar, clarificar, ilustrar a essência do conhecimento e a pretensão de validade que pertence à sua essência”⁸⁶, donde só então torna-se possível um conhecimento científico de fato. Coloca-se aí a necessidade da fenomenologia: embasar na experiência humana mundana (pré-científica) todo o devir da racionalização científica moderna, limitando assim o atravessamento cientificista e positivista que reinava sobre todo o conjunto de ciências da época, inclusive as assim chamadas ciências humanas, particularmente a psicologia – foco de sua atenção. O estabelecimento desta estrutura hierárquica permitiu a Husserl indicar os pontos necessários de avanço e predicação relacionados às categorias apriorísticas de determinação das experiências humanas e, conseqüentemente, das ciências em geral.

Uma primeira distinção proposta por Husserl é a de distinção entre *ciências eidéticas* e *ciências de fatos*. Estas lidam com objetos reais, que possuem existência efetiva, exteriores. Identificamo-las como *ciências da natureza*. Já as primeiras circunscrevem como objetos aquilo que se dá no interior, aquilo que é essencial, objetos da percepção destituídos de propriedades reais, “de modo algum fatos”⁸⁷; tratam do que Hegel dizia ser “carentes-de-ser-aí”⁸⁸. Às ciências de fatos agregam-se a história, a psicologia, a biologia, a geografia, etc., todas as ciências cujos fatos são contingentes, i.e., poderiam ser diferentes, desde que preservada sua essência, pois por ela são regulados⁸⁹. As ciências eidéticas, por sua vez, dividem-se em duas: *formais* e *materiais*. As ciências eidéticas formais têm como ato fundante a apreensão intuitiva de essência do que é doado pela própria consciência, operando de forma exclusivamente eidética. Ainda que tratando de figuras que possam

⁸⁵ Ibidem, p. 22.

⁸⁶ Idem, *A ideia da fenomenologia*, 2008, p. 57.

⁸⁷ Idem, *Ideias...*, 2006, p. 28.

⁸⁸ “A matemática trata das abstrações do número e do espaço, mas que são ainda algo do sensível, embora sejam o sensível abstrato e carente-de-ser-aí”. G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, 2012, p.68.

⁸⁹ E. Husserl, *Ideias...*, 2006, § 2, pp. 34-35.

ser colocadas na experiência – como um triângulo numa lousa – os objetos das ciências eidéticas formais são indiferentes à existência. Já as ciências eidéticas materiais possuem sua fundamentação na apreensão intuitiva de essência da coisa material, daquilo que existe faticamente⁹⁰. Operam, contudo, com e no conteúdo que se depreendeu da coisa material, não possuindo ligação com o que existe de fato. A partir desse conjunto de distinções, parte-se para a estruturação hierárquica dessas frentes de análise.

Toda a objetividade empírica concreta se insere, junto com sua essência material, num gênero material supremo, numa “região” de objetos empíricos. À essência regional pura corresponde então uma ciência eidética regional ou, como também podemos dizer, uma ontologia regional.⁹¹

O primeiro – ou o último – nível dessa estrutura se dá com as ciências de fatos e seus objetos. A cada objeto se predica uma essência – ou conjunto de categorias – que compõe o seu campo *necessário*. O que irá circunscrever qual o objeto dessa ciência de fato, bem como quais categorias o compõe, é o conjunto de discussões realizadas em uma determinada *região ontológica*, ou seja, uma – ou um grupo – de ciências eidéticas que se debruça sobre os pressupostos essenciais das ciências de fatos e seus objetos. É esse o campo de discussão do que Husserl chama de *ontologia regional* – ou *eidética*. Em *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*, coloca que “toda ciência de fatos (ciência de experiência) tem fundamentos teóricos essenciais em ontologias eidéticas”⁹². E a isso se segue:

Se, no entanto, toda ciência eidética é por princípio independente de toda ciência de fatos, por outro lado vale o inverso para a ciência de fatos. Não há nenhuma ciência de fatos, plenamente desenvolvida como ciência, que possa ser pura de conhecimentos eidéticos e, com isso, independente das ciências eidéticas, quer formais, quer materiais. Pois em primeiro lugar é manifesto que uma ciência empírica, onde quer que efetue fundações de juízos mediadas, *tem de proceder de acordo com os princípios formais tratados na lógica formal*.⁹³

⁹⁰ E. Husserl, *Ideias...*, 2006, §§ 7-10, pp. 42-48.

⁹¹ *Ibidem*, § 9, p. 44.

⁹² *Ibidem*, § 9, p. 44.

⁹³ *Ibidem*, § 8, pp. 43-44.

Essa passagem nos coloca ainda mais uma camada nesse conjunto de relações. Segundo Husserl, há como uma “região formal”, que não tem as demais regiões eidéticas ao seu lado, mas “sob si” e que “guarda ao mesmo tempo em si as formas de todas as ontologias possíveis em geral [...], ela prescreve às ontologias materiais uma constituição formal comum a todas elas”⁹⁴. Cabe, portanto, às ciências eidéticas formais a tarefa de fornecer a base lógico-formal para todo os demais conjuntos de ciências, inclusive às eidéticas materiais. Encontramos nesse grupo à parte a geometria, a lógica, a física teórica, etc.

Faz-se então claro que a essência da coisa material é ser *res extensa* e que a geometria é, assim, uma disciplina ontológica referida a um momento essencial da coisa, a forma espacial. Mas também se faz claro, além disso, que a essência geral da coisa (essência regional, no nosso linguajar) vai muito além. Isso se mostra quando esse desenvolvimento segue ao mesmo tempo na direção do aprimoramento de uma série de novas disciplinas a serem coordenadas pela geometria e destinadas à mesma função de racionalização do empírico.⁹⁵

Essa posição de dependência de todas as ciências à ontologia formal, particularmente à geometria, deve ser entendida a partir do interesse de Husserl pela lógica e pela matemática, com vistas a fundar uma filosofia que fosse reconhecida como ciência rígida, com pretensões a um conhecimento puro e absoluto, descolado de qualquer relativismo ou historicismo. Uma filosofia como ciência do radical⁹⁶. Este ponto, porém, ainda não chegou ao limite da proposta fenomenológica husserliana, pois encontramos agora uma base matemático-objetiva do conjunto geral das ciências, inclusive as humanas, e é na *fenomenologia transcendental* que se coloca a virada em seu pensamento.

Se as ciências eidéticas estão relacionadas às ciências de fatos e seus objetos, e essa relação redundava em um caráter matematizado das ciências em geral, Husserl propõe então que haja um campo de investigação, um campo próprio da fenomenologia que daria seu caráter de radicalidade científico-filosófica, qual seja, o da fenomenologia transcendental, que cobre as estruturas eidéticas da intencionalidade no âmbito da experiência imediata, esta sim pré-científica, mas por isso mesmo condicionante de toda existência humana, à

⁹⁴ Ibidem, § 10, p. 47.

⁹⁵ Ibidem, § 9, p. 45

⁹⁶ Cf. W. Röd, *O caminho da filosofia*, v. II, 2008.

qual se somariam, de forma derivada, as ciências de fatos. Um embasamento imediatamente mundano e lógico-formal de todo o conhecimento.

Considerar a geografia no âmbito das ciências eidéticas é uma forma, aponta Holzer, de afastá-la de toda espécie de determinismo que esteja minando o caráter essencialmente humano que pertence à geografia, seja o de via economicista, seja o de via positivista-cartesiana. Essa proposta, recuperada de Dardel, acentua a distinção entre o espaço geográfico e o geométrico. Se “o espaço geométrico é homogêneo, uniforme, neutro (...) [e se] a geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações”⁹⁷, ela então possui uma posição regional essencialmente distinta da geografia.

Afirmar, portanto, a geografia como uma ciência eidética é viabilizar a realização da tese proposta por Holzer, que a coloca tendo como tema “o de uma ontologia da espacialidade”, agora indicada em sua particularidade e diferenciação com relação à geometria. Uma vez assegurada a posição da geografia como ciência eidética, cabe expor o papel da geograficidade como essência desta, isto é, como *o predicável necessário de todo objeto contingente que esta ciência visar*⁹⁸.

Já afirmamos ser a geograficidade uma forma da existência. Holzer acenará para a relação da ideia dessa existência com a de *ser-aí*. É precisamente nesse ponto que se pode observar a convergência teórica da tese do autor que ora tratamos com o pensamento de Heidegger, em particular com a filosofia fenomenológica por este desenvolvida.⁹⁹

⁹⁷ E. Dardel, *O homem e a terra*, 2011, p. 2.

⁹⁸ E. Husserl, *Ideias...*, 2006, §§ 2-3, pp. 34-38.

⁹⁹ Pensamos ser necessário apontar neste momento um deslocamento existente entre a proposta husserliana de região ontológica e a forma como ela é incorporada por Holzer. Ao afirmar a geografia como uma “ciência das essências”, o geógrafo indica a posição desta no campo das ontologias regionais. Estas, porém, possuem a função de abordar as categorias e estruturas apriorísticas de uma determinada ciência de fatos. Se é a geografia uma ciência eidética, à qual ciência empírica ela se refere? E se a geograficidade é a essência desta ciência eidética, qual o objeto, e suas categorias determinantes, da ciência empírica subordinada a ela? Aponta-se a “espacialidade humana” como objeto da tese, mas isso nos leva a um segundo problema, que é o do local de encaixe deste objeto na estrutura proposta por Husserl, considerando desta vez um apontamento feito por Pickles (1985, p. 150), onde este indica que, após o estabelecimento da fenomenologia transcendental como responsável pela ponte entre o conjunto das ciências eidéticas e de fatos e a experiência humana imediata, caberá a dois de seus alunos desenvolverem esse tema em duas frentes: a natureza física e o ser humano. Coube a Martin Heidegger a tarefa desta segunda frente. Este irá se aplicar então ao desenvolvimento das categorias relativas ao ser. Em *Ser e Tempo*, assim como em trabalhos posteriores, ele se dedica a tratar de, entre outras coisas, a espacialidade humana em seu aspecto existencial, do que depreendemos que aquele objeto indicado por Holzer em sua tese se encontra no campo da fenomenologia transcendental, em uma discussão sobre a ontologia fundamental, não nas ontologias regionais. Em verdade, os encaminhamentos propostos por Heidegger neste âmbito servem para condicionar o devir da própria ciência geográfica, seus objetos, bem como as categorias e estruturas que uma ciência

Dasein

Em sua mais conhecida obra, *Ser e Tempo*¹⁰⁰, Heidegger propõe-se, através da re colocação da questão “que é o ser?”, expor a estrutura ontológica (relativa ao ser) e ôntica (relativa ao ente) que possibilita justamente sua resposta¹⁰¹. Como conceito – ou como entidade – para encaminhar a elucidação da questão, utiliza-se o *ser-aí*. Trata-se de termo traduzido do alemão *Dasein*¹⁰² que, na acepção aqui utilizada, extraída de Heidegger, irá indicar “a existência própria do homem”¹⁰³. *Ser-aí* não indica, assim, o que é a existência, tampouco o que é o homem, mas precisamente o vir-a-ser do homem mediante a existência: “Esse ente que cada um de nós somos e que, entre outras, possui em seu ser a possibilidade de questionar, nós o indicamos com o termo *ser-aí*”¹⁰⁴. Indica a primazia do ente pois é o primeiro a ser interrogado quando se põe a questão “que é o ser?”, e indica igualmente a primazia do ser uma vez que pertence a ele uma compreensão *originária* sobre a existência de outros seres¹⁰⁵. Reside, contudo, na partícula *Da*¹⁰⁶ – o *aí* do *ser-aí* – nosso especial interesse, uma vez estarmos tratando de uma ontologia da espacialidade ou, mais precisamente, da geograficidade. É esta indicação de posição do ente que ora tratamos que nos remeterá ao espaço geográfico:

um espaço substancial, irremediavelmente material. É o mundo da existência, um mundo que agrupa certamente as dimensões do conhecimento, mas também, e sobretudo, aquelas da ação e da afetividade. A geografia está implicada em um mundo vivido, o mundo ambiente da existência cotidiana dos homens.¹⁰⁷

eidética da geografia poderia vir a formatar. Desconsideraremos, porém, esta divergência no desenrolar deste trabalho de forma a viabilizar o acompanhamento do argumento de Holzer sobre a geograficidade.

¹⁰⁰ M. Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015.

¹⁰¹ Cf. M. Inwood, *Heidegger*, 2004.

¹⁰² Em algumas traduções também é possível encontrar *Dasein* como *pre-sença*, como no caso da tradução de *Ser e Tempo* utilizada em nosso trabalho. Optamos por *ser-aí* em função de sua maior recorrência nos demais textos e autores que utilizamos, facilitando seu reconhecimento nas passagens e citações aqui apresentadas.

¹⁰³ N. Abbagnano, *Dicionário de filosofia*, 2015, p. 268.

¹⁰⁴ M. Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015, § 2, p. 42.

¹⁰⁵ *Ibidem*, § 4, pp. 47-51.

¹⁰⁶ Segundo o dicionário Langenscheidt podemos atribuir a *Da* o significado de “lá, ali, acolá, aí, aqui, cá” (2001, p. 738). Em todos os casos, nota-se, há referência ou indicação de uma posição espacialmente determinada.

¹⁰⁷ J.-M. Besse, *Geografia e existência*, 2011, p. 114.

E é esta definição de espaço geográfico, como espaço vivido, que nos lança o desafio, propõe Holzer, de compreender a noção de mundo.

Mundo

Encontramos a definição de mundo, na tese que ora analisamos, a partir das propostas de Luijpen – mundo como um conjunto complexo e mutável de significações mais ou menos próximas, mais ou menos distantes, ligadas às potencialidades da percepção¹⁰⁸; de Lyotard – mundo como posto pelo sujeito perceptivo e simultaneamente vivido pela percepção¹⁰⁹; de Dartigues – mundo como vivência da consciência, sendo o que primeiro aparece a ela¹¹⁰; e por fim de Tuan – mundo como “um campo de relações estruturado a partir da polaridade entre eu e o outro, ele é o reino onde nossa história ocorre, onde encontramos as coisas, os outros e a nós mesmos”¹¹¹. Segundo Holzer o mundo da fenomenologia “engloba muito mais coisas do que o suporte físico, ou do que um sistema de coisas que percebemos a nossa volta – o ambiente”¹¹² e, apesar de não aprofundar no texto essas outras “coisas” envolvidas pela noção fenomenológica de mundo, evidencia-se o apontamento em direção à discussão sobre mundo realizada por Heidegger – e já anteriormente apropriada por Dardel¹¹³.

Mundo pode ser novamente encontrado em sentido ôntico. Nesse caso, é o contexto “em que” de fato um ser-aí “vive” como ser-aí, e não o ente que o ser-aí em sua essência não é, mas que pode vir ao seu encontro dentro do mundo. Mundo possui aqui um significado pré-ontologicamente existenciário. Deste sentido, resultam diversas possibilidades: mundo ora indica o mundo “público” do nós, ora o mundo circundante mais próximo (doméstico) e “próprio”.¹¹⁴

Para compreender esse sentido ôntico público ou próximo de mundo deve-se considerar inicialmente o descolamento desse sentido daquele cartesiano clássico, onde o

¹⁰⁸ W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 48.

¹⁰⁹ *Ibidem*, pp. 48-49.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 49.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 49.

¹¹² *Ibidem*, p. 49.

¹¹³ Cf. parte 1.2 desta dissertação: A raiz ontológica.

¹¹⁴ M. Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015, § 14, p. 112.

mundo está simplesmente dado como conjunto de “entidades naturais extensas”¹¹⁵. Trata-se, em sentido distinto, de entidades outras que não o ser-aí, mas às quais ele se refere e se direciona mediante a percepção de suas utilidades. Antes de se direcionar a um objeto qualquer, o ser-aí se direciona a objetos em específico, em um contexto específico de relações com ele mesmo e com o mundo circundante. “Elencar tudo o que se dá no mundo [como] casas, árvores, homens, montanhas, estrelas” nada é além de um “‘ofício’ pré-fenomenológico”; interessam antes as coisas “dotadas de valor”¹¹⁶:

O que vejo não é simplesmente uma mesa, mas *a* mesa, a mesa que se acha nesta sala. A mesa serve para escrever ou para comer. Eu a vejo como sendo *para* alguma coisa. Não a vejo primeiro como um objeto extenso e só depois como sendo para alguma coisa. Mal me dou conta das dimensões geométricas da mesa ou de sua localização espacial com relação aos pontos da bússola.¹¹⁷

O mundo é onde se vive e se percebe. Onde as distâncias estão dadas não pela métrica, mas pelas relações entre os entes próximos e os distantes; entre o mundo circundante da oficina e o mundo circundante do cliente; entre relações de espacialidade estabelecidas pelo *próximo* e pelo *distante*, pelo *rápido* ou pelo *demorado*, pelo *em cima* ou pelo *embaixo*, a “dois cigarros” ou a “um maço” de distância¹¹⁸.

Assim, dizemos - até lá é um passeio, é um pulo, são “dois passos”. Essas medidas exprimem que elas não apenas não querem “medir” como também indicam que as distâncias avaliadas pertencem a um ente com que lidamos numa circunvisão¹¹⁹ e ocupação. Mesmo quando nos servimos de medidas precisas e dizemos: “até em casa é meia hora”, essa medição deve ser tomada como uma avaliação, pois aqui “meia hora” não são trinta minutos, mas uma duração que não possui “tamanho”, no sentido de extensão quantitativa.¹²⁰

¹¹⁵ M. Inwood, *Heidegger*, 2004, p.44.

¹¹⁶ M. Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015, § 14, p. 110.

¹¹⁷ M. Inwood, op. cit., 2004, p. 45.

¹¹⁸ Ibidem, p. 48.

¹¹⁹ “A construção do mundo cotidiano das ocupações não é cega, mas guiada por uma visão de conjunto, a circunvisão, que abarca o material, o usuário, o uso, a obra, em todas as suas ordens”. (M. Heidegger, *Ser e tempo*, 2015, [nota 19], p. 566.

¹²⁰ M. Heidegger, *Ser e Tempo*, 2015, § 23, p. 159.

É neste contexto que se pode compreender o mundo do ser-aí. E é justamente nessa relação do *ser-no-mundo*¹²¹ que se insere a geograficidade enquanto essência¹²². Nesse sentido, entende-se que a geografia, enquanto ciência eidética, possui como objeto essa relação própria do ser-aí enquanto ser-no-mundo.

Em sua tese de doutoramento Holzer buscou, através da fenomenologia, desenvolver um estudo sobre a paisagem e o lugar. Tendo como “região” de saída a geografia, cabe buscar compreender o papel da geograficidade como veículo essencial a essas duas categorias, no afã de compreender justamente esse papel necessário que ela cumpre na espacialidade humana.

2.2.2 Geograficidade em movimento

Buscando a recorrência da aplicação do termo geograficidade ao longo da tese, após sua definição, algumas passagens fornecem pistas para o encaminhamento dado por Holzer à proposta. Evidencia-se inicialmente um nivelamento entre as categorias lugar e paisagem com a geograficidade. Passagens como “obrigando-nos a reconstruir o que já não existe, de fazer a história da paisagem, dos lugares, da geograficidade, de terras que só existem na memória dos que há muito partiram”¹²³ e “para que se possa delinear a constituição das paisagens e dos lugares, da geograficidade, ao longo do século XVI”¹²⁴ nos indicam esse sentido de equiparação.

Ao tratar particularmente da questão do *lugar*, faz-se uma aproximação deste tema com a definição de *mundo* operada pela filosofia. O lugar é alçado à condição de essência da geografia¹²⁵, atuando como categoria na constituição do sistema de referências espaciais das pessoas¹²⁶. Em artigo de 2013, Holzer retoma essa questão e expõe, de forma mais didática, as relações entre mundo, espaço e lugar¹²⁷. De início “a essência de ser ‘mundo’

¹²¹ “a palavra mundo faz parte integrante da expressão ‘ser-no-mundo’, que designa o modo de ser do homem ‘situado no meio do ente e relacionando-se com ele’, ou seja, em relação essencial com as coisas e com os outros homens”. (N. Abbagnano, *Dicionário de filosofia*, 2015, p. 801.)

¹²² W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 47.

¹²³ Ibidem, p. 86.

¹²⁴ Ibidem, p. 87.

¹²⁵ Ibidem, p. 70.

¹²⁶ W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 127.

¹²⁷ Cf. W. Holzer, Sobre territórios e lugaridades, *Cidades*, v. 10, n. 17, Presidente Prudente : Grupo de Estudos Urbanos, 2013.

é de um pertencimento integral entre o ser e as coisas para as quais ele intencionalmente se volta”, sendo mundo a “essência espacial mais introspectiva”¹²⁸. Desse voltar-se intencional às coisas emerge o lugar, a partir da relação própria do ser-no-mundo já exposta. E é em Heidegger que se encontra a passagem do lugar para o espaço:

A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar. A ponte é uma coisa. A ponte reúne integrando a quadratura, mas reúne integrando no modo de propiciar à quadratura estância e circunstância. A partir dessa circunstância determinam-se os lugares e os caminhos pelos quais se arruma, se dá espaço a um espaço.

Coisas, que desse modo são lugares, são coisas que propiciam a cada vez espaços. [...] Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não "do" espaço.¹²⁹

São “os lugares que constituem e delimitam o espaço”¹³⁰. Neste sentido observa-se a emergência de um movimento que, partindo da relação do ser-no-mundo, alça ao lugar e depois ao espaço, em uma estrutura de definições mais nítida.

A *paisagem*, por sua vez, não se encontra definida de forma tão explícita ao longo da tese, senão na forma de indicações, de modo generalizado, a diferentes autores, buscando delimitar o aspecto de interesse fenomenológico à categoria. Ao tratar da paisagem para os nativos americanos, uma definição mais centrada no enfoque da tese é desenvolvida:

Como a constituição dos lugares era uma tarefa coletiva, paisagem e lugar conceitualmente se confundem na mesma formulação essencial. A paisagem aparece, como definida por Dardel, como inserção do homem no mundo, base do ser social em sua plenitude. Ela institui o ser enquanto tal, um ser calcado nas relações intersubjetivas. A paisagem denota uma unidade de sentido, ontológica, do ser-no-mundo.¹³¹

A paisagem é colocada aqui como produto da ação humana na constituição dos lugares. É no atuar do nativo, enquanto ser social, que se constrói uma paisagem com sentido unificado, coletivo, possuidora de unidade ontológica na medida que expressa a espacialidade de um grupo. Encontramos em Dardel a confirmação desse sentido dado à

¹²⁸ W. Holzer, *Sobre territórios e lugaridades*, 2013, p. 22.

¹²⁹ M. Heidegger, *Construir, Habitar, Pensar*, (s/d), p. 6.

¹³⁰ W. Holzer, *Sobre territórios e lugaridades*, 2013, p. 21.

¹³¹ Idem, *Paisagem e Lugar*, 1998, pp. 131-132.

paisagem por Holzer, quando coloca que “a paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem do mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social”¹³². Paisagem, portanto, como resultado da relação própria do ser-no-mundo, como resultado de sua geograficidade.

Apesar de igualar inicialmente a geograficidade com as categorias de lugar e paisagem, o desenvolvimento do pensamento de Holzer assinala uma estrutura que coloca a geograficidade como antecipadora das demais, como necessária a seu surgimento. Ela expressa a relação original do ser-no-mundo em sua facticidade mais imediata¹³³ e fundamenta os demais desdobramentos espacializados dessa relação, “tais como ‘região’, ‘território’, ‘paisagem’ e ‘lugar’”¹³⁴, justamente os conceitos mais utilizados pela ciência geográfica.

Assumida a estrutura classificatória das ciências proposta por Husserl, encaminha-se a viabilidade da posição reivindicada por Holzer à geograficidade, qual seja, como essência de uma ciência eidética da geografia. Não cabe ainda nesse momento uma avaliação crítica sobre a viabilidade do recurso à fenomenologia, enquanto método, à ciência geográfica. Contudo, levando-se em conta exclusivamente o gatilho proposicional que inaugura esse esforço de aproximação da geografia com a fenomenologia – uma contraposição teórico-conceitual à geografia que se apoiava no positivismo ou àquela assentada em procedimentos do economicismo, as quais ignoravam aspectos do mundo da experiência subjetiva dos indivíduos e as particularidades da vida cotidiana – há de se ter clareza de sua importância, observada sua incorporação em diferentes frentes de pesquisa na geografia acadêmica, ainda que nem todas convergentes com os pressupostos fundamentais da fenomenologia. Sobre a incorporação desta definição de geograficidade por outros autores, voltaremos na terceira parte deste trabalho.

¹³² E. Dardel, *O homem e a terra*, 2011, p. 32.

¹³³ Cf. L. Pádua, *A “Topologia do ser”: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*, 2005.

¹³⁴ W. Holzer, *Paisagem e Lugar*, 1998, p. 50.

2.3 Geograficidade em Ruy Moreira

Em importante artigo publicado no ano 2000 – ainda que redigido mais de uma década antes –, Ruy Moreira aponta o marco que foi 1978 no “processo interno de questionamento, renovação discursiva e intenso debate”¹³⁵ da ciência geográfica, particularmente a brasileira, em razão do Encontro Nacional dos Geógrafos daquele ano. Operava, naquele momento, um processo de reorientação desta ciência em seus aspectos teóricos, metodológicos e sobretudo políticos. Este contexto de renovação marca o que ele indica, posteriormente, como o segundo momento de contato da geografia com o marxismo, donde desdobram-se as chamadas *geografia crítica* e *geografia radical*. Abriu-se, ali, um novo e amplo horizonte de possibilidades analíticas para a geografia. Do mesmo modo, abriram-se as lacunas e necessidades de reposição e reorganização teórica, bem como preenchimento de vazios epistemológicos. Dando continuidade aquilo que, dentre outras coisas, “Armando foi pioneiro”, Moreira propõe-se a “analisar e pôr mais elementos nessa entrada onto-gnoseológica do segundo momento, pensando-o no plano comparado das ontologias do marxismo e da geografia”¹³⁶. É neste quadro teórico do autor que encaramos seu trabalho com a categoria central da dissertação que ora encaminhamos.

Encontramos a definição de geograficidade, nos trabalhos de Ruy Moreira, pulverizada em diferentes textos, com mais extensa sistematização em três artigos¹³⁷ de datas, revisões e ampliações distintas. Traçar um eixo condutor entre eles para, enfim, esmiuçar a estrutura do conceito proposta pelo autor é ao que nos dedicaremos nas próximas linhas.

Por ponto de partida, três passagens:

Designamos geograficidade à condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade. O equivalente do que em filosofia Heidegger designa a mundanidade do homem. Ou em outro contexto Hegel designa o ser-estar do homem no mundo.¹³⁸

¹³⁵ R. Moreira, *Assim se passaram dez anos*, 2000, p. 28.

¹³⁶ Idem, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 21.

¹³⁷ *Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias)*, de 2004; *Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo*, original de 1997, mas revisto e ampliado para publicação em 2007; *Ser-tões: o universal no regionalismo de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa*, reunindo um texto de 1992 e outro de 1996 para publicação também em 2007.

¹³⁸ R. Moreira, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 32.

É pelo metabolismo do trabalho, portanto, que a coabitação se estabelece, o mundo aparece como construção do homem e o espaço se clarifica como um campo simbólico com toda a sua riqueza de significados. Um significado que só pode ser para o homem. Enquanto isso não acontece, a relação homem-espaço-mundo é uma duplicidade do de dentro e do de fora, até que a troca metabólica funde o homem e o mundo num mundo-do-homem. E, é isto a geograficidade.¹³⁹

Os sertões de Graciliano Ramos, Mário de Andrade e Guimarães Rosa são e não são um mesmo. São a regionalidade concreta do recorte do espaço localizado e são a universalidade abstrata do homem no mundo, ao mesmo tempo. Isso porque o sertão é a geograficidade. É o combinado ser-espaço-tempo, a experiência de espaço e tempo que define o espaço como modo espacial de existência do homem.¹⁴⁰

Estamos no campo da ontologia. A geograficidade colocada como um modo de existência. Apesar desta certeza, essas três passagens nos lançam em um oceano de definições e perspectivas teóricas distintas e que precisaremos encaixar em uma estrutura que nos possibilite vislumbrar este conceito no todo de seu trabalho. Põe-se, de imediato, questões: quais autores atuam nestas definições? Que é espaço para Moreira? E trabalho? Com a geograficidade estamos no campo do ser ou do ente? Da essência ou da experiência? Destrinchemos estas questões, conceitos e categorias para, então, tentar reconstituí-las.

2.3.1 Os termos e as questões

Primeiro ponto que se pode observar, atravessando os três desenvolvimentos dados acima à geograficidade, é a articulação e relação desta com o conceito de espaço. Este, para Moreira, “é o objeto da geografia. O conhecimento da natureza e das leis do movimento da formação econômico-social por intermédio do espaço é o seu objetivo”¹⁴¹. Partamos daqui.

¹³⁹ Idem, *Da região à rede e ao lugar*, 2007, pp. 64-65.

¹⁴⁰ Idem, *Pensar e ser em geografia*, 2013, p. 157.

¹⁴¹ Ibidem, p. 63.

Espaço

Além de objeto de uma ciência particular, espaço é também produto. Deriva de processo dialógico com a coabitação. Cria-a e por ela é criado. “Olhando o mundo, vê-se que é formado pela diversidade. Povo-a a pluralidade: vemos as árvores, os animais, as nuvens, as rochas, os homens”¹⁴². É nesta pluralidade do diverso que o homem se vê em um mundo, dando-lhe unidade. O primeiro elemento que emerge dessa observação da diversidade é a localização. Cada ente, para ser visto, tem de *estar* na paisagem, localizar-se nela. Identificada a localização, emerge a distribuição como “sistema de pontos da localização”. Os entes estão, portanto, localizados *em relação* uns aos outros, dentro de um conjunto distributivo apreendido pelo olhar. O limite desse conjunto distribuído de localizações, “no horizonte do recorte do olhar”¹⁴³, definirá uma extensão. Essa extensão, na medida em que define uma unidade da diversidade apreendida pelo olhar, põe-se como o objeto da ciência geográfica, como espaço, portanto.

Por força da diversidade, o homem que a observa a vê, em primeiro lugar, como uma localização de coisas na paisagem. Cada localização fala de um tipo de solo, de vegetação, de relevo, de vida humana. Destarte, a localização leva à distribuição. A distribuição é o sistema de pontos da localização. Assim, a distribuição leva por sua vez à extensão. A extensão é a reunião da diversidade das localizações em sua distribuição no horizonte do recorte do olhar. E pela extensão a diversidade vira a unidade na forma do espaço. O espaço é, então, a resposta da geografia à pergunta da unidade da diversidade. De modo que, a coabitação, que une a diversidade diante de nossos olhos, é a origem e a qualificação do espaço. A coabitação faz o espaço e o espaço faz a coabitação, em resumo.¹⁴⁴

Da coabitação entre objetos, localizados em um sistema de distribuição, nos limites de uma dada extensão, deriva o espaço, sendo este mesmo espaço o que permite a identificação desta coabitação na tríade localização-distribuição-extensão. Espaço como unidade das diferenças, como tensão entre contrários. Pela localização emerge a identidade: o olhar voltado para um centro, uma referência, opondo-se à distribuição, que

¹⁴² R. Moreira, *Da região à rede e ao lugar*, 2007, p. 63.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 63.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 63.

fala do diverso, da alteridade. Oposição alteridade-centralidade que Moreira também identifica nos binômios unidade-diversidade, homogenia-heterogenia e identidade-diferença¹⁴⁵, sendo que “esse naipe de contradições vai conduzir as relações espaciais no sentido da hegemonia e da coabitação, como forma de dar-lhes encaminhamento”¹⁴⁶, estando na centralidade – localização – a disputa pela hegemonia e na alteridade – distribuição – os conflitos a se resolverem na coabitação. Em ambos os casos, é o espaço que emerge como resposta unitária, configurando um objeto para a ciência que os analisará.

Este encaminhamento formal, dado por Ruy Moreira, constitui o espaço como materialidade. Não como “suporte, substrato ou receptáculo”, mas como algo produzido, “um ente social”¹⁴⁷. Espaço, enfim, como produto e realidade objetiva socialmente construída.

[...] a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações, que existem de forma necessariamente articulada: a) o conjunto das interações homem-meio; e b) o conjunto das interações homem-homem. Tais interações ocorrem simultânea e articuladamente, sendo, na verdade, duas faces de um mesmo processo.¹⁴⁸

Esta formulação dada ao conjunto de interações – relações de coabitação – nos aproxima do pensamento de Marx. Essa aproximação é desenvolvida por Moreira mediante a categoria trabalho¹⁴⁹.

Trabalho

O principal ponto de contato entre o marxismo e a geografia é, afirma Moreira, a categoria trabalho, ainda que carente de maior desenvolvimento conceitual e analítico nesta ciência¹⁵⁰. E essa aproximação se dá pela mais primitiva necessidade humana: subsistência. “O trabalho é essa atividade de transformação da natureza em meios de

¹⁴⁵ R. Moreira, *Pensar e ser em geografia*, 2013, p. 89.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 90.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 64.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 65.

¹⁴⁹ Cf. R. Moreira, *Geografia: teoria e crítica*, 1982; *Espaço, corpo do tempo*, 1994; *A diferença e a geografia*, 1999; *Marxismo e geografia*, 2004; *Da região à rede e ao lugar*, 2007; *Pensar e ser em geografia*, 2013.

¹⁵⁰ Cf. R. Moreira, *Teses para uma geografia do trabalho*, 2002.

subsistência e de produção de novos meios sempre repetidamente”¹⁵¹. Esse posicionamento assenta-se diretamente nos textos de Marx, já desde os *Manuscritos econômico-filosóficos*, perseguindo-o até *O capital*. A centralidade do tema, nesse contato proposto por Moreira, pode ser diretamente observada n’*A ideologia alemã*, onde se afirma o suprir das necessidades naturais como o garantidor da possibilidade da história:

O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos.¹⁵²

Possibilitar a história – e ser, portanto, o primeiro ato histórico – é garantir a reprodução da própria vida, suprimindo as necessidades incontornáveis da espécie. No alimento, na moradia e em suas reproduções, assenta-se o movimento matriz da relação entre sociedade e natureza, movimento ainda perdurando hoje, pois constituinte de ponto inexorável da existência humana.¹⁵³ O trabalho, enquanto ação humana, age sobre a própria

¹⁵¹ R. Moreira, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 29.

¹⁵² K. Marx & F. Engels, *A ideologia alemã*, 2007, p. 33.

¹⁵³ Não se deve, contudo, extrapolar este sentença e reduzir a existência à subsistência. Sobre esse ponto afirma Marx: “A isso corresponde, do lado da produção, que ela 1) fornece ao consumo o material, o objeto. Um consumo sem objeto não é consumo; portanto, sob esse aspecto, a produção cria, produz o consumo. 2) Mas não é somente o objeto que a produção cria para o consumo. Ela também dá ao consumo sua determinabilidade, seu caráter, seu fim. Assim como o consumo deu ao produto seu fim como produto, a produção dá o fim do consumo. Primeiro, o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção. Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. A produção cria, portanto, os consumidores. 3) A produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material. O próprio consumo, quando sai de sua rudeza e imediaticidade originais – e a permanência nessa fase seria ela própria o resultado de uma produção aprisionada na rudeza natural –, é mediado, enquanto impulso, pelo objeto. A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto. Logo, a produção produz o consumo, na medida em que 1) cria o material para o consumo; 2) determina o modo do consumo; 3) gera como necessidade no consumidor os produtos por ela própria postos primeiramente como objetos. Produz, assim, o objeto do consumo, o modo do consumo e o impulso do consumo. Da mesma forma, o consumo produz a disposição do produtor, na medida em que o solicita como necessidade que determina a finalidade.” (K. Marx, *Grundrisse*, 2011, p. 47). O ser humano, à medida que suprassuma a própria necessidade, estabelece novos nós de sociabilidade para uma nova necessidade. Este ponto pode ser notado quando nos colocamos questões como ‘o que come o cachorro?’ e ‘o que dou ao cachorro?’: para si a humanidade colocou a culinária no lugar da alimentação, a moda interpelou a vestimenta e a arquitetura se sobrepôs à moradia. Evidencia-se um distanciamento das barreiras naturais.

relação entre o homem e a natureza, regulando-a, objetivando a apropriação desta como recurso, como matéria útil.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.¹⁵⁴

Considerando a relação homem-natureza, o trabalho, advindo do homem, age sobre essa relação, encarando a natureza como potência e objeto, ao passo que condiciona a forma de agir do homem, sem deixar de ser, ao mesmo tempo, uma obra deste. Estabelece-se, mediante o trabalho, uma nova relação homem-natureza, perpetuando o processo metabólico. Lukács resume este repór da relação atravessada pelo trabalho ao afirmar que “a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua auto atividade”¹⁵⁵. O avanço do trabalho resulta, portanto, de sua própria atividade, tendo como gatilho sua necessidade prima.

Lukács, em seu extenso desenvolvimento sobre o tema, em *Para uma ontologia do ser social*, afirma que das categorias decisivas que compõem o complexo do ser social, apenas o trabalho não pressupõe o *salto ontológico*¹⁵⁶ como dado, mas participa de sua própria possibilidade.

Todas as outras categorias dessa forma de ser [ser social] têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído. [...]. Somente

¹⁵⁴ K. Marx, *O capital*, 2013, p. 255.

¹⁵⁵ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social II*, 2013, p. 43.

¹⁵⁶ Por salto ontológico, Lukács entende o momento da passagem do ser orgânico para o social. Evento que, apesar de necessário para todo o desenvolvimento do raciocínio proposto, só pode ser conhecido idealmente. “A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento, de forma súbita ou gradativa, no tempo, da nova forma de ser”. (G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social II*, 2013, p. 46).

o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição.¹⁵⁷

O trabalho “assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social”¹⁵⁸, precedendo – ou autorizando – a emergência do próprio ser social, justamente por ser o ponto nodal da possibilidade mesma da existência humana. Ponto nodal do salto, mas também categoria permanente, sendo a mutabilidade – ou a dialética – do próprio trabalho que o mantém nessa condição “a-histórica”, “eterna”, ainda que absolutamente condicionada pelo contexto, i.e., pelas necessidades postas e as condições de suprimi-las, além de por sua própria história, pois os avanços e determinações do passado alteram suas possibilidades para as formas atuais e futuras. Nesse sentido argumenta Lessa que “o trabalho [...] apenas pode ser a categoria ‘eterna’ do mundo dos homens porque assume, a cada instante da história, configurações distintas que são irrepetíveis (portanto, únicas), pois portadoras de todo desenvolvimento do passado”¹⁵⁹.

Considerado já dentro das condições do social, de sua auto reprodução, o trabalho evidencia-se como *pôr teleológico*, como “surgimento de uma nova objetividade”¹⁶⁰. Esta noção, também vista por Aristóteles e Hegel¹⁶¹, distingue-se em Marx pelo fato deste não o aceitar como parte da natureza ou da história – o que exigiria algo como um espírito absoluto que lá o colocasse. Para ele, na forma do materialismo, o pôr teleológico se insere como elemento autorreprodutivo do homem, sendo característica particular ao ser humano. Em conhecida passagem d’*O capital*, Marx ilustra este processo ao comparar o trabalho do tecelão com as operações realizadas por uma aranha¹⁶². Enquanto esta realiza sua tarefa de modo mecânico, orgânico, o tecelão, ainda que imperfeitamente, projeta antes na consciência aquilo que só depois materializará. Não se trata mais de mera alteração da forma, mas de autoconsciência sobre a determinação dos processos de atuação sobre o objeto (natureza) com vistas a um fim específico. “O homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente”¹⁶³, i.e., o homem submete sua necessidade à sua consciência, no sentido de

¹⁵⁷ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social II*, 2013, p. 44.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 44.

¹⁵⁹ S. Lessa, *História e ontologia*, 2005, p. 75.

¹⁶⁰ G. Lukács, op. cit., p. 47.

¹⁶¹ Ibidem, p. 51.

¹⁶² K. Marx, *O capital*, 2013, pp. 255-56.

¹⁶³ Idem, *Manuscritos econômico-filosóficos*, 2010, p. 84.

que usa esta para solver aquela de forma livre, não determinada – ou autodeterminada. Movimenta-se assim a subjetividade humana para fora de si, condicionando e reestruturando o mundo exterior. O produto do trabalho torna-se a materialização da capacidade humana de produzi-lo. “O objeto que é produto dessa atividade [o trabalho] é extensão objetiva de uma existência subjetiva, ou seja, é externalização da capacidade humana para a consecução dessa mesma atividade”¹⁶⁴. Trabalho como fluxo de exteriorização da subjetividade do homem, condicionando a natureza à sua própria imagem. Para alcançar seu pôr, exige ainda do homem um controle muito grande sobre si, físico e mental, requalificando estas suas características ao orientá-las para aquele objetivo.

(...) o homem que trabalha deve planejar antecipadamente cada um dos seus movimentos e verificar continuamente, conscientemente, a realização do seu plano, se quer obter o melhor resultado possível. Esse domínio da consciência do homem sobre o seu próprio corpo, que também se entende a uma parte da esfera da consciência, aos hábitos, aos instintos, aos afetos, é uma exigência elementar do trabalho mais primitivo e deve, pois, marcar profundamente as representações que o homem faz de si mesmo, uma vez que exige, para consigo mesmo, uma relação qualitativamente diferente, inteiramente heterogênea daquela que corresponde à condição animal, e uma vez que tais exigências são postas por todo tipo de trabalho.¹⁶⁵

O trabalho acaba por atuar sobre e transformar, desde suas bases, o corpo e o espírito do homem que trabalha, a partir do pôr teleológico, assim como o faz com a natureza, ponto seminal do argumento de Ruy Moreira. O trabalho, extraído de Lukács, opera como metabolismo entre o ser humano e a natureza. “Ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza”¹⁶⁶. Evidencia-se o aspecto da materialidade do trabalho nessa premência mais imediata da necessidade, pondo o indivíduo face à diversidade – a natureza –, coabitando-a, para poder dela dispor. Como relação, o trabalho dá-se conjuntamente à tríade localização-distribuição-extensão, condicionando-a e sendo por ela condicionado. “É pelo metabolismo do trabalho, portanto, que a coabitação se estabelece”¹⁶⁷. A coabitação, porém, não é privilégio da relação

¹⁶⁴ J. Ranieri, *A câmara escura*, 2001, p. 30.

¹⁶⁵ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social II*, 2013, p. 129.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p. 44.

¹⁶⁷ R. Moreira, *Da região à rede e ao lugar*, 2007, p. 64.

homem-meio, mas indutora também de um espaço como produto social, como relação homem-homem. Atuar face à natureza é igualmente objeto de tomada de decisões socialmente determinadas, fazendo do trabalho um “agente de transformação do homem de um ser animal para um ser social”¹⁶⁸; “a origem da história”¹⁶⁹, nas palavras de Gerd Bornheim.

A preocupação de Moreira com a relação entre espaço e trabalho, no que tangencia nosso objetivo nesta dissertação, é ditada pelo enfoque ontológico por ele perseguido. Extraindo de Lukács a perspectiva discursiva do salto ontológico, nosso autor em tela atrela a ideia de alteração da relação de essência e existência próprias ao sujeito e à natureza, à dialogia coabitação-trabalho. O espaço, emergindo da/com a coabitação, constitui-se como inerência ao metabolismo trabalho, atrelando-se à ontologia do ser social. Institui-se assim o espaço como elemento fundante do ser, imediatamente a sua estruturação como resultando da ação pelo trabalho, donde pode Moreira afirmar que “o espaço é essencialmente um ente social”¹⁷⁰. Põe-se assim, mediante o trabalho, o espaço como ser – pois fundamento do homem – e como ente – pois obra dele.

Antes de encerrarmos em única estrutura o conjunto proposto por Moreira, como conceito de geograficidade, duas distinções necessitam breve desenvolvimento.

Mundanidade

Moreira põe como equivalentes geograficidade e mundanidade¹⁷¹ – conceito este extraído diretamente de Heidegger. Encontramos em *Ser e tempo* uma passagem que sugere esse paralelo: “‘Mundanidade’ é um conceito ontológico e significa a estrutura de um momento constitutivo de ser-no-mundo. Este, nós o conhecemos como uma determinação existencial do ser-aí. Assim, a mundanidade já é em si mesma um existencial”¹⁷². De fato, se considerados os paralelos, estes são em maior número que as diferenças. Estas, contudo, tornam uma aproximação que possibilitasse a substituição léxica inviável, e isto justamente por suas estruturas ontológicas. Entendamos.

¹⁶⁸ R. Moreira, *Pensar e ser em geografia*, 2013, p. 65.

¹⁶⁹ G. Bornheim, *A invenção do novo* in A. Novaes (org.), *Tempo e história*, 1992, p. 108.

¹⁷⁰ R. Moreira, *Pensar e ser em geografia*, 2013, p. 64.

¹⁷¹ Idem, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 32.

¹⁷² M. Heidegger, *Ser e tempo*, 2015, § 14, p. 111.

Mundanidade é um aspecto do ser-aí, e só dele, assim como mundo. Se mundo é o contexto ôntico em que vive o ser-aí¹⁷³ – e por contexto ôntico deve-se considerar o horizonte de relações estabelecidas por um ser-aí, para além do ente que ele manuseia imediatamente –, a mundanidade designa, sob o ponto de vista ontológico, o encontro entre essas duas partes, em sua estrutura imediata. “Passando por uma interpretação ontológica dos entes que vêm ao encontro dentro do mundo circundante, podemos buscar a mundanidade no mundo circundante (circumundanidade)”¹⁷⁴. Estes entes que “vêm ao encontro” e que irão definir toda a base ôntica do mundo, vêm justamente já dentro de uma relação, ou seja, “rigorosamente, um instrumento nunca ‘é’. O instrumento só pode ser o que é num todo instrumental que sempre pertence a seu ser”¹⁷⁵.

O instrumento sempre corresponde a seu caráter instrumental a partir da pertinência a outros instrumentos: instrumento para escrever, pena, tinta, papel, suporte, mesa, lâmpada, móvel, janela, portas, quarto. Essas “coisas” nunca se mostram primeiro por si, para então encherem um quarto como um conjunto de coisas reais. Embora não apreendido tematicamente, o que primeiro vem ao encontro é o quarto, não o “entre quatro paredes”, no sentido de espaço geométrico, mas como instrumento de habitação. É a partir dele que se mostra a “instalação” e, nela, os diversos instrumentos “singulares”. Antes deles, sempre já se descobriu uma totalidade instrumental.¹⁷⁶

É justamente nesse “vir” do quarto que se estabelece a possibilidade da mundanidade, sendo o quarto, já em suas significações contextuais únicas de uso estabelecidas, um elemento que compõe o mundo do ser-aí. O “vir”, por sua vez, dá-se mediante o uso, a instrumentabilidade ou manualidade dos entes. Segundo o uso que se faz de um instrumento, traz-se seu ser. “Em sua essência, todo instrumento é ‘algo para [...]’ Os diversos modos de ‘ser para’ como serventia, contribuição, aplicabilidade, manuseio constituem uma totalidade instrumental. Na estrutura ‘ser para’, acha-se uma referência de algo para algo”¹⁷⁷. O ‘ser para’ na lida cotidiana, por sua vez, não detém a

¹⁷³ M. Heidegger, *Ser e tempo*, 2015, § 14, p. 112.

¹⁷⁴ Ibidem, § 14, p. 114. Por *mundo circundante* deve-se entender “o mundo mais próximo do ser-aí cotidiano” (p. 114).

¹⁷⁵ Ibidem, § 15, p. 116.

¹⁷⁶ Ibidem, § 15, pp. 116-17.

¹⁷⁷ Ibidem, § 15, p. 116.

atenção daquele que usa o instrumento no instrumento em si, mas em seu telos, a obra a ser produzida. “É a obra que sustenta a totalidade das referências na qual o instrumento vem ao encontro”¹⁷⁸, sendo para Heidegger isso tanto verdade num ambiente de produção – como a oficina –, onde o martelo em uso ganha sentido pelo sapato que tem sua sola pregada, quanto fora dele:

A obra no horizonte de sua ocupação não é manuseada somente no mundo doméstico da oficina, mas também no mundo público. Com ele, descobre-se a natureza do mundo circundante, que então se torna acessível a qualquer um. Nos caminhos, ruas, pontes e edifícios, a ocupação descobre a natureza em determinada direção. Uma plataforma coberta leva em conta as intempéries; as instalações de iluminação pública levam em conta a escuridão, ou seja, a mudança específica de presença e ausência da luz do dia, a “posição do sol”. Nos relógios leva-se sempre em conta determinada constelação do sistema cósmico. Quando olhamos um relógio, fazemos um uso implícito da “posição do sol”, segundo a qual se faz o ajuste astronômico da medição oficial do tempo. No uso do instrumento relógio, manuseado discreta e diretamente, a natureza do mundo circundante também está à mão. Pertence à essência da função de descoberta de cada empenho ocupacional no mundo imediato das obras a possibilidade de descobrir, segundo cada modo de empenho, o ente intramundano evocado na obra. Isso significa: descobri-lo nas referências constitutivas da obra, em vários graus de explicitação e em diferentes envergaduras de aproximação da circunvisão.¹⁷⁹

Encontra-se nesse âmbito da manualidade na circunvisão, a chave que nos possibilitará compreender os pontos de encontro e afastamento da mundanidade com a geograficidade. A mundanidade, enquanto estrutura constitutiva de um ser-no-mundo, diz sobre o encontro do ser-aí com os entes intramundanos¹⁸⁰, mas em diferentes esferas. A partir desse encontro, que abarca toda sorte de aspectos – material, uso, usuário, obra –, nos deparamos com a espacialidade do ser-aí. De início, constata-se na manualidade a proximidade dos entes que estão “à mão”. Essa proximidade “não se estipula medindo-se distâncias”¹⁸¹, mas varia conforme o uso que se faz desse ente, levando-se em conta a

¹⁷⁸ Ibidem, § 15, p. 118.

¹⁷⁹ Ibidem, § 15, pp. 119-20.

¹⁸⁰ “O ente simplesmente dado ‘no’ mundo, nós o chamaremos de pertencente ao mundo ou *intramundano*”. [grifo nosso]. (M. Heidegger, *Ser e tempo*, § 14, p. 113).

¹⁸¹ M. Heidegger, *Ser e tempo*, § 22, p. 155.

circunvisão. Essa proximidade dirá sobre a posição do ente, porém sob um aspecto não-cartesiano. “O instrumento tem seu lugar ou então ‘está por aí’, o que se deve distinguir fundamentalmente de uma simples ocorrência numa posição arbitrária do espaço”¹⁸², afirma Heidegger, retomando o aspecto de finalidade que caracteriza os instrumentos e situando-os em um determinado *lugar*, relativo a seu uso, não no espaço. As referências de posição são construídas a partir da realidade ôntica do mundo, não o contrário.

Assim, por exemplo, o sol cuja luz e calor são usados cotidianamente possui seus lugares marcados e descobertos pela circunvisão, a partir da possibilidade de emprego variável daquilo que ele propicia: o nascente, o meio-dia, o poente, a meia-noite. Os lugares deste manual em contínua mudança, e não obstante uniforme, tornam-se “indicações” privilegiadas de suas regiões. Esses pontos cardeais, que ainda não precisam ter um sentido geográfico, proporcionam previamente o para onde de todo delineamento ulterior de qualquer região que possa vir a ser ocupada por lugares.¹⁸³

Consideram-se essas indicações de lugar como formadoras de “regiões”, às quais nos referimos quando queremos dizer o “onde” de cada ente situado na circunvisão. Estamos, porém, ainda no manual intramundano, lidando com o sistema de referências de aspecto ôntico. Para caminharmos em direção à mundanidade, precisamos atravessar ainda a espacialidade do ser-no-mundo para, enfim, apreendê-la no ser-aí.

O sistema de referências estabelecido para o conjunto de entes que estão no mundo, põe o ser-aí, mediante o ser-no-mundo, em duas formas de encontro com esses entes, afirma Heidegger, sendo a primeira dessas formas o *dis-tanciamento* e a outra o *direcionamento*¹⁸⁴. O dis-tanciamento fala sobre a relação de proximidade daquilo que foi encontrado no sistema de referências da circunvisão, porém mais uma vez não se enquadrando em um sistema métrico de medições, mas em uma espacialidade própria. O dis-tanciamento “mede” segundo a ocupação do ser-no-mundo, sendo esta, apesar de imprecisa, reconhecível por seus pares. “Para quem usa óculos, por exemplo, que, do ponto de vista do intervalo, estão tão próximos que os ‘trazemos no nariz’, esse instrumento de uso, do ponto de vista do mundo circundante, acha-se mais distante do

¹⁸² Ibidem, § 22, p. 155.

¹⁸³ Ibidem, § 22, p. 157.

¹⁸⁴ Ibidem, § 23, p. 158.

que o quadro pendurado na parede em frente”¹⁸⁵, ou seja, a espacialidade se estabelece de forma não-quantitativa, mas absolutamente relacional, a partir do encontro que se dá entre o ser-no-mundo e os entes, a partir da ocupação em que se encontra o sujeito. Esse encontro, por outro lado, não se dá aleatoriamente na circunvisão, mas de modo direcionado. “Toda aproximação toma antecipadamente uma direção dentro de uma região, a partir da qual o dis-tanciado se aproxima para poder ser encontrado em seu lugar”¹⁸⁶, sendo, portanto, esse direcionamento previamente dado “como modo de ser-no-mundo pela circunvisão da ocupação”¹⁸⁷. O direcionamento na circunvisão, entretanto, não se dá aprioristicamente como num sujeito “destituído de mundo”, mas sim porque o ser-no-mundo já se encontra lançado em um mundo sempre à mão. “O direcionamento próprio do distanciamento funda-se no ser-no-mundo”¹⁸⁸. Heidegger aponta que reside no dis-tanciamento e no direcionamento, enquanto modos de ser do ser-aí, através do ser-no-mundo, a evidência da espacialidade. Resta saber enfim sobre o espaço.

O espaço nem está no sujeito nem o mundo está no espaço. Ao contrário, o espaço está no mundo à medida que o ser-no-mundo constitutivo da presença já sempre descobriu um espaço. O espaço não se encontra no sujeito nem o sujeito considera o mundo “como se” estivesse num espaço. É o “sujeito”, entendido ontologicamente, o ser-aí, que é espacial em sentido originário.¹⁸⁹

O espaço se apresenta assim, segundo Heidegger, num contrabalanço ao espaço como categoria *a priori* da percepção kantiano, bem como ao espaço continente de Descartes – este sendo, indica, derivado como espaço puro e abstrato apenas porque aquela primeira espacialidade pode ser “descoberta” pelo ser-aí, através do ser-no-mundo. “De acordo com seu ser-no-mundo, o ser-aí já sempre dispõe previamente, embora de forma implícita, de um espaço já descoberto. Em contrapartida, o espaço em si mesmo fica, de início, encoberto no tocante às possibilidades puras de simples espacialidade de alguma coisa”¹⁹⁰. O espaço heideggeriano se apresenta duplamente, sendo de início “aberto” pela espacialidade possibilitada pela mundanidade dada na circunvisão, i.e., o

¹⁸⁵ Ibidem, § 23, p. 161.

¹⁸⁶ Ibidem, § 23, p. 162.

¹⁸⁷ Ibidem, § 23, p. 163.

¹⁸⁸ Ibidem, § 23, p. 163.

¹⁸⁹ Ibidem, § 24, p. 166.

¹⁹⁰ Ibidem, § 24, p. 167.

espaço é algo que se torna evidente pela identificação da espacialidade, mas por outro lado a identificação só é possível justamente pois o ser-aí já é de início espacial. O espaço é algo que o constitui, tornando-se existência através do ser-no-mundo. Não é *res extensa*, pois possibilidade desta, mas também não *res cogitans*, pois dependente do mundo. É a existência espacial do ser-aí que possibilita o encontro com o espaço.

A mundanidade advogada por Heidegger fala do “encontro” do ser-aí, enquanto ser-no-mundo, na circunvisão, com os entes intramundanos – e, isto, através de um conjunto de condições, tais como uso, material, sujeito, obra e, também, uma espacialidade específica. Este encontro dá-se na ocupação do sujeito, em seu dedicar-se às coisas. A geograficidade enquanto “condição espacial da existência do homem”, coloca Moreira, assemelha-se por indicar a relação entre trabalho e coabitação – dentro da cadeia localização-distribuição-extensão, donde ser o espaço a unidade consequente. Ocorre que o espaço, além de ocupar posições distintas nas duas hipóteses – em Heidegger como um dado existencial apriorístico, pois permite sua própria identificação assim como dos outros entes; em Moreira como unidade de sentido dado ao mundo –, deriva de dois processos de ação também distintos na estrutura analítica, uma vez que trabalho e ocupação não são sinônimos. Se na perspectiva marxista, recuperada pelo geógrafo, o trabalho é dado como processo de construção de mundo e reposição da subjetividade, mas que se encontra atravessado pela alienação específica de um sistema de produção, Heidegger opera com a ideia de ocupação no plano teórico, descolado da noção de práxis¹⁹¹. O sujeito, imerso no mundo em atividade com um objeto já-à-mão, descobre-o presente-à-mão quando este não se adequa a seu propósito, apenas daí derivando a identificação da espacialidade do mesmo, para então identifica-la no início do processo.

Heidegger toma como ponto de partida a imersão ativa de um agente engajado finito em seu entorno, que se relaciona com os objetos ao seu redor como algo já-à-mão; a percepção impassível de objetos enquanto presentes-à-mão surge gradualmente desse engajamento quando as coisas “funcionam mal” de diferentes maneiras e, portanto, é um modo de presença derivativo. O argumento de Heidegger, é claro, é que a descrição ontológica característica do modo como o *Dasein* está no mundo deve abandonar o dualismo cartesiano moderno de valores e fatos: a ideia de que o sujeito encontra objetos presente-à-mão nos quais ele projeta seus

¹⁹¹ Cf. S. Elden, *Between Marx and Heidegger*, 2004.

objetivos, e os quais ele explora adequadamente, falseia o estado próprio das coisas, isto é, o fato de que a imersão engajada no mundo é primigênia, e todos os outros modos de presença de objetos são dela derivados.¹⁹²

A passagem do já-à-mão ao presente-à-mão, descrita por Žižek, dá-se na mundanidade. A crítica ao cartesianismo é certa e indica a existência de dois momentos no relacionamento com os entes, não uma única projeção de si sobre eles. Há, porém, um curto-circuito argumentativo, uma vez que, por não ser assentado em uma base concreta, em um sistema de produção que direciona já esse uso primevo dentro de um campo subjetivo, o objeto já-à-mão e sua passagem ao presente-à-mão caem no campo da idealidade, desenvolvimento que deriva na descoberta do espaço de modo incompatível com aquele proposto por Moreira. Para Lefebvre, lembra Stuart Elden, “a teoria heideggeriana precisa ser relacionada à prática, às condições materiais. Como Hegel, Heidegger precisa ter os pés colocados no chão”¹⁹³.

A mundanidade não pode ser tomada como equivalente da geograficidade, seja porque aquela se apresenta como contexto amplo de encontro do ser-aí com os entes intramundanos, na circunvisão, através da ocupação do sujeito, e esta se põe como a condição espacial dos seres humanos, dentro do espectro trabalho-coabitação – ou seja, possuem estruturas distintas de espaço; seja porque as noções de trabalho e ocupação que atravessam as duas perspectivas possuem relações divergentes com o materialismo histórico dialético – uma assentada nele, a outra não desprendida da idealidade.¹⁹⁴

¹⁹² S. Žižek, *O sujeito incômodo*, 2016, pp. 35-36.

¹⁹³ S. Elden, *Between Marx and Heidegger*, 2004, p. 91.

¹⁹⁴ Apesar de não ter avançado na superação deste problema apontado por Lefebvre, Heidegger mostrou-se, em algumas passagens, inclinado a pensar “com os pés no chão”. Passagens como “com a ‘radiodifusão’, o ser-aí cumpre hoje o dis-tanciamento do ‘mundo’ através de uma ampliação e destruição do mundo circundante cotidiano, cujo sentido para o ser-aí ainda não se pode totalmente avaliar” (2015, p. 159); “a ação liberadora de deixar e fazer em conjunto se perfaz no modo da referência, guiada pela circunvisão e fundada numa compreensão prévia da significância” (2015, p. 165); e “por mostrar-se essencialmente num mundo, o espaço não decide sobre a modalidade de seu ser” (2015, p. 167) indicam esse vislumbre de estruturas que alteram as dinâmicas mesmo daquilo que Heidegger aponta como *a priori*. Contudo, não avança nessas possibilidades, deixando de recolocar dialeticamente os pressupostos do ser-aí e dos objetos já-à-mão.

Sein

Outro paralelo à geograficidade, proposto por Moreira, é a ideia de ser-estar na filosofia hegeliana. Há certa dificuldade em acompanhar essa indicação, posto que essa designação não está posta de forma explícita nos textos de Hegel, o que atribuímos a um aspecto da tradução. O termo alemão *sein* indica tanto a condição de *ser* como a de *estar*, indicando um imbricamento entre essas duas experiências da existência. Nesse sentido é compreensível a aproximação dessa perspectiva com a da espacialidade atrelada aos modos de ser dos indivíduos. Por outro lado, se percorremos o caminho das pedras do filósofo alemão e observamos o que ele entende por espaço e seu papel no desenvolvimento do espírito¹⁹⁵, diferenças substanciais se elevam entre os determinantes da comparação em questão. As próximas linhas buscarão esclarecer o encaixe do espaço no sistema hegeliano, considerando suas raízes na sensação até a cristalização do entendimento. Aspectos ligados à razão e ao conceito em seu processo de reposição permanente se estabelecem, dentro de seu sistema, após este momento e escapa por demais do tema deste trabalho.

Ao escrever sobre a lógica, Hegel dirá ser ela a ciência mais difícil, pois foge ao sensível e a representação geométrica, centrando-se na pura abstração, apesar da ironia de ter como conteúdo precisamente aquilo que nos é mais próximo e conhecido, que é nosso

¹⁹⁵ Acompanhamos Ranieri na compreensão da ideia de Espírito [Geist] na filosofia hegeliana: “trata-se propriamente do conhecimento humano, aquilo que é realização humana a partir do pertencimento em atividades que formam o homem; neste sentido, tem uma amplitude que encerra também a formação do indivíduo e do lugar que ele ocupa na realização de si mesmo (o que Hegel chamaria de “Espírito subjetivo” – a vida psicológica individual). “Espírito” comporta certo sentido de cultura de um povo ou de uma época, sob perspectiva daquilo que contém o mundo à volta desta gente: o *Volksgeist* ou “espírito do povo”. Assim, em contraste com a natureza, “espírito” é a mente humana e tudo aquilo que é produzido por ela; a consciência de objetos é parte que integra o espírito, e em seu desenvolvimento ele é também, primeiramente, espírito *objetivo* e, por último, espírito *absoluto*. O “Espírito objetivo” é o espírito comum (ou espírito de um povo) de um grupo social. É a objetivação do espírito subjetivo, pois está estabelecido em um ambiente institucional (Direito), além de costumes e leis. Neste sentido, trata-se da nova base da consciência e do caráter dos indivíduos pertencentes ao grupo. O “Espírito absoluto” engloba arte, religião e filosofia. Ao contrário dos espíritos subjetivo e objetivo, que são *finitos*, o espírito absoluto é *infinito*, pois, enquanto absoluto, o espírito constitui um objeto para si mesmo, mas sabe que também é e está refletido em algo distinto dele – ele é capaz de conceituar, posto que encontra, em si mesmo, o outro-de-si. Enfim, *Geist* (Espírito) tem o sentido não de uma simples coisa que aparece subjacente à nós, sim de atividade (humana); o Espírito também se desenvolve sempre por estágios que compreendem os outros, sendo os inferiores abarcados pelos superiores de forma reflexiva – ele não somente abarca, mas suprassume e, ao suprassumir, ele *compreende*; e, finalmente, o Espírito tem o poder de tomar posse, ou melhor, incorporar o que é o outro, tanto cognitiva quanto praticamente – e realizar-se neste outro de si. Então, o espírito é o conteúdo da anterioridade lógica que tem a capacidade de reproduzir as determinações das próprias estruturas lógicas dos fenômenos compreendidos por ele”. (J. Ranieri, *Trabalho e dialética*, 2011, pp. 95-96.).

pensar. Devemos, pois, conhecê-lo de um novo jeito. Afirma-se no §19 da *Enciclopédia*: “A lógica é a ciência da ideia pura, ou seja, da ideia no elemento abstrato do pensar”¹⁹⁶. É, portanto, a ciência que considera unicamente os movimentos interiores do pensamento, a ideia no pensar. A ideia, porém, como totalidade em desenvolvimento, construindo suas próprias determinações para si mesma.

Sobre a utilidade dessa ciência da ideia pura, para além de ser um exercício do pensamento – o pensar do pensar – cabe o apontamento sobre seu objeto, que nada é além da verdade e esta nada é além do absoluto, nada é além de deus. Mas “como eu, pobre verme da terra, seria capaz de conhecer a verdade?”¹⁹⁷. Pois é precisamente através do exercício do espírito que se pode estabelecer uma ponte entre o finito e o infinito.

Encarar o pensamento como meramente subjetivo, arbitrário e contingente é destituí-lo da possibilidade de conhecer a “Coisa mesma, o verdadeiro e efetivo”, pois é somente no pensamento, afirma Hegel, e em sua autoprodução – seu próprio conteúdo, que é si mesmo – que o “espírito pode conhecer o espírito”¹⁹⁸, distanciando-se do imediatamente sensível, que é mera forma para o conteúdo – este sim a verdade, pois o próprio deus apreendido no pensar.

A ciência da lógica, tendo o puro pensar como foco, tem como seu conteúdo o suprassensível e nele se detém. Mesmo a matemática e a geometria permanecem no sensível, ainda que um sensível abstrato e “carente-de-ser-aí”¹⁹⁹. Se a ciência da lógica imbui-se do compromisso de pensar o pensar, cabe pois pensar esse exercício.

Tomemos o pensar em sua representação que fica mais próxima; então ele aparece: α) primeiro em sua significação habitual subjetiva, como uma das atividades ou faculdades espirituais, ao lado de outras – da sensibilidade, da intuição, da fantasia etc.; do desejar, do querer etc. Seu produto, a determinidade ou a forma do pensamento, é o universal, o abstrato em geral. O pensar enquanto atividade, por conseguinte é o universal ativo, e de fato o universal que se atua; enquanto o ato – o produzido – é justamente o universal. O pensar, representado como sujeito, é o [sujeito] pensante, e a expressão simples do sujeito existente como [ser] pensante é Eu.²⁰⁰

¹⁹⁶ G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 19, p. 65.

¹⁹⁷ *Ibidem*, § 19, Ad. 1, p. 66.

¹⁹⁸ *Ibidem*, § 19, Ad. 2, p. 68.

¹⁹⁹ *Ibidem*, § 19, Ad. 2, p. 68.

²⁰⁰ *Ibidem*, § 20, p. 69.

Hegel apresenta, portanto, o pensar como subjetividade, como “atividade ou faculdade espiritual”, bem como é a sensibilidade, a intuição etc. O pensar é, portanto, atividade e como produto dessa atividade encontra-se a “determinidade ou a forma do pensamento”. Já aqui está o universal, o abstrato em geral. Para esclarecer esse salto da determinidade, da delimitação de uma forma, para o universal, Hegel faz distinção entre o sensível, a representação e o pensamento. Ainda, justamente nessa distinção, se ilumina a centralidade da ideia de universal ativo nesse momento, acompanhando o movimento que seguirá posteriormente.

Sobre o sensível há que se colocar inicialmente seu veículo de informação que são justamente os órgãos sensoriais. O que o determina, porém, é a singularidade, o indivisível. Colocadas como separadas, as coisas são singulares, mas ainda assim em relação umas com as outras. O que é sensível é um ser-fora-um-do-outro. Há portanto outros singulares.

Espaço temporalmente esses outros singulares dão-se, respectivamente, ao-lado-de-um-outro (uma indicação de espacialidade) e ao-lado e depois-de-um-outro (como indicação de temporalidade). Esse sensível singular, descrito como ser-fora-um-do-outro, é o conteúdo da representação em mim, ou seja, este conteúdo está em mim, pois apreendido através de meus órgãos sensoriais. A representação, por sua vez, tem por conteúdo o singular do sensível, mas igualmente “uma matéria originária do pensar consciente-de-si”, isto é, tem por conteúdo o sensível, mas também o pensamento igualmente singularizado. Hegel, neste momento, procura conciliar as ideias de tempo e espaço, sendo que este último “é infinito porque a Ideia é infinita, cuja forma do ser-outro ele apresenta como exterioridade recíproca abstrata”²⁰¹. Não se está falando aqui sobre um espaço geométrico abstrato, posto que o espaço se dá *na natureza* e esta possui um conteúdo qualitativo próprio, rico, pois é ela o próprio Absoluto²⁰². Há uma tridimensionalidade, mas sem diferença determinada.

[...] repousa sobre a natureza do conceito, cujas determinações, aliás, nesta primeira forma do fora-um-do-outro, [isto é] na quantidade *abstrata*, são de todo apenas superficiais e uma diferença plenamente vazia. Não se pode dizer de que modo *altura*, *comprimento* e *largura* se distinguem entre si, porquanto elas apenas *devem* ser diferentes, mas não

²⁰¹ A. Koch, *Espaço e tempo em Kant e Hegel*, 2009, p. 69.

²⁰² *Ibidem*, p. 59.

são nenhuma diferença; é plenamente indeterminada a classificação de uma direção como altura, comprimento ou largura.²⁰³

É nítida a influência em Heidegger neste ponto, bem como o papel decisivo de Marx em “limpar” a idealidade hegeliana, pondo “seus pés no chão”: dessa não determinação, dada como quantidade abstrata – fora-um-do-outro, ao-lado-de-um-outro –, emerge o espaço geométrico.

[Hegel] mostra como surge a tridimensionalidade do espaço: 1º) do ponto enquanto da negação (ela própria espacial) do espaço, 2º) da linha enquanto do primeiro ser-outro do ponto e 3º) da superfície enquanto a negação desta negação, a qual, na verdade, em sentido negativo, é uma ulterior “determinidade frente à linha e ao ponto” e, em sentido afirmativo, porém, “superfície encerrante” e, “com isto o restabelecimento da totalidade espacial”.²⁰⁴

Há uma curiosa semelhança entre a estrutura do espaço geométrico hegeliano com o espaço que nos apresenta Moreira – semelhança que creditamos ao desenvolvimento dialético das duas ideias. Hegel trabalha com as ideias de ponto-linha-superfície, emergindo então o espaço, o que nos remete à tríade localização-distribuição-extensão, donde também o espaço se põe como “consequência”. O que traz a diferença abismal entre os dois processos é o assentamento idealista do primeiro, onde as qualidades dos entes naturais se põem, de partida, como dadas pela Ideia; e a materialidade incontornável, apresentada por Moreira, como geradora desta tríade, à qual ela se adequa e então se repõe.

Apesar da semelhança dessa representação com o que se verá como entendimento, este possui a condição de estabelecer relações. Singulariza na diferenciação, na oposição: finito/infinito, universal/particular etc. A representação limita-se a recolocar no pensar aqueles primeiros objetos singulares, fora-um-do-outro. Ocorre que a representação, por dar-se em mim, como um novo apresentar do objeto – tanto o do sensível quanto o do pensamento – o põe também como um universal, mediante o pensamento, e aqui Hegel recorre à linguagem para expressar esse salto.

²⁰³ G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. II, 1997, § 255, p. 50 *apud* A. Koch, *Espaço e tempo em Kant e Hegel*, 2009, p. 69.

²⁰⁴ A. Koch, *Espaço e tempo em Kant e Hegel*, 2009, p. 69.

A linguagem, por ser obra do pensamento – só falamos aquilo que foi primeiro posto no pensar –, ao nominar, determina o objeto que é meu, em meu pensar. Esse nominar, contudo, ao expressar um singular (“aqui”, “agora”), faz referência ao universal, pois o “aqui” ou o “agora” valerão a cada “aqui” e “agora” de cada outro indivíduo²⁰⁵. Ao nominar o singular expresso seu universal.

O pensar tem como produto, portanto, o universal. Hegel dirá que o pensar, como atividade, é o “universal ativo” ou o “universal que se atua”, pois se como ação o pensar é o universal atuando e tem o universal como produto, ele age sobre si mesmo. Ainda, aquele imediatamente sensível, singular, por ser determinado no e pelo pensamento, é também um universal.

O pensar como sujeito, enfim, é Eu. Eu, primeiramente como singular, ao me diferenciar como sujeito, ponho também os outros Eu. Determino-me determinando os outros, universalizando assim o Eu. Universalizando a mim. Mas Eu também é relação de si consigo mesmo, atravessando todos os momentos da sensibilidade, da representação e do pensar. É então o Eu a universalidade que permeia todos o processo e, sendo consigo mesmo, é sujeito do pensar.

Quando digo Eu, então eu me visio como esta pessoa singular inteiramente determinada. Entretanto, de fato, assim nada de particular enuncio sobre mim. Eu, cada um dos outros também o é, e, quando me designo como Eu, na verdade eu visio a mim – este singular – e contudo exprimo, ao mesmo tempo, algo perfeitamente universal. [O] Eu é o puro ser-para-si, em que toda a particularidade está negada e suprassumida; esse [ser] último, simples e puro para a consciência. Podemos dizer assim que “o Eu e o pensar são o mesmo”; ou, mais precisamente, que “o Eu é o pensar enquanto [ser] pensante”. O que tenho em minha consciência, isso é para mim.^{206 207}

Ainda sobre a representação, vale ressaltar que elas, “em geral, podem ser vistas como metáforas dos pensamentos e conceitos. Mas, pelo fato de se terem representações,

²⁰⁵ G. W. F. Hegel. *Fenomenologia do espírito*, 2014, §§ 98-102, pp. 86-87.

²⁰⁶ Idem, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 24, Ad. 1, p. 79.

²⁰⁷ Pontuo aqui uma observação do dicionário Hegel, onde Inwood, ao desenvolver a noção de universal (M. J. Inwood. *A Hegel dictionary*. Oxford : Blackwell Publishing Ltd., 1992, p. 308), expõe a raiz latina universalis, derivada de universus, que significa “voltado para o um” (no dicionário está colocado “turned (versus) into one (unus)”). Assim, o universal ativo ao visar o objeto evidencia justamente este aspecto de voltado para o um, que é precisamente ele mesmo.

não se conhece ainda sua significação para o pensar, não se conhece ainda seus pensamentos e conceitos”²⁰⁸. Se aqui o uso da representação coloca esse como sendo ainda apenas um momento do movimento da totalidade do conceito, podemos avançar para acenar o papel da reflexão na ascendência ao absoluto.

β) Enquanto o pensar é tomado como ativo em relação a objetos – a reflexão sobre algo – o universal, enquanto é um produto dessa atividade, contém o valor da Coisa: o essencial, o interior, o verdadeiro.²⁰⁹

Primeiramente há que se indagar quais objetos são alvo desse pensar ativo. Pois justamente a apreensão, já em pensamento, daquilo que se deu no imediato, no sensível, na representação. Estes, como já agora em pensamento, são produtos do universal ativo, já ascendendo a um novo estágio, contendo o “valor da Coisa”. A reflexão atua no distanciamento daquilo que foi imediatamente dado, apreendendo agora os objetos em pensamento: “Mediante a reflexão, algo se alterou na maneira como o conteúdo é inicialmente sensação, intuição, representação. Por conseguinte, é somente por intermédio de uma alteração que a verdadeira natureza do objeto chega à consciência”²¹⁰. Há, portanto, através da reflexão, uma mudança na forma como o conteúdo é dado naquela primeira maneira imediata. Há uma alteração da forma, porém não do conteúdo. Recorro novamente à introdução da *Enciclopédia* para esclarecer um ponto.

O conteúdo que preenche nossa consciência, seja de que espécie for, constitui a determinidade dos sentimentos, intuições, imagens, fins, deveres etc., e dos pensamentos e conceitos. Sentimentos, intuição, imagem etc. são nessa medida as formas de tal conteúdo, que permanecem um só e o mesmo: quer seja ele sentido, intuído, representado, querido; quer seja somente sentido, intuído etc., com mistura de pensamento; quer seja pensado totalmente sem mistura. Em qualquer uma dessas formas ou na mistura de várias, o conteúdo é objeto da consciência. Mas, nessa objetividade, as determinidades dessas formas se juntam ao conteúdo, de modo que, segundo cada uma dessas formas, um objeto particular parece surgir, e – o que em si é o mesmo – pode parecer um conteúdo diverso.²¹¹

²⁰⁸ G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 3, com., p. 42.

²⁰⁹ *Ibidem*, § 21, p. 74.

²¹⁰ *Ibidem*, § 22, p. 75.

²¹¹ *Ibidem*, § 3, pp. 41-42.

Mediante a reflexão altera-se a forma daquele algo, que era intuição, representação, para agora o essencial, o interior, o verdadeiro. É através dessa alteração que “a verdadeira natureza do objeto chega à consciência”. Cabe reforçar: o contrário, a alteridade daquele algo, seu Outro, é justamente o sujeito pensante. É portanto Eu.

A verdade que chega enfim à consciência, mediante a reflexão (a reflexão do Eu), é, portanto, resultado de sua própria atividade.

Enquanto na reflexão tanto vem à luz a verdadeira natureza como esse pensar é minha atividade, assim também essa natureza é igualmente o produto do meu espírito, e sem dúvida como sujeito pensante; produto de mim segundo minha universalidade simples, enquanto Eu absolutamente essente junto a si – ou seja, de minha liberdade.²¹²

O fato do Eu, através de sua própria atividade universalizante, “pôr luz” no universal do que era apenas imediatamente dado, torna essa verdade produto da própria liberdade do Eu como sujeito pensante. Se temos, contudo, a verdade como produto do pensar ativo e a verdade é, ela mesma, objeto da filosofia, emerge ela agora produto de um pensamento objetivo:

Segundo essas determinações, os pensamentos podem ser chamados objetivos. Entre eles há que contar-se também as formas que primeiro são estudadas na Lógica ordinária e costumam ser tomadas unicamente por formas do pensar consciente. A lógica coincide pois com a metafísica, a ciência das coisas apreendidas no pensamento, que passavam por exprimir as essencialidades das coisas.²¹³

Aquilo que é em pensamento, assim como o que é imediatamente dado no mundo, é pensamento, é produto do universal ativo. Não autônomos, mas determinados. Uma objetividade determinada em pensamento. É a lógica, como a metafísica, ciência das coisas apreendidas no pensamento. Como “ciência da ideia pura [...] da ideia no elemento abstrato do pensar”²¹⁴.

Considerando, contudo, a expressão *pensamentos objetivos*, emerge um impasse quanto a possibilidade da verdade nesse momento, pois carrega consigo uma fixidez do

²¹² G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 23, pp. 76-77.

²¹³ *Ibidem*, § 24, p. 77.

²¹⁴ *Ibidem*, § 19, p. 65.

pensamento, incompatível com a fluidez que se espera do pensamento dialético. O próprio Hegel nos alerta que

Se as determinações-de-pensamento estão afetadas de uma oposição fixa, isto é, se são apenas de natureza finita, então são inadequadas à verdade, que é absolutamente em si e para si; assim não pode entrar a verdade no pensar. O pensar que só produz determinações finitas e nelas se move chama-se entendimento [Verstand] no sentido estrito do termo.²¹⁵

O entendimento é o pensar fixo, é a determinação-de-pensamento que pode operar apenas em oposição/diferenciação de outra determinidade. Um “Abstrato limitado”²¹⁶, que dará forma de universalidade a seu conteúdo. O entendimento é, mais uma vez, “a força de limitar”²¹⁷. Nesse sentido, o entendimento limita e põe como opostas as coisas, julgando-se nesse processo como razão; ou ainda

Voltado contra a razão, ele se comporta como entendimento humano comum e faz valer sua concepção que a verdade repousa na realidade sensível, que os pensamentos são apenas pensamentos, no sentido de que somente a percepção sensível lhes dá teor [Gehalt] e realidade [...].²¹⁸

Ora, mas é justamente no sentido de “liquidificar” a rigidez do entendimento em seus opostos fixos que a razão se movimenta, ainda que esta não “se coloque em geral contra as oposições e as limitações; pois a cisão necessária é um fator da vida”²¹⁹, conforme expõe Hegel mediante a lógica. O que se demonstra é que o entendimento possui uma tão vigorosa força de determinação e fixação, que se acumulam conteúdos das mais diferentes culturas na história, consolidando um edifício rígido entre o homem e o absoluto – e este último sendo incompatível com a limitação imposta pelo entendimento, ainda que presente em cada um dos opostos desde o início da cisão²²⁰.

²¹⁵ G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 25, p. 87.

²¹⁶ *Ibidem*, § 80, p. 159.

²¹⁷ *Idem*, *Diferença...*, 2003, p. 37.

²¹⁸ *Idem*, *Ciência da lógica* : 1, 2016, p. 35.

²¹⁹ *Idem*, *Diferença...*, 2003, p. 38.

²²⁰ *Ibidem*, p. 40.

A necessidade da filosofia emerge justamente da busca empreendida pela razão em “libertar a consciência das limitações”²²¹, criando assim a possibilidade da síntese entre os opostos, condição do absoluto em sua ilimitabilidade.²²²

Considerando a determinação dos objetos em sua espacialidade, Moreira operaria com sua tríade localização-distribuição-extensão no campo do Entendimento, pois aquilo que é identificado na paisagem, em suas relações e unidade, já está dotado de qualidade específica – solo, vegetação, relevo, atividade humana etc. –, ao passo que Hegel insere o espaço num campo estritamente lógico e anterior a própria representação. Ser-fora-um-do-outro independe, no sistema hegeliano, da qualidade do que é.

Um segundo aspecto da distinção necessária entre a geograficidade e o ser-estar hegeliano é relativo à categoria trabalho. Em verdade, os paralelos entre as proposições de Marx e Hegel, sobre o trabalho, são maiores do que as diferenças, o que não causa espanto se considerada a influência de um sobre o outro. O trabalho, seja a autopoção do eu hegeliano, seja o pôr teleológico marxiano, “representa a força material de realização e, mais ainda, a mediação corrente em todos os momentos de constituição e reestruturação da consciência”²²³. A distinção de fundo é, porém, imensa, já que toda reflexão hegeliana possui caráter de absoluta abstração, “uma vez que toda particularidade objetiva não é senão momento a ser reassumido por um universal ideal e ainda indeterminado”²²⁴.

A observação da posição do espaço nos sistemas filosóficos de Heidegger e de Hegel – e não apenas a falta de um “acento marxista”, enraizando a mundanidade e o ser-estar “no âmbito do metabolismo do trabalho”²²⁵ – nos autoriza a dúvida quanto ao paralelismo, proposto por Moreira, entre os três conceitos. Tratam-se de construções lógico-filosóficas que demandariam ampla reestruturação para adequarem-se à geograficidade. Apropriar-se de uma ideia, alocando-a dentro de uma estrutura em desenvolvimento – ou ainda

²²¹ G. W. F. Hegel, *Diferença...*, 2003, p. 40.

²²² Em “defesa” do Entendimento, argumenta Žižek que “o erro do Entendimento é perceber sua própria atividade negativa (de separar, dissociar as coisas) somente em seu aspecto negativo, ignorando seu aspecto ‘positivo’ (produtivo) – a Razão é o Entendimento em si em seu aspecto produtivo”. (S. Žižek, *Menos que nada*, 2013, p. 121).

²²³ J. Ranieri, *Trabalho e dialética*, 2011, p. 96.

²²⁴ Ibidem, p. 96.

²²⁵ R. Moreira, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 32.

desenvolver uma estrutura a partir daquela primeira ideia – não é o mesmo que indicar a pertinência de sua própria ideia dentro de uma outra estrutura de pensamento. Sobre isso, especificamente relacionado a aproximação com Marx na obra de Moreira, onde este aponta que

Em se tratando da condição geográfica da existência humana, o olhar marxista é que deve afeiçoar-se ao arsenal categorial, conceitual e linguístico da geografia. Trata-se menos de fazer de Marx um geógrafo, ou esperar ver uma geografia nos escritos de Marx, que fazer da geografia uma forma de olhar pelos olhos de um referencial marxista, mas com as formas e categorias de olhar próprias. O olhar do marxismo emprestaria o foco.²²⁶

Breno Pedrosa indica que

essa visão é muito discrepante da nossa, porque pode causar uma valorização indevida da história do pensamento geográfico. Indevida porque vai tender a revalorizar conceitos ultrapassados e descontextualizá-los tentando atrelá-los às temáticas que não lhe são próprias. Não é possível um “marxocentrismo” para pensadores fora do âmbito do marxismo.²²⁷

O que se propõe é, por outro lado, observar o desenvolvimento da geografia em seus contextos teóricos específicos, bem como buscar enxergar o que de geográfico há nos pensadores marxistas e no próprio pensamento marxiano. “Se a geografia versa sobre a existência humana – e seguramente o faz – então as relações entre homem e meio são um elemento que está presente na obra dos marxistas”²²⁸.

Realizamos este “breve” *détour* para melhor entender a posição de nosso autor em questão com relação a outros pensadores, aos quais ele indica maior ou menor afinidade teórica, mas também para melhor compreender o posicionamento de questões centrais à ciência geográfica em outros pontos do pensamento científico e filosófico moderno. Avancemos agora para uma estruturação gregária das diferentes indicações feitas por Moreira acerca da geograficidade.

²²⁶ R. Moreira, *Marxismo e geografia*, 2004, p. 30.

²²⁷ B. Pedrosa, *A geografia crítica brasileira*, 2012, p. 163.

²²⁸ *Ibidem*, p. 164.

2.3.2 O sertão é a geograficidade

Concatena-se no sertão – aquele da literatura – o conceito de geograficidade. “O sertão é a geograficidade”²²⁹, afirma Ruy Moreira, sem mais rodeios. É então o sertão “condição espacial do homem” e “modo espacial da existência do homem”. A geograficidade é, entende-se do conjunto, a forma espacial como o ser humano existe. Estruturemos.

O sujeito que habita o sertão o tem como o jeito próprio de se viver. Viver aí não é o mesmo que viver em qualquer outro *lugar*. Viver *no* sertão é viver *o* sertão. É viver “sertanejamente”. Identificam-se nele elementos que lhe são próprios: um tipo de solo, um tipo de casa, um tipo de planta, um tipo de homem e um tipo de mulher. Identificar esses elementos é também localizá-los: estão no sertão pois estão localizados em algum lugar *dentro* dele. Identificar esses elementos é também colocá-los em relação: qual elemento, para o quê, da parte de quem? Qual alteridade se põe a este elemento? Qual a relação dele com este Outro? E desse conjunto de relações se desprende a extensão: até onde isso se dá? O que posso agregar como componente plasmado dessa relação? Responder essas questões é encontrar o espaço. A unidade temática dessas questões, que partem do ponto e vão à superfície, atravessadas pela coabitação, pela alteridade, responde pelo nome de espaço. Inclui-se aí, em absoluto com menor peso, o tipo de relação que define essa espacialidade. Sabemo-la ser o trabalho. A relação homem-meio e homem-homem é dada via trabalho. E é desse metabolismo que emerge a reposição de todo o conjunto de relações estabelecidas espacialmente: requalifica-se a localização, a distribuição e a extensão, requalificando-se a coabitação e, enfim, o trabalho, suprassumindo dialeticamente o próprio movimento gerador. É esse conjunto de relações espaciais com o trabalho que caracteriza a geograficidade: um modo espacial de existência do homem. Cada conjunto particular desse processo configura um modo espacial de existência particular, uma geograficidade particular, portanto. Dizer ser o sertão a geograficidade indica a particularidade de seu conjunto espaço-trabalho, definido por e definindo um conjunto de relações homem-meio e homem-homem particular, identificada como sertão, i.e., o sertão é *uma* geograficidade.

²²⁹ R. Moreira, *Pensar e ser em geografia*, 2013, p. 157.

2.4 Geograficidade em Elvio Martins

Tornado público em 2007, o artigo *Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser*, nos aparece como o mais reproduzido trabalho de Elvio Martins onde o termo geograficidade aparece explicitamente grafado. De todo modo, outros trabalhos do mesmo autor nos auxiliarão a cercar o todo – tanto quanto possível – da estrutura de sua posição sobre esta ideia, principalmente sua tese de livre docência *Geografia e filosofia: o fundamento geográfico do homem*. Outrossim, abriremos o leque necessário de auxílio advindo de outros geógrafos, bem como filósofos, para iluminar os pontos necessários.

No afã de encontrar os impulsos que direcionaram a centralidade deste debate na obra de Martins, a introdução a sua tese de livre docência é esclarecedora:

Trata-se do comprometimento político da prática enquanto geógrafo. E o problema se resumia a entender em que medida a geografia poderia interferir no caráter da sociabilidade. Em um contexto onde parte significativa da população tende a viver em cidades, em que medida isso parecia interferir no desenvolvimento da sociabilidade em seus aspectos relativos à identidade e pertencimento? Ter a cidade e sua geografia como habitat repercutiria em que medida no desenvolvimento da subjetividade, da constituição do indivíduo, da possibilidade da consciência de classe? Enfim, o habitante da cidade tem qual caráter da consciência de si, do outro ou da geografia em que vive?²³⁰

Já aqui um apontamento direto, ainda que preambular, à relação entre ontologia e geografia, posto que esta aparenta transmutar em um sistema de determinações sobre o ser. Este engajamento político, sob um viés essencialmente filosófico, já se delineava em sua tese de doutorado, na qual, à guisa de conclusão, pontua que “ser é pertencer. Estar situado. Ter geograficidade”. Um problema que se delineava, mas que aqui analisaremos no todo.

Começemos, enfim, direto por síntese apresentada em seu artigo de 2007, da qual encaminharemos análise.

E é neste sentido que podemos ter a Geografia como categoria da existência. Esta categoria que é constituída por espaço, tempo, relação e

²³⁰ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, pp. 08-09.

movimento, estabelecidos a partir da enti(dade) genérica do mundo que é a matéria, e por sua expressão subjetiva, a Ideia.²³¹

Descontando o fato de que esta passagem atravessa o pensamento filosófico desde Aristóteles até Sartre, centramos sua importância inicialmente na constatação de que podemos “designar a Geografia de geograficidade”²³². Temos nosso ponto de partida.

2.4.1 Um mundo de categorias

Fundamental para compreender o desenvolvimento lógico proposto por Martins é a diferenciação estabelecida entre Geografia e ciência geográfica. A ciência geográfica – ou geografia, grafada com inicial minúscula – nós a conhecemos bem, ou ao menos possuímos intimidade o bastante com sua existência – acadêmica e escolar, diga-se de passagem – para não questionar este mesmo fato: ela existe. Há um campo de investigação, portanto, com seus próprios métodos e objetos, com seu “conjunto de procedimentos especificamente definidos”²³³, que designamos ciência geográfica. Do outro lado temos algo que designamos Geografia e que não se confunde com um campo de conhecimento, mas se mostra como um dado da realidade, e isso vemos em nosso discurso cotidiano quando dizemos que a Geografia de um dado lugar possui tais e tais característica ou tais e tais desdobramentos. São afirmações expressas por aqueles que não compõe o grupo detentor da prática profissional específica que nos melhor indica esse uso do termo:

Pode-se dizer que o PCC é um elemento da geografia do Estado na gestão dos ilegalismos de São Paulo.²³⁴

Enquanto isso, os verdadeiros habitantes da Índia surgiam para nós como um outro tipo de outro. Ao inventar nossos outros devemos ter em mente que esses outros já têm uma história e uma geografia em nossa fantasia, e que eles responderão à nossas fantasias com outras fantasias – e essas são feitas daquilo que sequer sabemos que não sabemos.²³⁵

²³¹ E. Martins, *Geografia e ontologia*, 2007, p. 40.

²³² Ibidem, p. 40.

²³³ Idem, *O pensamento geográfico...*, 2016, p. 63.

²³⁴ A. Teixeira, *O sistema repressivo...*, 2017.

²³⁵ C. Dunker, *Alá não é Deus*, 2017.

O que se manifesta nessas passagens é a ideia da “Geografia como um fundamento constituinte e presente na realidade que nos cerca, bem como um fundamento que dá estrutura ao pensamento”²³⁶, i.e., nos referimos a algo dado no mundo como sendo Geografia, ao mesmo passo que essa Geografia afeta e constitui a subjetividade humana. Apesar da ponte entre a ciência geográfica, como apresentada, e a Geografia parecer já preestabelecida, indicando um campo do sujeito e outro do objeto bem delimitados, um conteúdo e uma forma de apreensão desse conteúdo, o que Martins indica é justamente um nó nessa conexão e que tem, na tradição do discurso geográfico, particularmente em sua estrutura cartesiana, sua raiz. Trata-se, aponta, de um imbróglgio ontológico que alçou o espaço à condição de objeto da ciência geográfica e o tomou como sendo a própria Geografia. Busquemos acompanhar.

Relação

Do princípio que consideramos incontornável para acompanhar a construção teórica de Martins, a ideia de relação – enquanto categoria – se põe de pronto. Uma digressão em sua elaboração é, contudo, necessária. Partamos de uma citação de Engels, usada pelo geógrafo em sua livre docência: “a matéria como tal é pura criação do pensamento, é pura abstração. Abstraímos das diferenças qualitativas das coisas ao classifica-las como existindo corporalmente sob o conceito de matéria”²³⁷. Distender esta colocação permite a análise de diversas proposições de Martins, porém todas no sentido de reafirmar um afastamento da metafísica. Segundo ele

o que temos é o fato de a matéria ter uma relação indissolúvel com a ideia. Podemos asseverar que a ideia por si não se estabelece, se não for por sua alteridade imediata, tão abstrata quanto ela mesma. E o oposto também é verdadeiro. A matéria se firma mediante a ideia, o que permite entender a afirmativa de Engels. É como se pudéssemos dizer que a ideia encontra seu ser fora de si naquilo que não é ela mesma. Assim, sem ideia não há matéria, da mesma forma que sem matéria não há ideia.²³⁸

²³⁶ E. Martins, *Geografia e ontologia*, 2007, p. 38.

²³⁷ F. Engels, *A dialética da natureza*, 1979, p. 140 *apud* E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 19.

²³⁸ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 23.

Ataca-se dessa maneira um princípio cartesiano que atravessa a filosofia e a ciência ocidental, que é o da segmentação *res extensa* e *res cogitans*, ao mesmo tempo em que elimina a centralidade do absoluto em qualquer um destes dois polos, i.e., não há uma verdade eterna escondida na matéria à qual o sujeito vem descobrir – tal como pretende a ciência – assim como não há um sujeito que, carregando consigo todo o real, dota as coisas de sentido à revelia delas mesmas, como insistem filosofias que ainda carregam o manto do idealismo. Martins, ao fincar os pés no finito, resgata na dialética materialista²³⁹ a não precedência da ideia sobre a matéria, bem como seu contrário. Por este mesmo caminho, mas para evitar o caráter altamente abstrato da palavra *matéria*, realiza-se a transposição desta para a categoria *mundo*²⁴⁰. Aqui, aderindo-se passageiramente a Heidegger, Martins aproxima o debate do terreno mais próximo à ciência geográfica. Em termos breves, o lado da ideia, da subjetividade, aparece colada ao *ser-aí* em sua contraposição ao mundo: funda-se o mundo frente o *ser-aí* e este se põe possível pois *aí* situado. Um reposicionamento dos termos que melhora a compreensão do surgimento do *ser-no-mundo*. Todo este preâmbulo, porém, mostrou inescapável a transversalidade da ideia de relação na construção aqui pretendida. A mútua fundação ideia/matéria, ou *ser-aí*/mundo – sintetizada no *ser-no-mundo* – é justamente o exercício da relação e a passagem do debate do campo ôntico para o ontológico. Desenvolvamos.

A ciência moderna, construída nos pressupostos cartesianos de separação entre ideia e matéria, no afã de garantir sua plena objetividade, desloca a idealidade aristotélica para a total entificação da verdade, ou seja, se antes encontrávamos os pressupostos do real já contidos no espírito, consistindo o conhecer no processo de aplicação desses pressupostos aos entes em geral, daí emergindo o ser, a virada epistemológica da modernidade vem não mais com a premência do sujeito sobre o objeto, mas justamente

²³⁹ Aparece vívida aqui a aproximação ao pensamento do Marx dos *Manuscritos econômico-filosóficos*: “Um ser que não tenha sua natureza fora de si não é nenhum ser *natural*, não toma parte na essência da natureza. Um ser que não tenha nenhum objeto fora de si não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu *objeto*, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é nenhum [ser] objetivo.

Um ser não objetivo é um *não-ser*”. (K. Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*, 2010, p. 127). Trata-se efetivamente da não dissociabilidade entre sujeito e objeto, entre o que define e o definido, entre ser e ente. A fundação de cada par se dá sempre de modo mutuamente determinado. Qualquer posição que fuja desse princípio termina por aceitar um essencialismo em um dos vetores, direcionando o debate necessariamente ao campo metafísico.

²⁴⁰ Cf. seção 2.2.1 deste trabalho para mais extenso desenvolvimento sobre esta categoria na obra de Heidegger.

com um objeto que já carrega consigo seu ser, cabendo ao sujeito justamente se sujeitar ao que este objeto lhe entrega objetivamente como verdade, num processo estrito de entificação do ser²⁴¹. A ciência, nesse estágio,

opera uma investigação de caráter ôntico, e nunca supera esse patamar. Vale dizer que a ciência nunca transcende a dimensão do ente, nunca o supera e, quando supostamente diz do ser dos entes em geral, na verdade está ainda na dimensão do ente (ela rigorosamente “entifica” permanentemente o ser). Isso deriva da postura que admite que o sujeito se coloque diante do objeto na expectativa piedosa de que o objeto se revele no que ele é por ele mesmo, sendo o sujeito um mero receptor dessa “revelação”. Supostamente tomará o objeto friamente em sua crueza, neutro, totalmente passivo diante dele, destituído de subjetividade.²⁴²

Paradoxalmente, esse ente que revela seu ser na relação é apreendido em sua verdade pela quantidade. A matemática – linguagem do sujeito – revela a verdade constituinte dos objetos. Lembra nosso geógrafo em tela que, para Descartes, “é somente mediante a quantidade que se chega ao caminho correto do pensamento”²⁴³, mas que a ideia de quantidade está diretamente imbricada na de espaço, o que traçamos pela afirmação cartesiana de que “a quantidade não se distingue verdadeiramente da substância extensa” e “a substância corpórea não pode ser claramente concebida sem sua extensão”²⁴⁴. Sobre este ponto em particular retornaremos mais à frente. De todo modo, para Martins, é necessário requalificar o debate e trazê-lo em direção à ontologia, posto que permanecendo no campo científico como agora está, “a questão permanece no terreno ôntico, nunca atingindo a condição ontológica, onde de fato reside a dialética”²⁴⁵. Será justamente aí, na dialética, que se estabelecerá a virada. Retomemos a partir do princípio

²⁴¹ Sobre a ainda atual coexistência destas duas perspectivas de alocação do ser no sujeito ou no objeto, conferir o encaminhamento proposto por Eleutério Prado no artigo *A questão da emergência*, onde atrela a fluidez dos dois pressupostos às necessidades de reprodução do capital. Em passagem que cita diretamente Carlos N. Coutinho, aparece que “quando atravessa momentos de crise, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista; quando enfrenta períodos de estabilidade, de ‘segurança’, prestigia as orientações fundadas num ‘racionalismo formal’” (C. N. Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*, 2010 *apud* E. Prado, *A questão da emergência*, s/d, p. 13).

²⁴² E. Martins, *As dimensões do geográfico*, 2014, p. 50.

²⁴³ *Ibidem*, p. 51.

²⁴⁴ R. Descartes, *Los principios de la filosofía*, 1995, pp. 76-77 *apud* E. Martins, *As dimensões do geográfico*, 2014, p. 51.

²⁴⁵ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 50.

da relação e como ela se estabelece em Hegel, ilustrativa do caminho que tentamos aqui acompanhar.

A existência *imediata* porém é a determinidade da consistência mesma como [também] da forma; por conseguinte, é tão exterior à determinidade do conteúdo quanto essa exterioridade, que ele tem através do momento de sua consistência, lhe é essencial. Posto assim, o fenômeno é a *relação*, [que consiste em] que uma só e a mesma coisa – o conteúdo – é como a forma desenvolvida; como a exterioridade e *oposição* de existências autônomas; e como sua relação *idêntica*: só nessa relação os diferentes são o que são.²⁴⁶

O fenômeno é a relação, ou seja, aquilo que aparece é a relação e é esta quem existe. “Tudo o que existe está em relação, e essa relação é o verdadeiro de cada existência. Por isso o existente é, não abstratamente para si, mas só para um Outro”²⁴⁷. Hegel nos traz já a base de entendimento da fundação do ser na relação. Uma coisa só é porque é para uma outra. Funda-se o fenômeno – passa-se a existir – através da relação, trazendo assim para o debate o ser, para além do ente. Resgatemos em Gerd Bornheim parte do fundamento que está sendo operado no presente raciocínio.

De certo modo, a superação do contraposto sempre realiza uma totalidade. Se a realidade é movimento, se os entes finitos se supõem, o processo superador se faz absolutamente necessário. Se ficássemos tão-somente no plano das contraposições e excluíssemos a superação, teríamos uma realidade indiferenciada, atomizada, e tudo seria composto de partes independentes. E nesse caso nem se poderia falar propriamente em contraposição, haveria apenas “posições”. Realmente, no momento em que se verificam contraposições estabelecem-se relações, por isso que as contraposições não se podem dar de modo indiferente: todo ente finito precisa do outro que não ele para ser – pelo outro o ente é. Se o ente só é pelo outro, entende-se também que só chegue a ser ele mesmo pela superação do outro. Desse modo, a superação como que afirma o ente em seu ser, e ela nasce de uma exigência interna da própria contraposição.²⁴⁸

A contraposição, portanto, é parte basilar do processo da relação, mas com ela não se confunde, pois é na relação que emerge a superação. Cabe pontuar aqui que a

²⁴⁶ G. W. F. Hegel, *Enciclopédia...*, v. I, 2012, § 134, p. 255.

²⁴⁷ *Ibidem*, § 135, Ad., p. 255.

²⁴⁸ G. Bornheim, *Dialética: teoria e práxis*, 1983, p. 309.

emergência do ser na relação não se estabelece mediante a simples contraposição de um ente a outro. Segundo Martins “a contraposição não assegura a estreita dependência dos entes do sentido de sua existência. A planta não pode existir sem o sol, mas o inverso não é verdadeiro”²⁴⁹. Ao falarmos, portanto, do fenômeno como relação e com o ser se estabelecendo neste momento, estamos tratando incontornavelmente de uma relação que se põe face uma *consciência social*, portanto um *ser social*. Dos entes em geral o ser emerge enquanto uma relação que se estabelece para mim, portanto uma relação de apropriação daqueles entes e de externalização de meus objetivos, dotando assim o objeto de sentido. Há finalmente um mundo, “onde o ser será no ente através do homem mediante a práxis”²⁵⁰.

Colocado o ser em sua posição na estrutura da práxis, Martins avança para fundar a processualidade acima desenvolvida no seio da própria geografia, afirmando que “os entes são em função do sentido de onde estão, derivado da relação com o homem”²⁵¹. Avancemos para entender a entrada da categoria espaço – e tempo – no debate aqui proposto.

Ordem

De partida, apontamos que Martins não considera tanto um equívoco – ao menos não o maior – tomar aquilo que se define como espaço por objeto da ciência geográfica, mas sim tomar o que foi definido como objeto desta ciência por espaço. Deste equívoco, sim, derivam formulações que serão problemáticas na definição do que é a geografia – além da própria Geografia.

O que se entende por espaço, segundo a tradição²⁵², apesar de possuir suas variações ao longo da história do pensamento geográfico, centra-se em uma ideia que é problemática, indica Martins, por tornar coincidentes matéria e espaço. Aponta-se à existência de um paralelo, estabelecido por estes geógrafos, entre espaço e natureza, ou ao menos aquela

²⁴⁹ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 52.

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 75.

²⁵¹ *Ibidem*, p. 83.

²⁵² Por *tradição* estamos considerando, sem maiores verticalidades sobre o assunto, autores que frequentemente habitam os manuais e compêndios de história do pensamento geográfico, p.ex. Ratzel, La Blache, Max. Sorre, Yves Lacoste, Milton Santos etc. Sem procurar tomá-los como equivalentes ou próximos, apenas apontamos para um eixo comum dentro da problematização levantada por Martins.

natureza apropriada pelo ser humano. É o que nos indica Milton Santos ao afirmar que “Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma segunda Natureza”²⁵³. O que se indica é a materialidade do espaço, sua existência externa à consciência, remontando o princípio cartesiano de indistinção entre espaço e a substância corpórea nele contida²⁵⁴. Some-se a isso a afirmação de que “na ciência geográfica, sem ser algo explícito em suas implicações ou declarado abertamente nesses termos, o espaço é tomado como ser, e perfilam-se suas características constituintes”²⁵⁵. Deriva dessas questões um problema de ordem científico-filosófica que atravessa não apenas a ciência geográfica, mas as ciências em geral. Encaminha-se o debate para uma divisão incontornável, dada pela estrutura mesma da discussão ontológica, entre *ser*, *ente* e *existência*: “na existência de um ente coloca-se a constituição essencial desse ente, ou seja, o seu ser”²⁵⁶. “Ser é sempre ser de um ente”²⁵⁷, aponta Heidegger, e Martins assinala a existência como definidora do ser. A existência é, sempre, um modo de ser dado em uma relação, sendo o ente aquilo que é, aquilo ao que nos referimos, que se abre como entidade nos diferentes modos existenciais do ser; cada modo existencial, por sua vez, é dado numa relação entre diferentes entes, numa existência particular, portanto. Primeiro a existência, depois o resto: “o primado da ‘existência’ frente à ‘essência’”²⁵⁸, categoriza o filósofo; “O ser é o que daí deriva como algo posto enquanto essência, uma síntese particular derivada da existência”²⁵⁹, arremata o geógrafo. Considerando-se o que toca à ciência geográfica, Martins põe-se a pergunta: se o espaço é o ser, é ser de que ente? E se o espaço equivale à natureza e sua materialidade essente, qual o ser que define este ente? “É como se pudessemos afirmar que um ente é espaço [e] que seu ser é espaço”²⁶⁰. O que a impossibilidade da resposta a essas questões revela é a adesão, ainda que involuntária, dos geógrafos ao pensamento de René Descartes. Retomemos o que já se esboçava linhas acima.

²⁵³ M. Santos, *Espaço e sociedade*, 1982, p. 10 *apud* E. Martins, *Geografia e ontologia*, 2007, p. 36.

²⁵⁴ E. Martins, *Geografia e ontologia*, 2007, p. 35.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 34.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 35.

²⁵⁷ M. Heidegger, *Ser e tempo*, 2015, § 3, p. 44.

²⁵⁸ *Ibidem*, § 9, p. 86.

²⁵⁹ E. Martins, *op. cit.*, p. 35.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 34.

Segundo Descartes, “é somente mediante a quantidade que se chega ao caminho correto do pensamento”²⁶¹, mas a ideia de quantidade está diretamente imbricada na de espaço, o que traçamos pela afirmação cartesiana de que “a quantidade não se distingue verdadeiramente da substância extensa” e “a substância corpórea não pode ser claramente concebida sem sua extensão”²⁶². Reafirma-se: “não há real distinção entre o espaço... e a substância corpórea nele contida”²⁶³. Esse ente que revela seu ser na relação é apreendido em sua verdade pela quantidade. A matemática – linguagem do sujeito – revela a verdade constituinte dos objetos. Ao se fazer, portanto, uma afirmação sobre o espaço, fala-se imediatamente sobre algo que está *no* espaço, algo contido nele, de modo quantitativamente apreensível. Considerando o ponto de vista ontológico, este imbróglio demanda solução lógica, à qual Martins encaminha uma reconsideração sobre a posição do espaço no contexto deste debate. Segundo ele

O espaço atinge a condição de categoria, ou seja, daquelas características que se identificam a partir da existência das coisas em geral. Devemos dizer que ao identificarmos o espaço, portanto, não estamos apontando para as coisas *em-si*, mas sim para uma das formas do Existir dessas coisas.²⁶⁴

Ser categoria significa que o espaço cumpre uma função gnosiológica: “espaço é atributo do ato de cognição do mundo”²⁶⁵, é algo que serve como regra ou caminho para uma investigação, mas cuja compreensão deriva da própria existência. O espaço emerge do existente imediatamente ao ser condição de sua própria apreensão. Enquanto categoria o espaço se põe, portanto, como um fundamento da realidade e, “tomado como uma das categorias da existência, o espaço surge-nos como categoria da ordem. Aquilo que permite verificar as localizações relativas dos entes entre si, e por sua vez sua distribuição, no conjunto de suas correlações, coabitações e, por decorrência, suas co-determinações”²⁶⁶.

²⁶¹ E. Martins, *As dimensões do geográfico*, 2014, p. 51.

²⁶² R. Descartes, *Los principios de la filosofía*, 1995, pp. 76-77 *apud* E. Martins, *As dimensões do geográfico*, 2014, p. 51.

²⁶³ R. Descartes, *Los principios de la filosofía*, 1995, p. 76 *apud* E. Martins, *Geografía e ontología*, 2007, p. 36.

²⁶⁴ E. Martins, *Geografía e ontología*, 2007, p. 36.

²⁶⁵ *Ibidem*, p. 37.

²⁶⁶ E. Martins, *Geografía e ontología*, 2007, p. 37.

Não se confunde, porém, com o espaço kantiano, *a priori*, pois a posição deste no quadro da percepção e determinação da realidade exterior é distinta. Afirma Kant:

O espaço é uma representação necessária, *a priori*, que fundamenta todas as intuições externas. Não se pode nunca ter uma representação de que não haja espaço, embora se possa perfeitamente pensar que não haja objetos alguns no espaço. Consideramos, por conseguinte, o espaço a condição de possibilidade dos fenômenos, não uma determinação que dependa deles; é uma representação *a priori*, que fundamenta necessariamente todos os fenômenos externos.²⁶⁷

Não há aqui dependência do existente para o espaço. De modo reverso, são os próprios fenômenos dependentes dessa categoria *apriorística*. Para Martins, por outro lado, por depender da própria existência, o espaço é “algo que emerge como construção social, um atributo cultural, uma forma de ver e compreender o mundo”²⁶⁸. Tantas quantas forem as bases de experiência do mundo, tantos serão os espaços decorrentes. Para se ter uma noção das possibilidades dos desdobramentos dessas duas posições no pensamento científico, considere-se a seguinte afirmação de Kant:

Sobre esta necessidade *a priori* fundam-se a certeza apodítica de todos os princípios geométricos e a possibilidade da sua construção *a priori*. Efetivamente, se esta representação do espaço fosse um conceito adquirido *a posteriori*, e haurido na experiência externa geral, os princípios de determinação matemática outra coisa não seriam que percepções. Possuiriam, assim, toda a contingência da percepção e não seria necessário que entre dois pontos houvesse apenas uma só linha reta; a experiência é que nos ensinaria que sempre assim acontece. O que deriva da experiência possui apenas uma generalidade relativa, isto é, por indução. Dever-se-ia, portanto, unicamente dizer que, segundo as observações feitas até agora, não se descobriu espaço algum com mais de três dimensões.²⁶⁹

Aparece nítido o atrelamento kantiano à matematização cartesiana da realidade, pondo a linguagem matemática como independente da experiência, mas necessária para sua compreensão não parcial. O que se quer desta forma é demonstrar que o

²⁶⁷ I. Kant, *Crítica da razão pura*, 2010, § 2, B 38-39, pp. 64-65.

²⁶⁸ E. Martins, op. cit., p. 37.

²⁶⁹ I. Kant, op. cit., § 2, A 24, p. 65, nota 1.

desenvolvimento científico e a apreensão da realidade externa são subjacentes ao pensamento lógico-matemático. O espaço é um dado *a priori* pois possibilita a emergência de uma geometria pura que servirá de base para a compreensão do mundo. Invertam-se os polos e a matemática surge como *uma* linguagem da experiência do mundo. A esta altura, a adesão de Martins ao entendimento basilar de que “a existência precede a essência” se põe como contraponto direto ao apriorismo kantiano, ao menos para compreender a distância argumentativa no ponto discutido.

Surgir como categoria relacional na existência é, no caminho aqui perseguido, desdobrar o espaço conjuntamente à experiência do mundo sensível. No conjunto de ligações e relações dadas entre os entes e o ser, estabelece-se uma *ordem tópica*. O conjunto de determinações mútuas entre o diverso estabelece a “ordem lógica do real”²⁷⁰, a qual será identificada como *escala*, esta segundo o autor “uma hierarquia diferencial de relações entre partes que coexistem em diferentes níveis”²⁷¹. Espaço e – veremos – tempo ordenando não apenas a lógica do pensamento, mas igualmente a experiência do real, i.e., a existência. Dentro desta trama escalar de ordenamento, constrói-se um conjunto de princípios organizativos que viabilizarão o emergir da geografia, construção que viabiliza inclusive a diferenciação entre o espaço, enquanto categoria, e a geografia, como dado da realidade. Um longa, mas elucidativa, citação nos encaminha nesta etapa.

A ordem tópica surgida da relação entre sociedade e natureza pode ser melhor caracterizada. Nesta trama de relações e ligações, nesta estrutura de determinações, neste horizonte de coexistências entre as partes, entre parte e todo, *localizar-se* ocorre com referência a outro ente localizado; e assim, temos a *distribuição*. Mas entre uma localização e outra, podemos observar a *distância*. Entre as diferentes distâncias guardadas entre as várias partes, ter-se-á a *extensão*. E da extensão algo poderá ser dito quanto à sua *densidade*, maior ou menor, no tocante à intensidade das relações entre as partes. Uma vez identificados todos estes aspectos temos o *território*, pois esta condição é tributária do ato de apropriação, apropriação da sociedade em relação à natureza e, progressivamente, na constituição do sujeito e, por sua vez, do objeto. A geografia vai ganhando contorno.²⁷²

²⁷⁰ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 61.

²⁷¹ Ibidem, p. 61.

²⁷² Ibidem, p. 61.

Passamos assim, como num salto, das relações e das ligações aos princípios espaciais de ordenamento da lógica e do real. O que se afirma, e aqui fica mais nítido o peso do debate ontológico na construção do geográfico, é a dependência que possui o espaço, como categoria, da práxis enquanto processualidade que faz aparecer o ser através da relação que travo com os entes em geral.

No mesmo sentido, porém “do lado do tempo, temos as durações das estruturas dos elementos que se correlacionam e coexistem”²⁷³. Cada contraposição entre entes, cada relação que se desdobra num ser, possui seu *ritmo* que, dado o conjunto de equilíbrio ou desequilíbrio nesta coexistência, estabelecerá uma *duração*. A duração, por seu turno, habitada por diferentes ritmos no mesmo imediato, será atravessada por diferentes *sucessões*. O encerramento de uma duração; o estabelecer de uma sucessão é o marco da finitude. Fecha-se um ciclo de contraposição do ente e também da contradição do ser, donde então possível emergir o novo.

Deste conjunto interdependente de espaço e tempo depreende-se a dinâmica do real, dada por uma organização que é temporo-espacial “e se constitui a partir da síntese particular dos princípios em seus aspectos qualitativos/quantitativos, de um dado Lugar”²⁷⁴. É da articulação dessa dinâmica organizativa da existência que se poderá observar o desdobrar-se da geografia. Não confundir espaço com geografia passa por entender que aquele constitui essa como uma categoria de ordenação, assim como o tempo, dando-se o mesmo com a história. A ordem em questão se dá mediante as relações estabelecidas entre cada ente ali presente. À ordem tópica se aproxima a geografia; à temporal – o *movimento* dos entes na ordem tópica – a história. Enfim, a aproximação com a posição clássica de Herder, para quem *a história é uma geografia em movimento*. Avancemos.

Movimento

No contexto ora desenvolvido, é importante colocar que “espaço e tempo são debitários do movimento, e este, por sua vez, está referenciado às relações e ligações entre os entes”²⁷⁵. Aqui já conseguimos iniciar uma amarração dos pontos desenvolvidos nos

²⁷³ Ibidem, p. 60.

²⁷⁴ Ibidem, p. 63.

²⁷⁵ Ibidem, p. 80.

tópicos anteriores. Uma vez entendidos como categorias, espaço e tempo representam formas da existência dos entes. Trata-se da possibilidade de analisar um *como* das coisas em geral. Pode-se ainda dizer que uma coisa não é espaço, ou ainda que uma coisa não tem espaço, mas que para existir, essa coisa deve existir espacialmente, valendo o mesmo para o tempo. Necessário reforçar que as categorias são chaves de aproximação com o real postas pelo próprio ser social, portanto um ordenamento da natureza dado no momento de apropriação desta, mas também condição desta mesma apropriação. Dar ordem ao real mediante tempo e espaço é se apropriar do processo permanente de alteração da realidade, posto que os entes ligados ou relacionados são, irremediavelmente, instáveis ou transcendentais, donde se poder afirmar que tempo e espaço são “expressão do movimento dos entes em relação”²⁷⁶. O que é, enfim, este “movimento dos entes”?

Vimos que a relação entre a sociedade e a natureza se realiza mediante a apropriação desta por aquela. A sociedade, mediante as demandas do corpo e do econômico, apropria-se objetiva e subjetivamente dos entes ao redor, imprimindo-lhes sentido. A esta forma de relação chamamos trabalho, a qual Martins nos lembra ser nossa condição ontológica: “Nesta relação entre homem e meio, funda-se a humanidade do homem, na medida que este, via práxis, funda o seu mundo. Neste mundo o homem se vê inserido, se vê localizado, tanto quanto estabelece a ordem tópica das coisas que coexistem”²⁷⁷. Uma vez estabelecida esta ordem tópica, pode-se começar a falar em um mundo, em uma totalidade, na qual o sujeito se insere e atua, mas que é também a sua base de possibilidades de realização, a partir de onde pode criar e fazer surgir o novo. Neste contexto ordenado de entes em relação – tendo em vista sempre que a relação se dá como possibilidade somente pela presença do sujeito, do ser social – há uma instabilidade permanente nos ritmos, uma sucessão de discontinuidades dadas pelo caráter próprio de cada relação e ligação ali presentes, em seu escopo particular de possibilidades. O movimento, como quer Martins, se mostra justamente nos processos de alteração dessa totalidade, recriando a cada instante o conjunto ordenado de relações e ligações, repondo assim também o posicionamento do sujeito em suas contraposições e contradições. Tempo e espaço emergem aqui justamente da necessidade de dar sentido a este movimento das relações e ligações ordenadas. As mudanças de escala, das localizações, distribuições, ritmos,

²⁷⁶ Ibidem, p. 78.

²⁷⁷ Ibidem, p. 67.

durações e sucessões criam campos de possibilidades espaciais e temporais nos processos relacionais dos sujeitos, sendo a partir deste processo que se verá emergir a geografia.

Tempo e espaço como expressão do movimento dos entes em relação nos conduzem ao entendimento da Geografia. Neste contexto, o objeto se faz objeto mediante a constituição de sua geografia, o que necessariamente exige que haja uma geografia do sujeito. O sujeito está, possui um onde.²⁷⁸

A alteração da totalidade como movimento é também alteração do onde do sujeito e da relação, portanto uma alteração da própria geografia, pondo-a em movimento. É necessário para tanto o entendimento de que há geografia neste processo relacional, o que por sua vez demanda entender o que é geografia para Martins.

Já foi dito páginas atrás a necessidade de distinguir a ciência geográfica da geografia enquanto dado da realidade. De um modo geral, até aqui viemos nos aproximando desta geografia que está no mundo, não da ciência, e assim continuaremos. Recorreremos mais uma vez ao geógrafo aqui em questão para “falar por si”. Em síntese “a geografia é a reunião de todos estes elementos, ou seja: os entes dispostos em uma ordem temporo-espacial em plena dinâmica de relação, em movimento, no qual este movimento é a própria história. História nada mais é que geografia em movimento”²⁷⁹. Vale repor que a ordem temporo-espacial dos entes, a partir de onde se estabelecem as relações, dá-se pelos princípios de localização, distribuição, extensão, densidade, ritmo, duração e sucessão, tanto em seus aspectos qualitativos quanto quantitativos. Em suma, a geografia emerge do conjunto de relações dadas neste grupo ordenado espacialmente, do qual a instabilidade temporal é responsável por provocar o movimento e instaurar a história. Dois aspectos de ordenação debitários da dinâmica de objetivação e subjetivação do ser social. Nesse quadro, o sujeito

Está frente aos demais entes distribuídos; a apropriação é constituição da geografia do objeto e a constituição de sua condição geográfica, ou seja, seu *sentido de localização* e sua *consciência geográfica*. A localização se faz dentro do contexto de um sentido, que ganha o sujeito na forma de consciência.²⁸⁰

²⁷⁸ Ibidem, p. 78.

²⁷⁹ Ibidem, p. 70.

²⁸⁰ Ibidem, p. 78.

Há presente aqui uma dinâmica intimamente ligada ao debate ontológico, antes do ôntico. Se no campo dos entes o entendimento se dá geralmente na identificação e análise dos predicados, Martins constrói aqui um contexto ontológico que possibilita a compreensão do ser a partir do geográfico, bem como este surgido através do ser. Se temos que “o ser será no ente através do homem mediante a práxis”²⁸¹, o que retoma todo o processo discursivo até aqui desenvolvido, há também de se concluir que “os entes são em função do sentido de *onde* estão, derivado da relação com o homem”²⁸². O sentido que se estabelece nas relações, mediante a práxis, é o que permite a identificação do ser; mais ainda, a práxis instaura, dada uma ordem tópica particular, um sentido de localização específico; uma consciência particular. O que passa a se insinuar finalmente é o geográfico como condição da existência. Nos encaminhemos para o fim.

2.4.2 O fundamento geográfico do ser

Aos fins de sua tese de livre docência, Martins intitula a última seção do último capítulo de “Geograficidade: uma fundamentação não fenomenológica”. Ainda no primeiro parágrafo encontramos que

Nossa proposta aqui é dar a esta designação [a geograficidade] uma fundamentação que ultrapasse a fenomenologia, isso porque a consideramos ausente de uma essencialidade fundamental, dando à subjetividade humana uma legitimidade independente de seu relacionamento com as formas de reprodução material de uma sociedade. Nossa indisposição com a fenomenologia advém de uma certa ingenuidade ontológica, para dizer o mínimo. A ingenuidade está relacionada especialmente com a forma de encarar o problema do ser do homem.²⁸³

É possível encontrar um lastro nesta afirmação que remonta o afastamento que Martins indica ter com relação a Heidegger, conforme exposto anteriormente. Há, para além de uma indisposição com relação à ideia de geograficidade proposta pelos geógrafos humanistas, o estabelecimento de um limite com o próprio desenvolvimento da fenomenologia enquanto filosofia. A proposição aqui defendida acompanha sua crítica à

²⁸¹ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 75.

²⁸² *Ibidem*, p. 83. [grifo nosso].

²⁸³ *Ibidem*, pp. 326-27.

falta de aproximação do pensamento fenomenológico ao atrelamento do *trabalho* na composição da própria subjetividade.

As linhas que seguem esta primeira afirmação são carregadas em tintas críticas aos escritos de Eric Dardel, particularmente em seu *O homem e a terra*. Não nos fiaremos estritamente ao desenvolvido neste trecho em relação a estas indisposições, mas aquilo que nos auxilie a entender a resposta que Martins propõe à fragilidade indicada.

De um modo bastante direto o que se pode colocar é que, segundo o geógrafo que ora acompanhamos, “subjaz ao pensamento de Dardel uma metafísica ancorada numa subjetividade autônoma em sua autodeterminação e constituição, numa situação que abstrai o contexto da inserção objetiva do homem em sua relação com o mundo”²⁸⁴. O que está referido aqui é o conteúdo de passagens como esta:

Mas antes do geógrafo e de sua preocupação com uma ciência exata, a história mostra uma geografia em ato, uma vontade intrépida de correr o mundo, de franquear os mares, de explorar os continentes. Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à Terra, uma geograficidade do homem como modo de sua existência e de seu destino.

285

Martins, ao indicar sua contrariedade à geograficidade proposta pelos geógrafos humanistas, aponta à falta de historicidade presente nesse tipo de proposição. Há nesta passagem um conteúdo que se apresenta aprioristicamente aos desígnios humanos, rompendo com a possibilidade de pensar o mundo como resultado da objetivação dos indivíduos socialmente determinados em sua relação com os entes em geral. Não há para Dardel, aponta-se, nenhum tipo de determinação objetiva que participe na composição da subjetividade, posto que essa se expressa como “vontade”, “inquietude” e “amor” no estabelecimento de uma “relação concreta”, e não justamente esta relação como responsável pelo emergir de um “destino” ou, melhor dizendo, de um sentido. O que está colocado no raciocínio dardeliano é um “apelo à subjetividade ingênua”²⁸⁶, incapaz de fazer real oposição ao empirismo cientificista tal como pretendia, uma vez que transfere a

²⁸⁴ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 332.

²⁸⁵ E. Dardel, *O homem e a terra*, 2011, pp. 01-02.

²⁸⁶ E. Martins, op. cit., p. 328.

metafísica do “objeto a se descobrir” para o “o objeto a ser posto”. Não há de fato nenhuma relação, pois os desígnios humanos subjetivos estão colocados como condição inicial.

Conforme pudemos estabelecer até este ponto, a subjetividade entra no sistema de desenvolvimento do geográfico como processo, como subjetivação, portanto não como ponto de partida, mas como caminho.

Por ponto de partida para que se estabeleça uma estrutura inteligível do que veio sendo desenvolvido, coloquemos os entes como condição. Nesse nível estamos no campo das ligações que se estabelecem a partir da necessidade de *sobrevivência* da humanidade, gestando daí uma *ordem tópica*. “A sobrevivência funda a ordem tópica e mediante esta se estabelece, se reproduz e tem aqui sua dimensão objetiva”²⁸⁷. É mister reforçar que aqui estamos no campo das determinações objetivas e esta parcela do desenvolvimento teórico aqui perseguido é incontornável, inclusive em sua oposição à fenomenologia geográfica dardeliana. Temos no outro polo aquilo que se desenvolve mediante a apropriação subjetiva do campo das determinações objetivas. A *existência* em sua relação com a *geografia* tornada possível, pois resultado da subjetivação das ligações entre as demandas da sobrevivência e o estabelecimento de uma ordem tópica. Precisamente da dialética aí estabelecida, dá-se origem a um sentido: “A existência é a apropriação subjetiva desta dimensão objetiva que se estabelece mediante os princípios geográficos. Será nestes princípios que o sentido se mostrará explícito”²⁸⁸. O movimento aqui descrito é o que põe, como partes necessárias do estabelecimento de uma ontologia geográfica, o campo objetivo e sua subjetivação no contexto das necessidades humanas e da práxis social. “A sobrevivência está para a existência, assim como a ordem tópica está para os princípios geográficos. Um está no outro, na unidade do objetivo e do subjetivo”²⁸⁹.

O que se apresentou acima como processo de subjetivação é o estabelecimento de uma relação entre as dimensões objetivas e subjetivas da realidade. Esta relação é tratada por Martins, segundo vimos, como trabalho. É ele quem viabiliza o atrelamento da ordem tópica à existência e daí à geografia.

²⁸⁷ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 337.

²⁸⁸ *Ibidem*, pp. 337-38.

²⁸⁹ *Ibidem*, p. 338.

Geograficidade e alienação

A ordem tópica e os princípios geográficos, no contexto de passagem da sobrevivência à existência, nos apontam o caráter condicionado do *ser* pela *geografia*. Martins, quando retrata o ser como sentido, está apontando diretamente aos princípios geográficos que ordenam a apropriação e subjetivação humana dos entes em geral.

Nestes termos, todos os entes estão diante do homem localizados, distribuídos, distanciados, extensos, com maior ou menor densidade. Assim, o homem está imerso em sua geografia ou, mais exatamente, na geografia de seu mundo. Damos com isso a condição histórica e geográfica do sentido. Trata-se do fundamento geográfico do ser, posto que o ser é o sentido.²⁹⁰

Está aqui, no que se denomina o *fundamento geográfico do ser*, a geograficidade “com os pés fincados no chão”. Tem-se dessa maneira uma passagem do contexto da objetividade à geografia como um fundamento ontológico. “A geografia passa a ser agora categoria da existência. Revela-se como fundamento ontológico da definição do ser de um ente”²⁹¹, o que autoriza Martins a conclusão de que

Mediante isso, ter *consciência geográfica* é ter compreensão do Sentido de Localização, é ter para si a trama de relações das distâncias qualitativas de extensão variada a qual o ser está inserido, em quais nexos de ritmos está envolvido, ou seja, em quais tempos geográficos seu cotidiano está mergulhado.²⁹²

Há, portanto, a indicação da existência de uma consciência geográfica capaz de reconhecer o conjunto de determinações objetivas e subjetivas que fundamentam sua própria existência, particularmente em suas fundamentações geográficas. Entretanto, e à guisa de conclusão, há um bloqueio neste processo em sua plena realização. Martins acompanha, vimos, muito da fundamentação que Marx e parcelas da teoria marxista dão à estruturação da realidade. Neste sentido, a construção até aqui desenvolvida tem de ser

²⁹⁰ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 339.

²⁹¹ Idem, *Geografia e ontologia*, 2007, p. 40.

²⁹² Ibidem, p. 48.

pontuada também em seu atravessamento pela alienação. Sobre este tema o geógrafo desenvolve que

A subjetivação da sobrevivência constrói os próprios critérios de satisfação ou insatisfação dentro de um quadro orientado pela alienação instalada na sobrevivência. Tudo se torna transparente, ao se perguntar quais são os ideais que satisfazem o existir, que tornariam a existência plena. Há uma insatisfação permanente que se alimenta de si mesma, pois, ao tentar se satisfazer, acaba por reproduzir sua origem. É como se não soubéssemos o que nos satisfaz, por perdermos a condição singular de determinar a nós mesmos naquilo que poderíamos ser, uma singularidade genuína na construção do indivíduo particular. Aqui, as determinações fundamentais que conduzem nossa condição ontológica são estranhas e, por isso, não concorrem para a plena exteriorização objetiva do ser.²⁹³

Há um curto circuito. Na medida em que temos no trabalho nossa condição ontológica e é através dele que transcendemos o contexto da pura sobrevivência, a impossibilidade de suprassunção da alienação se estabelece por estar cravada no seio deste momento original, ou seja, cada instante de satisfação da necessidade reproduz consigo um estágio alienado, repondo esta condição inicial, ainda que na forma de algo novo. Esta condição se torna mais próxima do que desenvolvemos aqui se pensamos nas condições geográficas e na ordem tópica estabelecidas e no cotidiano que se reproduz a partir delas. Ainda que haja uma reposição aparentemente singular da subjetivação que estabelece as relações de existência a partir da ligação entre sobrevivência e ordem tópica, essa reposição se fará tendo como base uma realidade já alienada, portanto “onde a condição da alienação continuar presente, ou seja, por mais que exista a afirmação de uma identidade (ou várias), continua a existir a condição da perda de si mesmo”²⁹⁴. Na manutenção da alienação – dada sua base constitutiva na propriedade privada –, qualquer necessidade suprida ou identidade produzida é incapaz de fazer emergir uma existência autêntica. A geografia, enquanto fundamento do ser, dá-se como forma alienada na relação com a existência. O que se instaura e reproduz a partir disso é justamente uma geofricidade alienada.

²⁹³ E. Martins, *Geografia e filosofia*, 2017, p. 303.

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 313.

A geograficidade, tal qual sua recepção e desenvolvimento no contexto acadêmico brasileiro, é peça quase incontornável do debate ontológico em geografia atualmente. O que se observa, contudo, é que o debate ontológico aqui desenvolvido encontra divergências, distanciamentos e oposições profundas entre seus autores e suas ideias. Se temos o lastro de Holzer, Moreira e Martins no pensamento de Armando Corrêa da Silva, tem-se conjuntamente a pluralidade deste pulverizada nas ideias desenvolvidas sobre a geograficidade, o que pode apontar para uma fragmentação teórica no uso e articulação destas ideias pelos demais geógrafos brasileiros, particularmente entre aqueles que buscam lançar mão do termo, mas não são “iniciados” em Heidegger, Marx, Hegel e congêneres.

Olhar para a produção dos três geógrafos arrolados neste capítulo aponta, para além da pluralidade de teses entre eles, leituras e encaminhamentos distintos, diversas vezes inconciliáveis, à temas e autores comuns. Se consideramos, por exemplo, a obra de Heidegger – talvez o principal elo entre os três e o que podemos apontar como possível “herança” do orientador comum – e o encaminhamento apresentado por cada um, há um risco latente de que o pesquisador menos atento, observando o nome do filósofo, julgue as “geograficidades” como comuns e atrole uma tese pela outra – o que, como veremos, é mais comum do que se gostaria. Mesmo considerando Marx e a aproximação maior de Martins e Moreira com o pensamento deste, alguns pontos ou inclinações interpretativas podem afastá-los, ainda que no cerne haja acordo. Considere os mesmo dois autores e a definição de espaço e o recorte fica ainda mais nítido.

O que se tem – e deveria soar ponto pacífico – é teoria do mais alto nível e, dado o enraizamento que as ideias de geograficidade vem conquistando no Brasil, cada vez mais incontornáveis para balizar o debate e as pesquisas que enveredem pela ontologia geográfica. Cabe a quem assumir para si o desafio destrinchar estas obras e, com destreza, encontrar os fundamentos necessários para avançar com a teoria.

Olhemos agora enfim ao que vem sendo produzido neste sentido, apropriando-se dos textos destes geógrafos, assim como daqueles que os antecederam em França e Bélgica, para avaliar justamente se há uma distância entre as teses cuidadosamente produzidas e as leituras feitas delas. Há espraiamento das ideias ou apenas miscelânea teórica?

3. GEOGRAFICIDADE NO BRASIL: O ESTADO DA ARTE

No que talvez tenha sido seu último artigo publicado em vida, Antonio Carlos Robert Moraes se propôs uma sistematização enxuta daquilo que aponta ser sua contribuição à ciência geográfica em torno da ideia de método. No texto, uma série de deslocamentos o levam a redefinir os conceitos de espaço, território, totalidade, valor, enfim, categorias centrais à questão epistemológica geográfica. À parte qualquer debate crítico que possa ser estabelecido em torno das ideias ali debatidas, é seu impulso motor que nos movimenta em direção a ele. Segundo Moraes

Hoje se observa que a fundamentação teórica de muitas investigações advém de diálogos entre correntes e autores díspares, revelando um leque de influências distintas não redutíveis a uma classificação única e genérica. A aceitação de certa dose de “individualismo metodológico” não significa, todavia, que o controle epistemológico dos procedimentos analíticos de uma dada pesquisa em ciências humanas não necessite de explicitação.²⁹⁵

Guia as páginas iniciais do artigo a preocupação com a necessidade de explicitação das fontes de filiação centrais de qualquer pesquisa em desenvolvimento, posto que (1) toda e qualquer pesquisa possui uma *inspiração teórica central*, ou seja, ainda que determinado autor ou autora reivindique uma postura *pós-metodológica*, alguma razão coordena mesmo as motivações mais primitivas da escolha do objeto ou do problema de pesquisa; e (2) por mais que propostas metodológicas individualizadas estejam presentes na produção acadêmica contemporânea, a explicitação das posições teóricas e metodológicas articuladas é fundamental no sentido de viabilizar inclusive a “possibilidade de compatibilização lógica e epistemológica de seus componentes”²⁹⁶. Argumenta-se que,

²⁹⁵ A. C. R. Moraes, *Geografia, interdisciplinaridade e metodologia*, 2014, p. 9.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 10.

em diversos casos, há mesmo uma impossibilidade de diálogo entre algumas propostas metodológicas, posto que estas, ainda mais no conjunto das ciências humanas, possuem um fundamento filosófico – ou mesmo ontológico – que estrutura sistemas de pensamento que não apenas partem de lugares distintos, mas se estruturam e caminham em sentidos opostos.

Quando deslocamos a crítica de Moraes à forma como se dá esse *individualismo metodológico*, à pesquisa que ora desenvolvemos, tratamos do olhar sobre o modo como vem sendo articulada a ideia de *geograficidade* na produção acadêmica em geografia – e área afins – no Brasil. Consideramos como problema inicial para este trabalho justamente a miscelânea não-referenciada que acreditávamos haver no uso deste termo entre os trabalhos apontados. Se entre os autores apresentados nos dois capítulos desta dissertação, ainda que passíveis de críticas ou expansão dos debates, estão apontadas proposições formais sobre a ideia de geograficidade – lembrando que, larga medida, partindo de princípios díspares ou multidisciplinares –, vasta margem da produção acadêmica brasileira que se utiliza do mesmo termo o faz como se não houvessem debates profundos – ainda que restritos – sobre o mesmo, misturando teses incompatíveis, cruzando autores ou mesmo indicando referências incorretas com relação ao uso que se faz do termo. A partir desta impressão inicial, optamos pela realização de um sobrevoo sobre esta produção e, ao fim, uma análise geral sobre o observado.

Em absoluto temos como prerrogativa um olhar “iluminista” sobre esta vasta produção, mas unicamente a observação de se há ou não, de fato, um desacordo entre o que se produz e o que se diz estar produzindo conjuntamente à ideia de geograficidade, de modo a auxiliar, minimamente que seja, na adesão ou articulação de alguma proposição deste contexto.

3.1 Questão de método

Procuramos, a partir da base analítica explorada nos dois capítulos anteriores, avaliar a forma como o termo *geograficidade* espalhou-se na ciência geográfica produzida nas universidades brasileiras, centralmente a partir da análise das teses, dissertações e artigos defendidos ou publicados no Brasil, que utilizassem o termo em suas redações. Considerando a extensão quantitativa do que é a produção acadêmica geográfica nacional,

estabelecemos um critério, ainda que insuficiente, para limitar o escopo a ser explorado e viabilizar a pesquisa tal como proposta. A indicação do critério, definido como insuficiente, advém de seu viés quantitativo, diversas vezes criticado por não dar conta de explorar a qualidade do conteúdo produzido, apenas seu enraizamento balizado por fórmulas matemáticas. Trata-se do conceito CAPES para ranqueamento dos cursos de pós-graduação – e destinação de verbas de fomento à pesquisa – e relatório Qualis, destinado ao referenciamento das revistas de divulgação científica, com publicações de pesquisadores brasileiros, de maior permeabilidade e impacto. Como modo de viabilização da pesquisa, nos ativemos exclusivamente aos acervos e bancos de dados disponíveis on-line.

A partir das bases e critérios estabelecidos, propusemo-nos acessar e avaliar os bancos de teses e dissertações virtuais de todas as universidades cujos cursos de pós-graduação em geografia, no Brasil, estivessem avaliados com conceito CAPES entre 7 e 3²⁹⁷, bem como todas as revistas indexadas em geografia com conceitos de A1 até B5²⁹⁸. Com este escopo não tivemos nenhuma intenção de menosprezar ou desqualificar periódicos ou programas de pós-graduação que não se encaixem nos critérios, essencialmente quantitativos, da fundação CAPES, mas apenas delimitar um quadro não disperso de viabilização do presente projeto.

Iniciados os acessos aos bancos de dados, realizadas as pesquisas com o uso da palavra-chave “geograficidade” e feitos os *downloads* dos documentos que se encaixavam nos critérios, iniciando com os conceitos mais altos, nos deparamos com um volume muito maior de material do que pensávamos existir inicialmente. Encerramos as pesquisas nos limitando aos cursos avaliados com conceito 6 e 7 (Proex) e a revistas avaliadas com conceitos de A1 a B2, totalizando 398 documentos entre artigos, notas críticas, resenhas, dissertações de mestrado, teses de doutorado e livre-docência. Destes, excluímos os que apresentavam o termo apenas de forma referenciada, fosse na bibliografia ou em citações diretas, sem articulá-lo, totalizando ao fim 278 textos a serem analisados, dos quais 224 dividiram-se entre teses e dissertações, sendo artigos os 54 demais documentos.

²⁹⁷ Este critério expande o foco do trabalho de centrado exclusivamente nos programas de pós-graduação em geografia, para os demais departamentos das universidades onde estes cursos estejam presentes, como possível indicativo de irradiação do material produzido nos gabinetes de geografia.

²⁹⁸ Qualis A (1 e 2) e B (1 a 5), sendo descartados os periódicos C, dados os critérios de avaliação da própria Capes: “C = não apresenta comitê científico; sem relevância para área; índice de citação inexistente ou baixíssimo; sem acesso ao periódico na rede; de natureza não associada à Pós-Graduação”.

O material recolhido relativo à teses e dissertações centrou-se na produção acadêmica das seguintes universidades: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio Grandes do Sul (UFRGS), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal Fluminense (UFF)²⁹⁹. Quanto às revistas que apresentaram material pertinente ao escopo desta pesquisa, foram elas: Acta Geográfica (UFRR), Ateliê Geográfico (UFG), Boletim de Geografia (UEM), Caderno de Geografia (PUC-MG), Caminhos de Geografia (UFU), Cidades (Unesp), Confins (França/Brasil), Espaço e Cultura (UERJ), Estudos Geográficos (Unesp), Geo (UERJ), Geografia (Unesp), Geograficidade (UFF), GEOgraphia (UFF), Geosul (UFSC), GeoTextos (UFBA), GEOUSP – Espaço e Tempo (USP), Mercator (UFC), Revista da Anpege, Revista do Departamento de Geografia (USP), Revista Latino-americana de Geografia e Gênero (UFPG), Scripta Nova (UB) e Sociedade & Natureza (UFU).

Visando estruturar a totalidade do material recolhido, foi criada uma tabela³⁰⁰ para ordenar algumas variáveis de caráter quantitativo, como total de citações do termo em cada documento, universidade de origem, autor(a), orientador(a), data etc. Um campo final foi adicionado visando um conjunto de observações gerais sobre a articulação do termo na obra, com vistas a auxiliar a remontagem do quadro geral dos trabalhos na presente pesquisa.

²⁹⁹ Um entrave encontrado para o desenvolvimento da presente pesquisa foi o acesso ao banco digital de teses e dissertações da Universidade Federal Fluminense (UFF). Apesar de ser originalmente um lócus central para o desenvolvimento deste trabalho, por se tratar da universidade que concentra as pesquisas de Ruy Moreira e Werther Holzer, cujas proposições teóricas foram analisadas no capítulo anterior, o atrelamento do Repositório Institucional da UFF à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) parece ainda precisar de ajustes ou adequações, pois ao longo dos últimos 30 meses de pesquisa a página virtual encontrava-se, intermitentemente, indisponível. Nas ocasiões em que foi possível acessá-la, os esforços de busca pela palavra-chave “geograficidade” redundaram em ausência de resultados. Dada esta condição, procuramos nos portais dos programas de pós-graduação em geografia e arquitetura, onde são docentes Moreira e Holzer, respectivamente, algum recurso que fosse de auxílio no acesso aos trabalhos. Encontramos apenas no portal PosGeo um documento que listava os trabalhos defendidos no programa de pós-graduação em geografia da UFF (http://www.posgeo.uff.br/sites/default/files/para_o_site_oficial_v3.pdf), com os respectivos orientadores e, em alguns casos, um link de acesso ao trabalho. Foram acessados todos as teses e dissertações orientadas por Ruy Moreira que estavam disponíveis e, dentre elas, selecionadas as que atendiam os critérios gerais deste trabalho. No que tange os trabalhos orientados por Werther Holzer, não foi possível encontrar nenhum mecanismo de acesso virtual aos mesmos. Vale ressaltar que, no caso específico de Holzer, o programa de pós-graduação onde leciona possui conceito CAPES 4, fora do escopo do que terminamos por nos limitar, porém a referência ao autor é inevitável dada a permeabilidade de seus textos no debate sobre a geograficidade no Brasil.

³⁰⁰ APÊNDICES A e B.

3.2 O universo das teses e dissertações

A distribuição das referências encontradas nos repositórios institucionais para teses e dissertações se mostrou desequilibrada. Se na Unicamp foram encontrados apenas quatro (4) trabalhos que se enquadravam em nossa pesquisa, na UFF foram 8 – em que pese a dificuldade de encontrá-los –; na USP coletamos 45, quatro a menos que na UFRGS (49); 55 trabalhos encontrados na UFPR e, por fim, 64 na Unesp, divididos entre dois dos três campi (Rio Claro e Presidente Prudente, não havendo programa de pós-graduação em geografia em Ourinhos).

Chama a atenção o alto volume relativo de referências ao termo em duas universidades da região Sul (UFPR e UFRGS), ao passo que na Unicamp – desconsideraremos aqui a UFF em razão dos problemas explicitados anteriormente – o total de trabalhos ficou abaixo das demais universidades. O estranhamento neste caso decorre da presença de um autor referencial ao debate sobre geograficidade lecionando na Unicamp, o geógrafo Eduardo Marandola Júnior, em contraste ao fato de serem raras as citações dedicadas a autores que lecionam nas universidades sulistas – ainda que, nesta segmentação regional, o “bairrismo” acadêmico seja bastante forte, sendo constantes as referências aos pares intelectuais dos estados do Sul. Ainda sobre esse contraste, cabe ressaltar que as três dissertações da Unicamp que arrolamos nesta pesquisa foram orientadas por Marandola Jr. O único trabalho que não o foi – uma tese de doutorado – é de autoria do mesmo, à época (2008) orientada por Daniel Joseph Hogan. O tempo, especulamos, deve espriar mais suas teses no programa de pós-graduação em geografia na estadual campineira, posto que Marandola Jr. é docente por lá apenas desde 2012. Em relação as duas universidades sulistas, é nítida a concentração dos debates em torno de alguns orientadores. No caso da UFPR os trabalhos encontrados foram orientados por 18 diferentes docentes, no entanto três deles orientaram cerca de 60% das pesquisas (32 do total de 55). Dois destes orientadores também foram, por sua vez, referência bibliográfica para o uso do termo geograficidade em diferentes pesquisas, particularmente na própria Federal do Paraná. Salete Kozel e Wolf-Dietrich Sahr lançam mão do termo geograficidade em alguns de seus trabalhos, ainda que nos dois casos a base teórica seja estritamente relacionada à obra de Eric Dardel – o mesmo não pode ser dito de seus orientandos, como veremos mais à frente. O terceiro docente que concentra as orientações

na UFPR é Sylvio Fausto Gil Filho. Apesar dele mesmo não servir como referência direta, também seus orientandos tendem a centrar-se na perspectiva dardeliana de geograficidade, ainda que com exceções.

Sobre o material acessado junto à Universidade Federal Fluminense, ele todo foi produzido por orientandos e orientandas de Ruy Moreira. Cinco dissertações de mestrado e três de doutorado, sendo que a autora de uma dissertação se repete em uma tese, compõe esse universo, que apesar da orientação de Moreira, não necessariamente o tem como referencial bibliográfico direto ao arrolamento do termo. Ponto notável das pesquisas encontradas é a não aproximação direta de nenhuma delas com o uso dardeliano do termo. Ainda que não explicitamente, a filiação de seus orientandos ao conjunto teórico mais amplo de Moreira aparenta ter peso significativo.

Mostrou-se ligeiramente mais difusa, ou ao menos mais espalhada, a presença do termo geograficidade na Universidade Estadual Paulista, no que tange a diversificação dos orientadores. Foram encontrados 64 trabalhos orientados por 31 diferentes docentes. Deste total, a geógrafa e professora Lívia de Oliveira orientou nove em Rio Claro. Sob a batuta de João Lima Sant'Anna Neto, docente em Presidente Prudente, três mestrados e dois doutorados sobre climatologia foram produzidos, com menções ao termo geograficidade. Também de Presidente Prudente os professores Antonio Thomaz Júnior e Eliseu Savério Sposito, assim como Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira, de Rio Claro, têm quatro orientações cada, dentro de nossos critérios, em suas listas. As demais 38 teses e dissertações dividem-se entre os outros 26 orientadores. Vale ainda apontar que duas teses de livre docência – uma de Bernardo Mançano Fernandes e outra de Solange Terezinha de Lima Guimarães – compõem a totalidade dos trabalhos recolhidos no repositório virtual da Unesp.

Por fim, a USP concentra a quinta parte da totalidade de teses e dissertações das quais nos aproximamos. Relativamente mais difundido nesta casa do que nas demais universidades, um total de 27 orientadores e orientadoras acompanharam o andamento das 45 pesquisas selecionadas. Deste total, sete foram orientadas por Elvio Rodrigues Martins – um de nossos autores centrais. Outros quatro trabalhos – três teses de doutorado e uma dissertação de mestrado – foram orientados por Júlio César Suzuki. As demais pesquisas dividem-se orientadas pelos outros 25 docentes. Sobressai nessa totalidade um conjunto de três pesquisas orientadas fora do Departamento de Geografia da USP, sob a

responsabilidade de Vladimir Bartalini, docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com variações dardelianas a respeito da análise da paisagem.

3.2.1 Geograficidade em números entre teses e dissertações

Observar analítica e criticamente o que tem sido produzido academicamente no Brasil, considerando o uso do termo geograficidade, foi o impulso inicial desta pesquisa e, neste momento, entendemos ainda ser seu *leitmotiv*; o escrutínio do levantamento feito a respeito das teses e dissertações, o caminho agora a se seguir.

Considerando inicialmente o uso da categoria atrelado a um referencial explícito, não nos espantou a preponderância do nome Eric Dardel nos trabalhos recolhidos. Em 80 das 224 teses e dissertações, seu nome apareceu como referência direta ao embasamento do uso do termo. Apesar dessa preponderância explícita, ela foi menor do que a esperada, o que não significa, contudo, um menor peso do pensamento dardeliano no conjunto de pesquisas das quais nos aproximamos. Em termos de distribuição entre as diferentes universidades, a federal paranaense apresentou maior adesão ao autor, com 26 do total das obras. Com volumes similares de atrelamento teórico tem-se a Unesp, somando 19 aproximações às teses dardelianas; a USP segue com 16 e a federal do Rio Grande do Sul com 15. A Unicamp, apesar do volume sensivelmente menor de obras encontradas dentro dos critérios estabelecidos para esta dissertação, teve adesão completa ao pensamento de Dardel: todas as quatro pesquisas colam o desenvolvimento teórico da ideia de geograficidade a este mesmo autor – cabe a lembrança que, do mesmo modo, essas quatro pesquisas orbitam o nome de Eduardo Marandola Júnior, um dos responsáveis por, senão teorizar, divulgar o pensamento de Eric Dardel na ciência geográfica brasileira – é dele o prefácio à tradução de *O homem e a terra*, de 2011. Oposto a isso, as oito obras produzidas na UFF que recolhemos não se aproximam deste modelo teórico em questão. Um segundo elemento utilizado para pensar as referências do uso do termo foi a sua adesão a alguma das teses desenvolvidas nos dois capítulos iniciais do trabalho ora em tela, ainda que sem a referência bibliográfica direta. Nesse sentido, o total de obras que se encaixam no pensamento de Dardel sobre a geograficidade sobe para 105. Neste ponto algumas questões já podem ser destacadas.

Das 105 obras que aderem direta ou indiretamente à geograficidade dardeliana, apenas 75 fazem referência direta a ela – as cinco que “somem” nesse comparativo se afastam da proposta de Dardel, algumas em direção ao, ainda que próximo, esforço epistemológico de Holzer em fundamentar filosoficamente a categoria; outras deslocam-se em direção à obra de Paul Michotte, onde desaparece qualquer vestígio de relação com o pensamento elaborado em *O homem e a terra*; uma última, por sua vez, cita o autor unicamente como referência a sua relevância histórica em relação ao debate sobre o termo. Ainda nesse conjunto mais amplo de obras que articulam o pensamento dardeliano, 16 delas dividem seu modelo interpretativo do termo com outros autores, centralmente com Michotte (cinco mesclas teóricas) e Ruy Moreira (dez trabalhos). Uma última ainda se confunde com as proposições de Elvio Martins.

Essas mesclas teóricas foram localizadas considerando o uso do termo geograficidade a partir de uma base teórica em uma passagem da obra, e a partir de outra em momento distinto do texto. Comuns os casos, por exemplo, onde algum autor desenvolvia uma ideia de geograficidade baseada no princípio de uma subjetividade apriorística da relação entre indivíduo e Terra (Dardel) para, parágrafos depois, apontar a geograficidade como a consequência espacial do trabalho humano enquanto metabolismo homem-meio (Moreira), ou ainda indicá-la como a característica que garante seu interesse por parte da ciência geográfica (Michotte).

Ainda tangenciando o historiador e geógrafo francês, a observação dos eixos temáticos que atravessam as obras que se aproximam do pensamento dardeliano, indica a preferência por recortes que abordem debates sobre a *percepção e vivência* de indivíduos, grupos, povos e culturas sobre a geografia, o meio, o lugar, a paisagem, a arquitetura ou alguma categoria geográfica outra. O campo exploratório genérico é, depreende-se, a subjetividade, cerne interpretativa para o desenvolvimento de toda a Geografia Humanista ao longo do século XX. Das 105 obras no contexto de seu pensamento, 65 foram classificadas como inseridas diretamente neste campo. Cinco outras puderam ser apontadas como tratando de *simbolismo geográfico*, numa aproximação ao pensamento de Yi-Fu Tuan. Ainda dez pesquisas versaram sobre as pontes entre literatura e geografia, no afã de avaliar o conteúdo geográfico das produções ficcionais – nesse caso, USP e Unesp dividiram oito desses trabalhos. Recorrente também o pensamento de Eric Dardel em teses e dissertações no campo da educação: seis no total – no universo das diferentes

referências teóricas, porém, esse número cobre apenas a quarta parte das obras que lançam mão do termo geograficidade e tratam de educação, estando outro quarto dialogando com Michotte, outro ainda com Moreira e os demais com Lacoste, Martins ou, como exploraremos mais a frente, com nenhum autor que pudemos reconhecer.

A alta frequência do nome de Eric Dardel nas citações diretas, bem como no atrelamento epistemológico, acompanha as hipóteses iniciais da presente pesquisa. Dando continuidade à exploração dos trabalhos levantados, o volume de citações e referências diretas a outros autores decai sensivelmente – além de escapar do círculo de autores tratados nos dois capítulos iniciais, ainda que isso não signifique descolamento teórico em relação a eles, como veremos.

À exceção de Eric Dardel, os autores com maior enraizamento teórico no debate sobre a ideia de geograficidade são os brasileiros. Ruy Moreira é citado 19 vezes – em nove dessas, não como único autor –, enquanto Elvio Martins e Werther Holzer o são 18 cada, sendo o primeiro o único autor em apenas quatro casos e Holzer em três. Entre estes, as citações casadas são mais frequentes entre as obras de Martins e Moreira – particularmente os artigos *Geografia e ontologia* e *Marxismo e geografia*, respectivamente –, que ocorrem oito vezes; no caso de Holzer, as aproximações de maior recorrência se dão com a obra de Dardel, encontradas em 15 das 18 menções feitas ao professor da universidade fluminense. Martins e Dardel, por sua vez, repartem fundamentação teórica do termo em sete trabalhos; com Holzer são dois. Entre Moreira e Dardel a correlação aparece em uma dissertação e uma tese. Os dois docentes da UFF, por outro lado, não serviram como base comum para o desenvolvimento de nenhuma pesquisa encontrada nos critérios estabelecidos para esta seção.

Relativamente a Martins, as pesquisas que se fundamentam a partir de suas teses estão, em sua maioria (11 das 18 citações), depositadas nos arquivos da instituição a qual está relacionado: teses e dissertações defendidas na USP ao longo dos últimos 12 anos, dentre as quais duas orientadas por ele mesmo. Os eixos temáticos que as atravessam, porém, são menos consistentes, enveredando pela educação, cartografia, história do pensamento geográfico, história, organização e produção do espaço, cinema e literatura, ainda que prevaleçam pesquisas voltadas ao debate epistemológico dentro da ciência geográfica. Na outra via – a das pesquisas que não necessariamente o citam explicitamente, mas tem atrelado o uso do termo geograficidade a sua obra – encontramos apenas nove

textos (sete teses e duas dissertações), quatro dos quais não o colocam como fonte teórica. Ainda neste conjunto mais restrito, o nome de Ruy Moreira aparece citado diretamente quatro vezes. Destas nove pesquisas, o professor uspiano também orientou duas.

Ruy Moreira orientou três mestrados e dois doutorados que o articulam como autor referente ao debate sobre a geograficidade; na mesma linha nove outras pesquisas foram defendidas da Unesp, sendo duas dissertações e as demais, teses. Na USP somam-se três doutorados e um mestrado. Apesar da diversidade de temas que são abordados pelos trabalhos que citam Moreira, há maior centralidade em obras que trabalham com produção do espaço ou epistemologia, dividindo aqui 12 dos 19 textos que o citam. Cinema, educação, climatologia e história dividem as demais citações. Considerando as pesquisas que articulam o termo geograficidade no sentido daquilo desenvolvido teoricamente por Moreira, foram 44 as pesquisas encontradas, sendo que destas apenas 11 o citavam diretamente – portanto oito os textos que, citando-o, articulam uma outra tese. Nesse conjunto de textos que, sem necessariamente se referenciar a sua obra, articulam suas ideias, a centralidade de temas como epistemologia e produção do espaço se retrai relativamente à expansão de pesquisas que tratam da geografia mediante a percepção e vivência de distintos grupos, sendo diversos os casos onde as teses de Moreira são emparelhadas às de Dardel, por mais arriscado que isso possa ser: de dois os trabalhos que os citam conjuntamente, põe-se a ordem de dez os que articulam suas teses em paralelo; com Martins são seis.

Mantendo-nos entre os geógrafos brasileiros, Holzer não aparece como orientador de nenhum dos trabalhos que pudemos recolher, em razão dos motivos explicitados anteriormente. Ainda assim aparece nomeado 18 vezes enquanto referência ao debate em torno do termo geograficidade. Apesar de citado em pesquisas desenvolvidas em todas as universidades aqui arroladas, 11 destas citações aconteceram nas universidades sulistas. Com relação às áreas de concentração das pesquisas, apenas duas não lidam com percepção e vivência – uma versa sobre literatura e outra se ocupa do elo entre geografia e educação. Neste sentido, o peso dardeliano se faz diretamente presente na relação com Holzer – o que não é de se estranhar, considerando ter sido este quem traduziu a obra francesa *O homem e a terra* e foi seu primeiro grande divulgador dentro da ciência geográfica brasileira. Um importante deslocamento, porém, ocorre quando consideramos o seu próprio posicionamento e desenvolvimento teórico sobre o termo geograficidade, à revelia

de qualquer citação direta de seu nome. Do conjunto das 224 teses e dissertações levantadas, apenas um mestrado, defendido na Unicamp, articulou suas teses sobre um possível desenvolvimento epistemológico sistematizado da ideia de geograficidade proposta por Dardel. Ainda, do conjunto dos 18 textos que o citam diretamente, 16 articulam as ideias do francês – além do mestrado campineiro que articula as ideias de Holzer, um outro defendido na Unesp, partindo explicitamente de Holzer, Dardel e Marandola, acaba por esbarrar nas teses de Ruy Moreira.

Retornando à França, Lacoste aparece citado em três trabalhos diferentes – todos doutorados, sendo dois na Unesp e um na UFPR. Uma das pesquisas trata de educação, outra versa sobre um período da história do pensamento geográfico e a última, enfim, sobre epistemologia. Nos três casos, contudo, o uso do termo está atrelado às suas próprias ideias. No deslocamento para o conjunto das pesquisas que as articulam, ainda que sem citá-lo diretamente, a desproporção salta aos olhos: das três citações pula-se para 24 trabalhos que usam o termo geograficidade de modo análogo a Lacoste. Os autores citados, além do próprio, distanciam-se da geografia humanista: Rogério Haesbaert, Ruy Moreira, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Milton Santos. A exceção fica a cargo de Paul Claval, mas citado em um contexto onde o autor pensa sobre o redirecionamento do olhar e inclusão de novas perspectivas no geográfico enquanto objeto de análise da ciência geográfica. Outro deslocamento importante de ser brevemente comentado é a predominância, no caso da articulação das teses de Lacoste, da não citação de nenhum autor. Se estes arrolados acima somam nove citações no total, os textos que usam o termo geograficidade, porém sem nenhuma adesão teórica explícita põe-se na ordem de 15. Também relativamente a esta ausência de referências soma-se a predominância de trabalhos defendidos, em média, uma década antes daqueles com citações diretas. Na intersecção teórica com Lacoste, o único autor que identificamos foi Paul Michotte. O geógrafo belga dividiu nove das 24 adesões ao pensamento lacosteano.

O espraiamento do pensamento de Paul Michotte nas teses e dissertações produzidas no Brasil foi, sem dúvidas, o elemento de maior surpresa desde aquilo que colocamos como hipóteses iniciais desta pesquisa. Citado em apenas uma tese de doutorado encontrada – o extenso trabalho de José Vandério Cirqueira Pinto acerca de uma geograficidade libertária em Élisée Reclus –, o geógrafo belga da aurora do século XX é figura rara na produção geográfica brasileira e, quando desponta em alguma citação, esta

está atrelada a seu debate amplo sobre epistemologia, mas sem a articulação do termo geograficidade. Mesmo considerado o amplo diálogo que Hartshorne trava com Michotte em seu cânone *The nature of geography*, seu nome, em seu tempo, não atravessou a densa aceitação e permeabilidade do pensamento de Paul Vidal de La Blache.

Se há, por um lado, um vazio bibliográfico em relação às proposições de Michotte postas na ponta da pena em 1921, suas não difundidas ideias ocupam uma centralidade inusitada no uso do termo geograficidade em território brasileiro. Das 224 pesquisas levantadas, entorno de uma quarta parte destas – 54 mais precisamente – sua tese está articulada. Evidência desse uso recorrente não-referenciado é, justamente, a falta de referência. Da pouco mais de meia centena dos trabalhos aqui apontados, apenas 15 apoiam o uso do termo em algum autor – e aqui a diversidade aflora: Dardel, Haesbaert, Lacoste, Martins, Moreira, Porto-Gonçalves e Milton Santos dividem as citações –, sendo, portanto, 39 os textos que lançam mão desta particular ideia de geograficidade e que, de forma espontânea, aderem a Michotte sem sabê-lo. Soma-se aqui um correlacionamento recorrente de suas ideias com outras díspares. Foram encontrados cinco trabalhos que articulam a proposta michotteana com as de Dardel – ora ontologia, ora epistemologia; nove puderam ser correlacionados com Lacoste e três outras com Moreira. Ainda considerando o contraste entre os trabalhos que citam ou não algum autor, concentra-se no primeiro grupo o atrelamento das ideias de Michotte a outros geógrafos – 11 dos 15 totais –, bem como uma maior repetição do uso do termo ao longo do texto – média de 13 citações por trabalho –, ao passo que nas pesquisas onde não há uma bibliografia explícita atrelada à ideia de geograficidade, a assertividade com a tese de 1921 é maior, do mesmo modo que o volume de repetições do termo é menor – média inferior a duas por trabalho. Os temas abordados pelas pesquisas também não apresentam uma centralidade consistente, flanando desde climatologia até educação, passando pela história do pensamento geográfico e geomorfologia. Fora dos departamentos de geografia foi encontrada uma referência à ideia de geograficidade michotteana em um programa de pós-graduação em arquitetura e outra em urbanismo.

Um último rasante sobre as pesquisas levantadas deve abordar um outro dado que se destacou: a dimensão da ausência de referências ao termo, quando posto. Dos 224 trabalhos, 96 deles apresentam grafada a palavra geograficidade sem atrelá-la explicitamente a nenhum autor. Tratam-se de pesquisas das mais diferentes áreas, mas

com particular centralidade nos temas da educação, percepção e vivência e produção do espaço, contando 71 das 96 pesquisas deste específico contexto. Entre as universidades abordadas, a distribuição apresenta maior equilíbrio. No escopo das áreas de conhecimento, apenas cinco pesquisas não se realizaram dentro de um departamento de geografia, mas nas áreas de educação, arquitetura, ciência política e planejamento urbano. No que tange os autores atrelados à perspectiva teórica de geograficidade articulada nestas pesquisas, predominou a repetição das ideias de Michotte, conforme quadro que já se evidenciava no parágrafo anterior: 39 textos. Acompanha-o Moreira com 18 trabalhos correlacionados, seguido de Lacoste e Dardel com 14 aproximações cada, e enfim Martins com três teses de doutorado que articulam suas ideias sem citá-lo diretamente, assim como a nenhum outro autor. Há ainda um conjunto de 15 destes trabalhos que, ao se valerem de alguma ideia de geograficidade, não se aproximam de nenhum dos autores considerados centrais neste debate. Tratam-se de usos vagos do termo que, no contexto de sua redação, não permitem mais do que aproximações indiretas e, sob nenhuma hipótese, precisas. Sobre estes usos difusos do termo, é possível apontar a prevalência de teses de doutorado – apenas três são dissertações. Ademais, cerca de metade – sete dos 15 – foi defendida na Universidade de São Paulo. Uma última consideração antes de avançarmos é a da pontualidade do grafo do termo geograficidade neste conjunto amplo de ausência de referência, havendo uma média inferior a duas repetições da palavra por texto completo, apontando a ausência de demanda por articulação teórica de maior densidade acerca da ideia.

3.3 O universo dos artigos

Considerando o universo de revistas encontradas a partir dos critérios estabelecidos inicialmente, o elenco total de 54 destas mostrou-se sutilmente filiado ao conjunto das teses e dissertações encontradas, principalmente no que diz respeito a uma parcela das universidades que sediam as revistas. Dez artigos encontrados foram publicados pelas revistas *GEOgraphia* e *Geograficidade*, ambas publicações da Universidade Federal Fluminense. Atrelados à Unesp foram 16 os artigos, distribuídos entre as revistas *Cidades*, *Estudos geográficos* e, principalmente, *Geografia*, sendo 13 do total as publicações nesta última. A Universidade de São Paulo, por sua vez, somou nove publicações, sendo oito na

revista *GEOUSP* e uma na *Revista do Departamento de Geografia*. Não encontramos nenhuma publicação atrelada a UFPR, UFRGS e Unicamp que se enquadrasse no escopo da presente pesquisa. Seguiu, a certa distância, a revista franco-brasileira *Confins*, com quatro artigos listados. Os 15 outros artigos distribuem-se em 14 diferentes revistas.

Encontrou-se também hegemonia relativa à autoria dos textos elencados. 35 do total de autores principais já eram professores universitários no contexto da publicação. Dos restantes, 12 encontravam-se doutorandos ou doutores, restando margem para seis mestrandos/mestres e o caso singular de um graduando da Universidade Estadual de Londrina, com publicação na revista *Geograficidade*. Neste sentido, pode-se considerar o conjunto intelectual atrelado às publicações a serem desenroladas nesta seção diferente daquele observado parágrafos atrás, o que amplia nosso horizonte de análise.

Um importante deslocamento visto é o referente à universidade de origem³⁰¹ do autor principal de cada artigo. Apenas Unesp e Unicamp formam a matriz teórica de um conjunto maior que cinco publicações cada – oito a primeira e seis esta última. No caso dos artigos oriundos de pesquisa desenvolvida na Unicamp, o nome de Eduardo Marandola Jr. predomina, assinando cinco dos seis artigos, destes sendo quatro publicados na revista *Geografia*, da Unesp, e um junto à *GEOUSP*. Em volume de publicações, a UFF segue com cinco publicações que espriam o pensamento ali desenvolvido. Exceto ainda pela Universidade Estadual de Londrina, nenhuma outra universidade será origem de quatro ou mais artigos publicados em revistas indexadas com índice Qualis A1 ou A2 e que versem sobre a ideia de geograficidade.

3.3.1 Geograficidade em números entre artigos

Acompanhando o observado no conjunto das teses e dissertações, o nome de Dardel é o que apresenta maior perenidade, seja nas citações diretas ou no atrelamento teórico indireto. Seu nome aparece como referência ao uso do termo geograficidade em 25 dos artigos analisados. A distribuição destes textos acompanha o conjunto geral, estando essencialmente centrados na revista *Geograficidade* (cinco artigos), nas três revistas da Universidade Estadual Paulista *Geografia*, *Estudos Geográficos* e *Cidade* (total de seis

³⁰¹ Consideramos por universidade de origem aquela que aloca o/a pesquisador/a, no caso de um/a docente, ou a universidade que sediou ou sedia a pesquisa materializada no artigo, quando se tratou de doutorandos/doutores ou mestrandos/mestres.

publicações) e na revista *GEOUSP* (quatro artigos). Se fazemos, porém, o comparativo com as universidades de origem dos autores principais, altera-se o quadro. Da UFF, Unesp e Unicamp, que encampavam o maior volume neste quadro, apenas a Estadual Paulista permanece no conjunto, sendo raiz acadêmica de quatro destes 25 artigos que citam Dardel. UnB, UFBA e UEL acompanham com três publicações atreladas cada. Pensando ainda neste conjunto de publicações, a aderência teórica ao citado é praticamente absoluta. Apenas um artigo se desloca do pensamento de Dardel para colar nas teses de Holzer – não surpreende, porém, observar que o artigo é de autoria do próprio Werther Holzer.

Prevalece, no conjunto de textos que articulam Dardel como autor central no debate sobre geograficidade, o tema ‘percepção e vivência’, porém em proporção reduzida comparativamente às teses e dissertações: somam dez os artigos que versam sobre o assunto. A ponte entre geografia e literatura concentra cinco dos 25 textos que citam o autor francês. Já o debate epistemológico reúne oito deste total. Educação e música são os dois últimos.

Deslocando a análise das citações diretas de Dardel para a adesão a suas teses, ainda que indiretamente, alguns elementos se alteram. Dos 35 textos atrelados a este critério, apenas 24 citam Dardel. Edward Relph aparece uma vez como referência e em dez textos encontramos um uso “livre” do termo, sem nenhuma adesão bibliográfica explícita. Com relação às revistas que concentram as publicações, *Geograficidade*, *Geografia* e *GEOUSP* mantêm o posto de maior concentração, as três somando pouco mais de 60% das publicações no escopo aqui perseguido. Do total de 22 revistas com artigos publicados que arrolam o termo, 15 apresentam textos enquadrados nesta ótica. Sob a perspectiva da universidade de origem do autor principal, a adesão direta ou indireta às teses dardelianas fica concentrada na Unesp e na Unicamp, com sete trabalhos a primeira e cinco esta última.

O professor da Universidade Federal Fluminense, Werther Holzer, aparece como autor citado em cinco artigos, todos em revistas diferentes e a partir de matrizes universitárias diferentes. Observando o tema dos artigos, apenas um trata de ‘percepção e vivência’, ainda que o mais usual atrelamento de suas ideias seja ao pensamento dardeliano e, conseqüentemente, a esta linha de pesquisa. No conjunto dos artigos, dois tratam também de aspectos epistemológicos – mais próximos daquilo que Holzer de fato trabalha acerca da ideia de geograficidade. Há ainda um sobre música e outro sobre literatura.

Exceto em um dos casos, em todos o nome do geógrafo fluminense é citado conjuntamente ao de Dardel. Ainda, em três dos cinco casos a autoria dos textos é de um professor universitário. Em um dos casos é de um mestrando e, por fim, há um artigo de um graduando em geografia – o único artigo de um pesquisador fora da pós-graduação entre os listados no escopo desta pesquisa.

Ainda na UFF, Ruy Moreira acompanha Holzer com três citações diretas atreladas à fundamentação da ideia de geograficidade. Adiantamos que um destes três artigos é de autoria do próprio, em uma revista próxima, publicada junto a UFF. Trata-se da revista *GEOgraphia*. Mais que isso, referenciamos-nos ao artigo *Geografia e marxismo*, alvo de nossa análise no segundo capítulo desta dissertação. Ali, onde o debate epistemológico é amplamente desenvolvido, Moreira estabelece uma referência a ser reproduzida de suas próprias ideias. Não à toa, é este o artigo citado nos dois outros casos onde seu nome aparece referenciado ao uso do termo – bem como na quase totalidade das referências feitas a ele no que tange o debate sobre a geograficidade. Com relação ao eixo temático, todos os artigos travam um debate epistemológico, ainda que sob diferentes perspectivas teóricas. São também estes três artigos os que mais vezes repetem o grafo do termo aqui em discussão, possuindo uma média de 42 repetições cada, em oposição a uma média de sete considerando a totalidade dos artigos. A elevação da média acompanha igualmente o conjunto geral dos textos que se enquadram no debate epistemológico, tendo este grupo uma média superior a dez repetições. Atribuímos esta característica a própria necessidade do debate teórico, que retoma repetidas vezes as mesmas ideias para melhor balizá-las. Elencando os textos que articulam as ideias de Ruy Moreira, são encontrados três resultados, um deles porém não mais atrelado ao uso referenciado de suas ideias – e de nenhum outro autor, tratando-se de uso livre do termo.

Yves Lacoste e Elvio Martins aparecem citados em um único artigo, cada um. No caso de Martins, trata-se de citação conjunta a Moreira e Dardel, em artigo de sua, à época, orientanda de mestrado Juliana Monteiro. Apesar da referência a seu nome, o texto articula maior proximidade às ideias de Dardel do que propriamente as suas ou as de Moreira. Lacoste aparece como referência direta em artigo de 1999 da professora Vânia Vlach, lotada junto à Universidade Federal de Uberlândia, onde ela explora as ideias de Paul Vidal de La Blache, no esteio do trabalho feito por Lacoste em *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Deslocando o foco para o campo da

articulação das ideias mais do que das referências, as teses lacosteanas são base para outros dois artigos, além do citado acima. Um destes textos versa sobre o pensamento de Fernand Braudel, enquanto o outro sobre climatologia e saúde. Em ambos os casos, não há nenhum autor citado diretamente enquanto referência ao uso do termo geograficidade, aparecendo grafado uma única vez em cada publicação.

O nome de Paul Michotte não aparece na forma de referência em nenhum dos artigos encontrados, mas sim suas ideias em cinco textos que não apresentam referência a qualquer autor dentro deste debate. Apesar da pluralidade relativa aos centros universitários de origem dos autores – nenhuma universidade se repete –, a revista *GEOUSP* concentra três dos textos, havendo também uma publicação junto à revista *Geo*, da UERJ e outra na *Geografia*, da Unesp. Os cinco artigos fazem um uso bastante claro da ideia de geograficidade, usando-a para designar o que há de geográfico no objeto em análise. Elemento comum aos textos, foram escritos por geógrafos já lotados em cargos de docência universitária e com pouca repetição do termo – frequência média menor que dois.

Aparecem ainda como autores referentes à ideia de geograficidade Edward Relph, Eduardo Marandola Jr. e Yi-Fu Tuan. A exceção de Relph, que aparece uma vez como referência a um artigo que articula as ideias de Holzer, os demais casos lidam com o atrelamento do nome destes geógrafos ao de Eric Dardel.

Por fim, vale uma observação sobre o conjunto de artigos que apresentam grafado o termo geograficidade, porém sem atrelá-lo a qualquer autor. Estes textos somam 23 do conjunto total de 54 artigos – dois a menos que Dardel. Concentram a quase totalidade destes artigos as revistas atreladas à USP, UFF e, majoritariamente, Unesp. A este bloco de periódicos atrelam-se 18 dos 23 artigos deste quadro, nove dos quais na revista *Geografia*. Com relação aos autores conectados a estes textos por aproximação teórica, Dardel mantém sua predominância, tendo suas teses identificadas em dez publicações. É neste conjunto de base dardeliana que se enquadra a totalidade das pesquisas oriundas de dissertações de mestrado – concluídas ou em andamento –, que somam três no conjunto. Há ainda o predomínio de pesquisas atreladas à ponte entre geografia e literatura ou à perspectiva de análise das vivências e percepções. Das dez publicações, seis foram no supracitado periódico unespiano *Geografia*. Ainda Unesp e Unicamp são raiz acadêmica de também seis trabalhos entre os dez desta lista dardeliana.

Acompanha Dardel no número de atrelamentos, ainda que em frequência reduzida pela metade, o belga Michotte. Dos cinco artigos associados epistemologicamente à sua obra, três estão publicados na revista uspiana *GEOUSP*, escritos por docentes lotados nas universidades Estadual do Ceará, Estadual de Ponta Grossa e Federal do Pará. Há ainda um quarto artigo na fluminense *Geo* e outro na paulista *Geografia*, sendo o primeiro de autoria de um docente da Federal do Espírito Santos e o segundo de um docente da Federal de Minas Gerais. Em termos de recorrência no uso do termo geograficidade, estes artigos seguem a média, inferior a dois grafos por texto. A perspectiva michotteana de geograficidade é apresentada em três artigos que debatem a produção do espaço, um sobre literatura e ainda um último atrelado ao debate epistemológico na ciência geográfica.

O nome de Yves Lacoste pode ser aproximado de dois artigos. O primeiro é publicado na revista franco-brasileira *Confins*, de autoria de Guilherme Ribeiro, professor na UFF e que discute o pensamento de Braudel sobre a formação do território francês. O outro texto, redigido a duas mãos por Núbia Armond e Karime Fante, foi publicado em 2016 na *Revista do Departamento de Geografia da USP*, tratando da aproximação entre as ondas de frio e as enfermidades respiratórias.

O professor da Federal Fluminense Ruy Moreira, no contexto dos artigos que não aproximam bibliograficamente a ideia de geograficidade de nenhum autor, tem suas ideias articuladas em um único artigo, assim como o professor de sua mesma universidade, Werther Holzer. Moreira embasa um texto publicado por dois autores na revista *Geografia*, da Unesp, enquanto Holzer tem suas ideias usadas por Marandola Jr., à época ainda redigindo sua tese de doutorado, em artigo que publica junto a essa mesma revista da Estadual Paulista. Neste último caso, o autor trabalha o debate epistemológico, enquanto no primeiro o debate se aproxima da questão da produção do espaço.

À guisa de fechamento desta seção, apontamos ainda a presença de quatro artigos que, utilizando o termo geograficidade, não o aproximam direta ou indiretamente de quaisquer das teorias por nós observadas nesta pesquisa, estando utilizadas de modo difuso e não-explanado, substituindo outras categorias, como espaço geográfico ou território, porém sem qualquer possível adesão teórica a ser indicada preliminarmente.

3.4 Ponto fora da curva

Dentre os trabalhos que exploram ou articulam a ideia de geograficidade, um se destaca pelo propósito de desenvolver um avanço e adensamento deste debate. Pensamos ser de grande validade apresentá-lo aqui pois, apesar de ser ainda publicação recente e, talvez por isso, ainda de restrita circulação, esta tese de doutorado vai a fundo no tema e emerge com proposições que merecem toda a atenção daqueles que se dedicam ao tema. Trata-se da tese *O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico*, de Mariane de Oliveira Biteti, defendida em 2014 na Universidade Federal Fluminense, orientada por Ruy Moreira.

3.4.1 Geograficidade em Mariane Biteti

Já encaminhando as considerações finais de sua dissertação de mestrado, Mariane Biteti pontua que “a filosofia de Sartre é [...] a base do entendimento do espaço como o *em-si-para-o-outro-para-si*”³⁰², interpretação que carregará para a estruturação de sua tese de doutorado e a qual tentaremos acompanhar. Nesta, a geógrafa desmembra a ideia apresentada anteriormente, em três categorias: *presenticidade*, *alteridade* e *geograficidade* – *em-si*, *para-o-outro* e *para-si*, respectivamente. Não se tratando de necessidade teórica, mas de praticidade expositiva, posto que nenhuma destas categorias é início ou destino, apenas “expressam momentos do movimento que se refaz continuamente”³⁰³ – característica incontornável da dialética –, a construção textual aqui explorada tem início com a presenticidade.

Em *O ser e o nada*, Sartre aponta a dinâmica daquilo que simplesmente é:

O ser-Em-si não possui um *dentro* que se oponha a um *fora* e seja análogo a um juízo, uma lei, uma consciência de si. O Em-si não tem segredo: é *maciço*. Em certo sentido, podemos designá-lo como síntese. Mas a mais indissolúvel de todas: síntese de si consigo mesmo. Resulta, evidentemente, que o ser está isolado em seu ser e não mantém relação alguma com o que não é. Os trânsitos, os vir-a-ser, tudo que permite dizer que o ser não é ainda o que será e já é o que não é, tudo é negado por

³⁰² M. Biteti, *Uma reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia*, 2007, p. 158.

³⁰³ M. Biteti, *O em-si-para-o-outro-para-si*, 2014, p. 100.

princípio. Porque o ser é ser do devir e, por isso, acha-se para-além do devir. É o que é; isso significa que, por si mesmo, sequer poderia não ser o que é.³⁰⁴

Biteti acompanha Bornheim e ensaia o *em-si* sartreano como algo que “esgota ser quem ele é, por isso chega a escapar parcialmente da temporalidade”³⁰⁵ – o filósofo caxiense é menos parcimonioso e não concede o ‘parcialmente’³⁰⁶. O que a autora coloca é a premissa necessária de que os entes estão *presentes* no mundo, sendo condição necessária para o estabelecimento de qualquer relação. Estar presente é, aponta Biteti, *estar à frente, estar ao alcance*, sustentando a possibilidade de encarar este elemento inicial – o *em-si* – como algo no campo da localização. É este *em-si* enquanto aquilo que está presente que, no deslocamento para o campo ontológico, a autora nomeará por presenticidade. É ainda este caráter contingencial, daquilo que está dado no mundo de uma certa maneira, e justamente dado desta maneira pelo mundo onde está inserido, que se aponta a *facticidade* do *em-si*.

Existe o risco, sempre presente neste tipo de debate, da argumentação caminhar para o universo do apriorismo e da metafísica. Apontamentos sobre a ausência da temporalidade ou ainda afirmar que algo simplesmente *é*, direcionam-se a este tipo de desconfiança. Reside, contudo, no próprio *em-si* a chave para driblar a dualidade metafísica do objetivismo e do subjetivismo. Decorre da afirmação que o *em-si* apenas *é*, de modo estritamente contingencial, que lhe escapa qualquer condicionamento, isto é, a ação dum Outro. Noutros termos pode-se dizer que “na facticidade o ser é sem sentido ou determinação”³⁰⁷. Constitui-se assim que o ser *em-si*, incapaz de produzir um sentido a si mesmo no isolamento, o faz então *fora de si, no mundo*, no plano das relações e da alteridade; “o sentido é produzido na presença e pela práxis”³⁰⁸.

Na espiral conceitual proposta por Biteti, a resposta à incompletude da presenticidade do *em-si* é a alteridade, estruturada através da ideia do *para-o-outro*.

³⁰⁴ J.-P. Sartre, *O ser e o nada*, 2015, p. 39.

³⁰⁵ M. Biteti, *O em-si-para-o-outro-para-si*, 2014, p. 21.

³⁰⁶ G. Bornheim, *Sartre*, 2011, p. 34.

³⁰⁷ M. Biteti, op. cit., p. 22.

³⁰⁸ Ibidem, p. 25.

O revelar-se do ser o põe em contato com outros seres revelados, de modo que a alteridade surge como a categoria de compreensão da complexidade das relações espaciais, pois reflete o modo como a diferença se manifesta no contato do *em-si* com o *para - outro*, na coabitação do espaço.³⁰⁹

É mediante o Outro que o ser pode se revelar. É apenas através de uma existência que não a minha que posso me reconhecer. Sartre exemplifica essa necessidade da alteridade no reconhecimento de si em suas considerações sobre a *vergonha*. Trata-se de um modo de consciência que revela uma relação do sujeito consigo mesmo – sentir vergonha de si –, porém na estreita dependência de um segundo indivíduo, justamente aquele que, na condição de espectador do ato faz com que o sujeito atuante se veja autoconsciente. Segundo o filósofo francês,

a vergonha, em sua estrutura primeira, é vergonha *diante de alguém*. Acabo de cometer um gesto desastrado ou vulgar: esse gesto gruda em mim, não o julgo nem o censuro, apenas o vivencio (...). Mas, de repente, levanto a cabeça: alguém estava ali e me viu. Constatato, subitamente toda a vulgaridade de meu gesto e sinto vergonha. (...) sinto vergonha de mim *tal como apareço* ao Outro.³¹⁰

A importância deste deslocamento do ser, que parte de mim como facticidade, mas que só se realiza através do outro, resolve em Sartre dificuldades que se apresentavam desde Hegel, mas também em Husserl e Heidegger, autores que em seus esforços de lidar com este movimento acabaram, em maior ou menor escala, não resolvendo a questão da intersubjetividade, deixando o movimento do *em-si-para-o-outro* no campo da relação sujeito-objeto³¹¹.

O que ocorre então é que a possibilidade de realização do *em-si* passa pelo crivo da alteridade em sua estrutura de *para-o-outro*, i.e., pela necessária concretização do ser pela intersubjetividade, sempre dada *no mundo*, no universo das relações e da diversidade. E este dar-se no mundo é também a possibilidade de realização do espaço, enquanto mediação necessária entre o *em-si* e o Outro. Nas palavras de Biteti,

³⁰⁹ Ibidem, p. 65.

³¹⁰ J.-P. Sartre, *O ser e o nada*, 2015, pp. 289-290.

³¹¹ G. Bornheim, *Sartre*, 2011, p. 83.

o espaço surge como a referência da alteridade visto ser ele o lócus da diversidade de entes que se co-localizam e se co-distribuem espacialmente, numa dinâmica de relações e de tensões que aponta para a existência de uma dialética social cuja expressão espacial lhe é inerente enquanto forma, processos e relações.³¹²

Está-se advogando com isso o aparecimento do espaço enquanto relação, pois o campo de contato *para-o-outro* das coisas *em-si*. Afirmar essa condição para o espaço o remove também de qualquer apontamento enquanto algo dado *a priori*, pois sendo relação é também permanente reposição, dialética. Posto dessa maneira, o espaço alcança agora a possibilidade de ser considerado no campo da ontologia, pois presença incontornável no devir do ser, estabelecendo inclusive maior aproximação com o *Dasein* heideggeriano em sua incontornável característica de sempre *estar*, de *ser-no-mundo*. Estabelecida a condição puramente contingencial da presenticidade do *em-si* e da necessária dialética na alteridade do *para-o-outro*, aproximemo-nos agora da categoria central em nosso debate e das aproximações que Biteti faz.

Em seu esquema proposto, a geograficidade tem paralelo com a ideia de *para-si* na obra de Sartre. Julgamos necessário um mergulho um pouco mais profundo neste debate sartreano em razão das suposições que a autora parte, sem desenvolvê-las em maior extensão, como o fez em relação às ideias anteriores de *em-si* e *para-o-outro*.

Em seu livro *O ser e o nada*, Sartre dedica extensas páginas sobre a questão do *Para-si*, considerando estar nele o lócus da questão sobre a subjetividade e a própria possibilidade humana do conhecimento. Trata-se de debate inicialmente gnosiológico, mas que se desdobra conjuntamente em fundamentação ontológica do ser humano. Entendamos isso a partir da análise de um conjunto de afirmações do próprio filósofo. O “*Para-si* é um *Em-si* que funda seu próprio nada”³¹³. O *Para-si*, na condição de subjetividade que é mesmidade (idêntica a si mesma, como o *Em-si*, que é coisa cujo ser é idêntico a si mesmo), ao identificar o *Em-si* como algo fora de si, percebe-se como negatividade, como não sendo aquele *Em-si*, sendo um negativo idêntico a si mesmo, descobrindo-se, portanto, *nada*. Se é o nada, como pode ser? “O *Para-si* é responsável em seu ser por sua relação com o *Em-si*, ou, se preferirmos, ele se produz originariamente

³¹² M. Biteti, *O em-si-para-o-outro-para-si*, 2014, p. 65.

³¹³ J.-P. Sartre, *O ser e o nada*, 2015, p. 130.

sobre o fundamento de uma relação com o *Em-si*³¹⁴. Na medida em que o *Para-si* é o nada e o *Em-si* é a pura identidade (mesmidade), o fundamento do ser do *Para-si* é criação do contato deste com o *Em-si*, pois é nessa relação que o *Para-si* se possibilita perceber como negatividade da pura identidade. É, portanto, a relação que funda o ser, tanto o *ser-Para-si* como aquilo que é o que não é, como o *Em-si* enquanto aquilo que não é o que é, sendo este último “o que é” o próprio *ser-Para-si*.

Neste movimento do desvelar do ser, Sartre identifica a própria emergência da consciência, na medida em que esta é “um ser para o qual, em seu próprio ser, está em questão o seu ser, enquanto este ser implica outro ser que não si mesmo”³¹⁵. Ora, a consciência é autorreferente apenas porque pode se identificar enquanto ser após sua nadificação consequente da relação com o *Em-si*, portanto a própria consciência só pode se identificar enquanto tal, e relacionar-se consigo, pois identificou-se enquanto o negativo de algo fora de si mesma. É esta ponte entre a exterioridade e a interioridade que estabelece, através do negativo, a existência. Segundo o filósofo “é presente a mim aquilo que não sou”³¹⁶, portanto posta-se como presença ao *Para-si* a negatividade, isto é, o *Em-si*, precisamente aquilo que lhe é externo. O *ser-Para-si*, na impossibilidade original de se perceber, por ser pura negatividade, só pode perceber a si, e mesmo ter o próprio ser como objeto da consciência, tendo presente o mundo. No mesmo sentido, ele afirma que “a coisa é o que está presente à consciência como não sendo a consciência”³¹⁷, logo, aquilo que aparece não aparece enquanto *não-Para-si*, mas é o próprio *Para-si* que a estabelece a partir de sua própria negatividade, pois o *Em-si*, enquanto mesmidade, nada diz. Na medida em que o desvelar das coisas não é uma consequência da relação entre dois seres, mas é a própria relação, “o conhecimento aparece, portanto, como um modo de ser”³¹⁸, uma vez que ele *conhece enquanto é*.

No processo do conhecer, a espacialidade surge como participante necessária, uma vez que aquele *Em-si* que se apresenta como algo fora, no mundo – portanto extenso –, só se viabiliza na mesma medida em que o *Para-si*, enquanto negatividade do *Em-si* – consequentemente também do que é extenso –, descobre-se e se realiza na relação enquanto algo sem extensão. Nas palavras de Sartre,

³¹⁴ Ibidem, p. 233.

³¹⁵ J.-P. Sartre, *O ser e o nada*, 2015, p. 233.

³¹⁶ Ibidem, p. 235.

³¹⁷ Ibidem, p. 235.

³¹⁸ Ibidem, p. 236.

A revelação da espacialidade do ser constitui uma única e mesma coisa com a apreensão não-posicional do *Para-si* por si mesmo como inextenso (...) porque é pela extensão e na extensão do *Em-si* transcendente que o *Para-si* se faz anunciar e realiza sua própria inextensão.³¹⁹

Descobrir-se como interioridade, subjetividade, é também parte da dinâmica de criação daquilo que é externo e extenso. O espaço, portanto, surge conjuntamente enquanto relação. Pode-se talvez pensar ainda o espaço como um modo de ser, posto que ele emerge conjunta e necessariamente com o processo de conhecer? Ou se aproximaria da ideia do espaço enquanto categoria, assim como para Elvio Martins, por ser parte constituinte do mundo – e conseqüentemente da geografia –, sem, contudo, confundir-se com este? Ou ainda, por ser algo que emerge necessariamente com a identificação – e mesmo a possibilidade dessa identificação – do *Em-si* enquanto extensão externa ao *Para-si*, o espaço seja a própria materialidade revelada na relação? Ou, sendo parte da relação, é a possibilidade de revelação da materialidade? Enfim, pontos que, desdobrados, caminham para diferentes fundamentações ontológicas do ser e, talvez, do próprio espaço. Avancemos, porém, no caminho que já perseguíamos.

A relação estabelecida entre o *Para-si* e o *Em-si* em sua transcendência é também o estabelecimento de um projeto e de uma situação. Para Sartre, “realizo um projeto na medida que lhe dou ser, mas realizo também minha situação na medida que a vivencio, que a faço ser com meu ser”³²⁰. Neste contexto, a relação, o conhecimento, não se dá apenas face e junto ao nada, mas ao nada como aquilo que se põe como limite de um mundo, este que se realiza justamente através da relação. Sobre este mundo e as categorias que o cercam, cabe voltar ao texto novamente.

Com efeito, uma totalidade subentende uma relação interna de ser entre os termos de uma quase multiplicidade, da mesma forma que uma multiplicidade subentende, para ser multiplicidade, uma relação interna entre seus elementos; neste sentido, a própria adição é um ato sintético. A totalidade só pode vir aos seres por um ser que tem-de-ser, na presença a eles, sua própria totalidade. É exatamente o caso do *Para-si*, totalidade destotalizada que se temporaliza em perpétuo inacabamento.³²¹

³¹⁹ Ibidem, p. 241.

³²⁰ Ibidem, p. 242.

³²¹ Ibidem, p. 242.

Entendamos. O *Para-si*, na condição original de negatividade, é sempre *vir a ser*, inclusive aquilo que é seu direto oposto, a totalidade. Neste sentido, a própria ideia de totalidade – seja no que tange o elemento comum, que agrega os diferentes *Em-si* em torno da noção de uma multiplicidade que compõe um totalidade, seja esta própria multiplicidade, em seu caráter de ser síntese dos diversos – é possibilidade que emerge na relação do *Para-si* com o *Em-si*, na medida em que é a negação do *Para-si*. Assim, o permanente movimento de não-ser do *Para-si* é também criação perpétua de mundo, de totalização, o que faz dele próprio uma totalidade, ainda que uma totalidade negativa – caráter este, inclusive, que coloca a adição de novos seres como um movimento de síntese junto a uma totalidade. No movimento dialético do par *Para-si/Em-si* há um processo perene de criação da totalidade, mediante uma dinâmica permanente de sínteses. Cabe aqui a dúvida se, nesta indicação sobre este movimento dialético, sendo o *Para-si* a negatividade, ele assume o papel de antítese ou tese, na chave mais simplificada de pensamento sobre o tema? Nessa forma proposta por Sartre os elementos do par dialético se fundam simultaneamente, mas apenas um deles enquanto subjetividade, o que colocaria sua preponderância na relação entre as partes, considerando que o objeto “responde” àquele que pergunta. Pode-se considerar, porém, que a própria pergunta se dá no contexto das possibilidades entregues pelo objeto. Este objeto, por sua vez, assim como aquele que pergunta, posteriormente a este universo do debate gnosiológico aqui desenvolvido, já se dão lançados em um mundo que se apresenta, necessariamente, como síntese da relação original do *Para-si* com o *Em-si*. Há uma trave neste ponto. No campo do debate sobre a possibilidade do conhecimento proposto por Sartre, as coisas se dão como se a emergência do *eu* e do objeto se desse num contexto pré-dialético, ou ainda, num momento onde ambos os elementos são, imediatamente, tese, antítese e síntese. Neste tratar da gnosiologia que vimos acompanhando, foge-se do mundo como condição de partida, ainda que a fronteira com a ontologia seja transposta a todo momento. Sigamos, porém.

O movimento estabelecido entre o *Para-si* e o *Em-si*, no que se refere à identificação da totalidade, só se realiza no contato do *Para-si* com objetos isolados, mas que tenham ao fundo o mundo. Sartre avança:

A presença ao mundo do *Para-si* só pode se realizar por sua presença a uma ou várias coisas particulares, e, reciprocamente sua presença a uma

coisa particular só pode se realizar sobre o fundo de uma presença ao mundo. A percepção só se articula sobre o fundo ontológico da presença ao mundo, e o mundo se desvela concretamente como fundo de cada percepção singular.³²²

O *Para-si*, no seu descobrir-se através do *Em-si*, o faz também mediante a fundação de uma exterioridade que é, além de um singular, ou uma multiplicidade destes, uma exterioridade que se opõe à totalidade negativa do *Para-si*, portanto um mundo que é a própria totalidade, acompanhando o raciocínio heideggeriano. Aqui um apontamento de Gerd Borheim é preciso: “O espaço se configura, assim, como idealidade do fundo que se pode desagregar em formas”³²³, indicando que ser idealidade do fundo, em sua possibilidade de desagregação, é identificar o espaço como a relação externa possível entre a multiplicidade e a totalidade. É justamente o espaço quem viabiliza a identificação destas duas partes e o trânsito entre elas. Sartre avança: “se o *Para-si* há de ser o nada pelo qual “há” ser, só pode haver ser originariamente como totalidade. Assim, portanto, o conhecimento é o mundo”³²⁴. Se a relação original é entre o *Para-si*, descobrindo-se como nada, e o *Em-si* como aquilo que ele não é, aquilo que é – o *Em-si* –, é imediatamente tudo o que existe, portanto o mundo. Sobre este ponto nos interessa novamente um comentário de Borheim, para quem “na medida em que o *Para-si* se explica pela privação, ele reclama o possível. (...) O possível aponta ao mundo”³²⁵. Aqui, sendo o *Para-si* a constatação de que ele mesmo não-é, *ser* passa a compor o campo das possibilidades; possibilidades estas que se dão justamente naquilo que está fora de si, i.e., no mundo. Ou seja, o *Para-si*, a partir de sua nadificação, se constrói enquanto o possível dado *no* e *pelo* mundo. É deste pressuposto que se pode derivar muito do debate sartreano sobre a liberdade, pois estando o *Para-si* em perpétua condição de falta, está-se em permanente condição de possibilidade. Da mesma maneira, podemos aproximar isso, que caminha do gnosiológico para o ontológico, ao campo contingencial que determina/possibilita a ação humana na geografia e também a partir dela, já que ela é também contingência para o *Para-si*. *Apontar ao mundo* é considerar que a autoconstrução do eu se dá no movimento em direção à exterioridade,

³²² Ibidem, p. 243.

³²³ G. Bornheim, *Sartre*, 2011, p. 78.

³²⁴ J.-P. Sartre, *O ser e o nada*, 2015, p. 244.

³²⁵ G. Bornheim, op. cit., p. 61.

na ação ou, ainda, na práxis. Aqui já encontramos o gancho possível para retomar o diálogo direto proposto por Biteti, para quem

O movimento aqui aparece como mudança de qualidade na qual o ente afirma-se em seu ser, superando a dimensão ôntica do estar, afirmando uma ontologia espacializada. Isso é a geograficidade admitida como condição espacial de existência do ser, sentido do ser geográfico que se manifesta também como consciência espacial.³²⁶

Afirma-se, enfim, o lugar de uma *condição espacial de existência do ser*, condição que será nomeada por Biteti de *geograficidade*. Está se pondo em diálogo aqui este lançar-se do *Para-si* ao mundo, possibilitado pela identificação do espaço como condição intrínseca ao contato entre os diferentes entes, à existência da própria multiplicidade. Ser necessariamente espacial põe inclusive o homem como portador de uma ontologia inerentemente espacializada; a geograficidade como “um modo de ser do homem”³²⁷.

3.5 É a geograficidade o que os geógrafos fazem dela?

A expressão *caixa-preta* é usada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comandos se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, a não ser o que nela entra e o que dela sai.³²⁸

Olhar para a produção acadêmica brasileira que utiliza, em algum grau, o termo *geograficidade*, é olhar para algumas centenas de caixas-pretas, ou seja, articula-se a ideia, de modo geral, num contexto de independência da explicitação de sua estruturação teórica ou de qualquer debate ainda em aberto que acompanha o termo. Em diversos casos elas de fato congregam todo um conjunto complexo de teorizações e dão encadeamento ao texto; em outros tantos, porém, é conceito blindado ao próprio articulador dele, sendo sua análise – ou a abertura da caixa-preta – um tanto atravancada pela mistura de filiações diretas ou indiretas que o autor propõe. Trata-se, todavia, de termo nitidamente já absorvido pela ciência geográfica brasileira, cabendo agora apenas uma observação sobre a

³²⁶ M. Biteti, *O em-si-para-o-outro-para-si*, 2014, p. 104.

³²⁷ Ibidem, p. 104.

³²⁸ B. Latour, *Ciência em ação*, 2011, p. 04.

forma e os dados dessa incorporação. Consideramos com maior expressividade na produção acadêmica em geografia no Brasil que utiliza, em alguma escala, o termo geograficidade, três quadros distintos: Dardel, Michotte e o uso livre.

Havia, ainda no contexto do início desta pesquisa, a expectativa de que o nome de Dardel fosse o de maior recorrência nas citações e articulações teóricas, o que se confirmou. Essa aproximação da geografia com o pensamento dardeliano, no Brasil, deriva das pesquisas que gravitam, desde a década de 1970, a produção de Livia de Oliveira na Unesp, particularmente no campus de Rio Claro, onde se entrencharam geógrafos que fizeram oposição não marxista à geografia quantitativa da época. Se ali o pensamento de Yi-Fu Tuan e Edward Relph ecoava com vigor, é particularmente após as pesquisas de Werther Holzer que o nome de Dardel passa a ser reproduzido nas universidades brasileiras, na senda deste grupo humanista que atuava a partir de Rio Claro, o que se intensifica após 2011, data da primeira tradução do livro de Eric Dardel para o português. Já desde 2008, contudo, sediado junto a Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (GHUM) vem congregando pesquisadores e promovendo eventos de articulação sobre o tema, como o Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia (SEGHUM), que em 2018 realizou sua IX edição; e o Seminário Sabores Geográficos, com sua IV edição realizada em 2017. Desde 2011 também é publicada, junto à Universidade Federal Fluminense, a revista *Geograficidade*, polo importante de divulgação de artigos atrelados à pesquisas dentro do escopo da geografia humanista.

Esse universo de expansão do pensamento de Dardel veio, conforme pode ser constatado pela sistematização dos trabalhos produzidos segundo os critérios colocados no início deste capítulo, com lacunas na correlação entre autor e teoria. Se consideramos o peso maior da obra de Heidegger nestes debates, o atrelamento do pensamento humanista dardeliano à obra de Ruy Moreira ou Elvio Martins, repetidamente realizado por inúmeros pesquisadores, ilustra este impulso para a realização de conexões que apenas podem ser feitas ignorando a incompatibilidade teórica entre eles. No entanto, dada a complexidade das teses e interconexões e cisões entre os autores articulados, desloca-se a ideia de geograficidade para a caixa-preta de Bruno Latour, passando a servir como uma resposta, supostamente derivada exclusivamente de Eric Dardel, para os problemas de subjetividade atinentes à pesquisa em ciência geográfica. Esta crescente no uso do termo geograficidade

e das ideias dardelianas parece ainda não ter encontrado uma estabilidade teórica, tampouco uma estruturação que viabilize sua articulação instrumental para a realização das pesquisas para além deste uso deslocado que vem, larga medida, sendo feito.

Com relação a Paul Michotte – e podemos falar também em Yves Lacoste, incorrendo no risco de pecar por aquilo mesmo que tentamos melhor alinhar aqui, que é a consistência teórica – o que se vê é a utilização da ideia de geograficidade por ele desenvolvida, mas de modo absolutamente distante de sua autoria, dado o desconhecimento de seu trabalho por parte dos geógrafos brasileiros – mas também europeus e anglo-saxões. De todo modo, demonstra uma tranquilidade no uso da flexão da palavra *geografia* que independe de maiores sistematizações. De um modo geral quando um pesquisador fala da “geograficidade de um tal objeto” ou na “geograficidade do autor X”, há implícito o reconhecimento de que aquele pesquisador fala sobre o que há de geográfico ali, ou alguma ideia que orbite essa lógica, não importando realmente a tese de fundo. Atestado desta afirmação é o grande número de usos do termo que prescindem de referência teórica ou bibliográfica, funcionando como um conceito ou uma categoria que já se pressupõe plenamente absorvida pela comunidade de geógrafos, ainda que categorias clássicas da ciência geográfica como espaço, paisagem, lugar, território ou região sejam, até hoje, objeto de disputa e reestruturação teórica.

Considerando a prática que, de um modo geral, vem sendo realizada na articulação das ideias de geograficidade, a geografia que tem se construído pelos geógrafos ainda não incorporou os esforços de Armando Corrêa da Silva em superar as “deficiências filosóficas” da corporação, assim como os dos que seguiram com parte de seu trabalho, tentando alinhar a efervescência teórica de seu orientador e propondo novas chaves de leitura.

CONCLUSÃO

Considerando o que foi visto ao longo da construção deste trabalho, podemos considerar a geograficidade como uma ideia multifacetada e ainda aberta a maiores sistematizações, seja sob qual ótica de análise for.

Retomando o visto no primeiro capítulo, as primeiras aparições do termo ocorrem em contextos de disputa corporativa sobre o sentido próprio do que é a ciência geográfica, seus métodos e objetivos. Paul Michotte, ainda que em uma estrutura vulgar, sem maiores explicações, flexiona a palavra *geografia* em *geograficidade* e defende o que considerava um objeto exclusivo da geografia. Apagado pelas disputas de época e sombreado por La Blache e Lucien Febvre, sua ideia de geograficidade acaba sendo sistematicamente reproduzida no Brasil décadas depois, servindo como substituto para tudo o que se queira indicar como um “caráter geográfico”.

Trinta anos depois, em 1952, é Eric Dardel que utiliza o termo de forma original, referindo-se também a um “caráter geográfico”, mas dessa vez atrelado à existência humana, à sua própria ontologia, sendo a geograficidade a presença subjetiva original da geografia no ser humano e suas ações decorrentes. Outra vez um esforço de requalificar a ciência, desta vez a partir da fenomenologia, mas que esbarra nas demandas de seu tempo, onde os esforços corporativos centravam-se na hoje conhecida *geografia ativa*.

Em 1979, enfim, Yves Lacoste propõe sua própria interpretação do termo – e aqui impossível saber se com ou sem conhecimento sobre os esforços que o antecederam –, mas dessa vez já com alguma sistematização e exposição sobre a estrutura do conceito. Tratou-se de esforço para apontar o campo de interesses da ciência geográfica e de atuação dos geógrafos em cada contexto histórico: O que é propriamente geográfico e o que não; O que possui geograficidade para a coletividade dos cientistas? Seu nome, porém, prevaleceu e sua proposta acabou ecoando por mais tempo.

Quando deslocamos a atenção à produção e à sistematização sobre a geograficidade no Brasil, o debate ontológico torna-se uníssono, ainda que sob estruturas teóricas disputadas. Werther Holzer retoma Dardel, Ruy Moreira define a geograficidade como condição espacial da existência humana, e Elvio Martins põe-na como o que há de geográfico no mundo que fundamenta a existência humana. Três teses que se aproximam aqui e ali, mas todas com estruturações e sistematizações próprias e originais.

Tendo em vista, porém, os modos como essas geograficidades são incorporadas na produção geográfica acadêmica brasileira mais ampla, não necessariamente atrelada ao debate ontológico, ou seja, a apropriação ferramental do termo, foi possível constatar um distanciamento sistemático de alguns princípios de rigorosidade e, mais ainda, de clareza sobre a consistência da ideia que se articulou. Pudemos observar por exemplo o expressivo número de utilizações do termo sem que houvesse qualquer tipo de referência a uma sistematização prévia sobre ele, como se houvesse consenso sobre o significado desta específica flexão, ainda que, conforme vimos no primeiro capítulo, esta pode flunar entre “qualidade, características, essência (dignidade, castidade); ideia de ação realizada, efeito, ato (crueldade); coleção (mortandade, cristandade)” enfim, uma gama ampla o suficiente de significados com limites ainda bastante fluidos. O mesmo pode ser observado com a utilização referenciada do termo, mas que no escrutínio teórico acabava por apresentar estrutura que aproximava a significação de algum outro autor, valendo o mesmo nos casos em que mais de um autor era citado como referência, ainda que suas teses distanciassem um dos outros.

Longe de querer com esta dissertação estabelecer a sistematização final sobre cada uma das propostas – até porque está intenção seria avessa ao próprio significado de pesquisa e debate –, o que pretendemos foi observar a riqueza deste termo, seja em seu uso vulgar, sem maiores preocupações epistemológicas, seja no denso debate ontológico que se construiu no Brasil durante as últimas décadas e que ainda apresenta um amplo e rico campo a ser explorado por aqueles que se interessam. Ao mesmo tempo pode-se apontar uma demanda pela instrumentalização da ideia de geograficidade, seja como conceito ou como categoria, o que nos encaminha a necessidade de, por um lado, aproximar mais o processo formativo acadêmico das questões epistemológicas, teóricas e metodológicas, bem como viabilizar este ferramental para os pesquisadores que não tem

como escopo central de suas pesquisas a filosofia e/ou a ontologia. Todos os autores apresentados aqui já iniciaram suas contribuições.

CODA

Diferente de Sexto Empírico, para quem a *epoché* representava a atitude dos céticos com a suspensão do juízo, duvidando de partida da possibilidade de que algo fosse bom ou mau por natureza³²⁹, Husserl propõe com ela

[tirar] de circuito todas as ciências que se referem a esse mundo natural, por mais firmemente estabelecidas que sejam para mim, por mais que as admire, por mínimas que sejam as objeções que pense lhes fazer: eu não faço absolutamente uso algum de suas validades. Não me aproprio de uma única proposição sequer delas, mesmo que de inteira evidência, nenhuma é aceita por mim, nenhuma me fornece um alicerce.³³⁰

Buscava assim a construção de uma nova ciência que prescindisse do positivismo dominante à época, uma filosofia como ciência de rigor. A simples contemplação ôntica desinteressada afastaria o juízo dos condicionamentos basilares criados pelas condições predicativas do sujeito, permitindo filosofar a partir de novas bases através da “parentetização” do mundo, ou seja, pensar o mundo enquanto um sujeito *fora do mundo*. Heidegger, na esteira de Husserl, não considera a possibilidade de um ser *fora do mundo* ou *fora de sua época* – o ser tem sempre, na história, a sua própria época –, mas é justamente a identificação deste ser que cada um é que possibilita a suspensão de sua determinação na identificação do ente.³³¹

O debate ontológico derivado da fenomenologia que impregnou uma substancial parcela da produção geográfica acadêmica brasileira, debitário direto da obra de Eric Dardel e articulado por Edward Relph e Yi-Fu Tuan, buscou imbuir-se da *epoché* ora

³²⁹ N. Abbagnano, *Dicionário de filosofia*, 2012, p. 395.

³³⁰ E. Husserl, *Ideias...*, 2006, § 32, p. 81.

³³¹ N. Abbagnano, *op. cit.*, p. 396.

husserliana, ora heideggeriana, enquanto método parcial de pesquisa. Parcial pois o método de fato é a fenomenologia. Um entrave, contudo, aparece na articulação prática dessa mescla metodológica quando ela é utilizada fora da fenomenologia transcendental, i.e., em uma ciência aplicada fora de suas discussões ontológicas de fundo. A autoproclamada “geografia humanística” pretendeu olhar para o mundo como se fosse o fenômeno descrito por Heidegger como “o que se mostra em si mesmo”³³², quando este buscava a fundamentação ontológica da experiência humana imediata, longe da estruturação de um ferramental de descrição para ser utilizado por uma ciência outra. Consequência disso são os diversos trabalhos que se valem de um suposto “espírito fenomenológico” que os autoriza a descrever processos e estruturas geográficas a partir de máximas subjetivistas deslocadas de qualquer fundamentação histórica e material, transformando o potencial de análise e intervenção da/na realidade que a ciência geográfica possui, na produção de brochuras voltadas a aproximações afetivas e especulativas sobre o “comportamento espacial humano”, aproximações referendadas, enfim, pela interpretação obtusa de que a “parentetização” do mundo autorizaria uma leitura da realidade a partir do *Id* quando de fato está operando o *Superego*. Inúmeras pesquisas no afã de alcançarem as essências do geográfico não fazem mais do que descrever aquilo que lhes aparece. Ora, “e toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”³³³. Nesse ínterim o debate de fato ontológico, capaz de estabelecer as estruturas categoriais daquilo que *é*, que fundamenta as bases da existência, fica, quiçá, em segundo plano.

Por outro lado, propostas que tomam para si o desafio de pensar as estruturas fundamentais da existência em seu recorte geográfico, como as de Elvio Martins, Ruy Moreira e Mariane Biteti, acabam subutilizadas justamente pela rigorosidade com que se apropriam da facticidade heideggeriana e a transpõem criticamente para a chave do materialismo histórico-dialético, assentando o debate ontológico nas bases da realidade. Fiam-se aqui propostas calcadas na

categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova

³³² M. Heidegger, *Ser e tempo*, 2015, § 7, p. 67.

³³³ K. Marx, *O capital*, livro III, 2017, p. 880.

objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com feito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material.³³⁴

Desse modo a estruturação ontológica proposta se aproxima da geografia enquanto ciência humana, mas cercando o caráter produtivo do ser social para além da exclusiva subjetividade intuitiva, construindo um conjunto categorial capaz de dar conta das formas de existência, objetivando a compreensão do modo como a geografia se relaciona com esta fundamentação. A geograficidade, ainda que em suas nuances entre as teses destes geógrafos, cumpre um papel amalgamador deste contato entre a ontologia e a geografia, representando a construção de sentido própria da dialética e da práxis, pois indicadora da relação entre o ser social e o meio.

A estruturação ontológica desenvolvida por geógrafos brasileiros que, mergulhando em aspectos fundamentais do pensamento marxiano, fornece um arcabouço categorial necessário para que o tema se amplie, parece também esbarrar em uma espécie de *epoché*, mas aqui não por limitações intelectuais, mas pela própria densidade e extensão das pesquisas. A parentetização do mundo, apesar de não ser diretamente presente nestas obras, possui uma proximidade com a necessidade do debate ontológico marxista de uma abstração profunda dos elementos concretos. Este processo de abstração teórica e construção lógica das categorias, tanto da ciência geográfica quanto dos fundamentos da existência, é amplamente realizado por Biteti, Moreira e Martins, criando um vasto arcabouço discursivo. Contudo – e aqui há um deslocamento necessário para a identificação de nossa filiação ao marxismo não apenas enquanto teoria social, mas também em sua dinamização metodológica, pois consideramos ambas indissociáveis –, o retorno do processo de abstração para a análise do real, i.e., uma instrumentalização do conjunto categorial ontológico proposto, ainda encontra limitações em sua realização. Sob o ponto de vista do método, este processo é essencial para a efetivação da pesquisa científica, trazendo-a de volta do plano das ideias para o concreto. Segundo Marx

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto

³³⁴ G. Lukács, *Para uma ontologia do ser social*, v. II, 2013, p. 47.

de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.³³⁵

Ainda segundo ele mesmo, “o último [caminho] é manifestamente o método cientificamente correto”³³⁶. Não se trata de abdicar da importância do processo de abstração, em absoluto, mas do necessário fechamento do processo mediante a efetiva articulação das categorias abstratas no processo de concreção do real através do pensamento. Trata-se de inverter o mundo de Hegel – ou virar a luva do avesso, como propõe o professor Paulo Arantes – e se apropriar do concreto mediante o pensamento, reproduzindo-o enfim.

Se a geografia é uma *totalidade*, como propõe Elvio Martins – e concordamos que sim –, então é necessário olhar para essa totalidade em sua dinâmica, em seu movimento, evidenciando o caráter *contraditório* de todas as totalidades que a compõem. “Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas”³³⁷. Por fim, as relações de contradição entre as totalidades e em seus processos internos também devem ser olhadas, evidenciando as *mediações* existentes entre elas. Sem as mediações para articular as totalidades, estas se tornam indiferenciadas “e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto”³³⁸, pois se tornariam puras abstrações, sem possibilidade de articulação com o real. Assim, o debate ontológico deve ser capaz de se articular com a tríade totalidade-contradição-mediação, de modo a viabilizar uma leitura do real a partir do concreto plasmado no pensamento.

Não pretendendo aqui solucionar essa questão, mas há um elemento recorrente nas proposições feitas no contexto do debate ontológico em geografia que pode sugerir algum encaminhamento. Trata-se do processo retroalimentar perene da dialética que é sempre apontado como condição para o entendimento das teses. A ilustração simplificada da dialética enquanto “tese, antítese e síntese” é sempre criticada justamente por sua insuficiência na abordagem da autorreposição dos elementos, uma vez que a síntese cumpre imediatamente a função de tese, bem como o posicionamento dos momentos do

³³⁵ K. Marx, *Grundrisse*, 2011, p. 54.

³³⁶ *Ibidem*, p. 54.

³³⁷ J.P. Netto, *Introdução ao estudo...*, 2011, p. 57.

³³⁸ *Ibidem*, p. 58.

processo não se dão nesta precisa linearidade. Apontada esta deficiência – ou dificuldade expositiva – própria e incontornável da dialética, tende-se a utilizá-la pelo didatismo. Porém, uma vez montadas as três peças em sua sequencialidade, não é realizado o esforço de compreensão do novo posicionamento do objeto da supressão (síntese) no movimento da dialética, interrompendo a possibilidade de compreensão do dinamismo concreto das categorias desenvolvidas nesta primeira estruturação. Em outras palavras, quando consideramos, por exemplo, o corte que a alienação realiza na estrutura ontológica proposta idealmente, ele é apontado como algo que existe, que ocorre concretamente, porém a estrutura derivada deste corte – e que nos aproximaria da realidade sócio geográfica contemporânea – termina não se efetivando enquanto representação em pensamento do concreto, ou seja, não repõe o “momento inicial” do movimento dialético – a tese. É como se os esforços de fundamentação geográfica do ser social tratassem do momento abstrato do salto ontológico lukacsiano e ali ficassem, sem se deixarem permeiar pela instabilidade teórica necessariamente decorrente de um atravessamento como o da alienação. Estruturá-la não é o mesmo que incorporá-la.

Avançar com o debate ontológico aberto por geógrafos como Elvio Martins e Ruy Moreira – como bem o fez Mariane Biteti – é imprescindível para reposicionar questões da geografia que se encontram deslocadas em um contexto de incertezas socioeconômicas em escala global. Como pensar a reorganização do *modus operandi* da nova direita política internacional e as ações de caráter geográfico daí decorrentes?³³⁹ De que modo as novas tecnologias bélicas, que estão retornando dos campos de batalha para as cidades, reorganizam a geografia urbana e a práxis correlata?³⁴⁰ Qual o complexo que será colocado como sentido para o ensino de geografia – e qual o conhecimento geográfico esperado – em um contexto de cerceamento daquilo que pode ou não ser debatido?³⁴¹ Todas essas questões podem – e devem – passar pela pena do debate ontológico, porém este só poderá auxiliar a responder se voltar a cravar os pés no chão.

³³⁹ Cf. F. Casimiro, *A nova direita*, 2018.

³⁴⁰ Cf. S. Graham, *Cidades sitiadas*, 2016.

³⁴¹ Cf. M. Pistrak, *Fundamentos da escola do trabalho*, 2018.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

ANDRADE, Manuel C. de (org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.

BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

_____. Remarques sur la géographicité. In: DELACROIX, C. *Historicit s*. Paris: La Découvert, 2009. p. 285-300.

_____. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, E. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 111-139.

BITETI, Mariane de Oliveira. *Uma reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia*. Disser a o de Mestrado. Niterói: UFF, 2007.

_____. *O em-si-para-o-outro-para-si: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 2014.

BORNHEIM, Gerd. *Dialética: teoria, práxis; Ensaio para uma crítica da fundamenta o ontológica da Dialética*. Porto Alegre: Globo; São Paulo: Edusp, 1983.

_____. A inven o do novo. In: NOVAES, Adauto (Org). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *Sartre: metafísica e existencialismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CASIMIRO, Flávio H. C. *A nova direita: aparelhos de a o política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DUNKER, Christian I. L. Alá não é Deus. Uma reflexão sobre psicanálise e islamismo. *Blog da Boitempo*, São Paulo, 07 set. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/JstShX>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ELDEN, Stuart. Between Marx and Heidegger: politics, philosophy and Lefebvre's *The Production of Space*. *Antipode*. Blackwell Publishing Ltd, v. 36, n. I, jan., pp. 86-105, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GREGORY, Derek. et al. *The dictionary of human geography*. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

HARTSHORNE, Richard. *The nature of geography*. Lancaster: Science press printing co., 1949.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. *Construir, Habitar, Pensar*. Disponível em < http://www.proureb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir_habitar_pensar.pdf >, s/d.

HEGEL, Georg W. F. *Diferença entre os sistemas filosóficos de Fichte e de Schelling*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

_____. *Enciclopédia das ciências filosóficas : em compêndio (1830) : v. I : a ciência da lógica*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.

_____. *Ciência da lógica : 1. A doutrina do ser*. Petrópolis: Vozes, 2016.

HOLZER, Werther. *A geografia humanista – sua trajetória de 1950-1990*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 1992.

_____. A geografia humanista anglo-saxônica – de suas origens aos anos 90. *Revista brasileira de geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 55, n. 1/4, jan./dez. pp. 109-146, 1993.

_____. *Paisagem e Lugar: um estudo fenomenológico sobre o Brasil do século XVI*. Tese de Doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1998.

_____. A influência de Eric Dardel na construção da geografia humanista norte americana. In: *Encontro nacional dos geógrafos*, 16. Anais. Porto Alegre: AGB, 2010.

_____. Sobre territórios e lugaridades. *Cidades*, v. 10, n. 17. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2013.

HUSSERL, Edmund. *Meditações cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Madras, 2001.

_____. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Aparecida: Idéias & Letras, 2006.

_____. *A ideia da fenomenologia*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2008.

INWOOD, Michael. *A Hegel dictionary*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 1992.

_____. *Heidegger*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KOCH, Anton F. Espaço e tempo em Kant e Hegel. *Revista Eletrônica de Estudos Hegelianos*, ano 6, n. 11, dez., pp. 57-73, 2009.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LACOSTE, Yves. À bas Vidal... Viva Vidal ! *Hérodote*, Paris, n. 16, pp. 68-81, 1979.

_____. Élisée Reclus, une très large conception de la géographicité et une bienveillante géopolitique. *Hérodote*, Paris, n. 117, pp. 29-52, 2005.

_____. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 2012.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____. *Ciência em a o*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LESSA, Sérgio. História e ontologia: a questão do trabalho. *Crítica Marxista*, São Paulo: Ed. Revan, v.1 n.20, pp. 70-89, 2005.

LUKÁCS, Györg. *Para uma ontologia do ser social*, v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Mônica; MARTIN, André. *Dicionário dos geógrafos brasileiros*, v.1. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila M. O pensamento heideggeriano na obra de Eric Dardel: a construção de uma ontologia da geografia como ciência existencial. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)*, v. 11, n. 16, jul-dez., pp. 173-200, 2015.

MARTINS, Elvio. Ontologia e geografia: o fundamento geográfico do ser. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 21, pp. 33 - 51, 2007.

_____. As dimensões do geográfico: um diálogo com Armando Corrêa da Silva. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n.1, pp. 40-54, 2014.

_____. O pensamento geográfico é geografia em pensamento? *GEOgraphia*, Niterói, ano 18, n. 37, pp. 61-79, 2016.

_____. *Geografia e filosofia: o fundamento geográfico do homem*. Tese de Livre Docência. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2017.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O capital: crítica da economia política : livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política : livro III*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MICHOTTE, Paul. L'orientation nouvelle em géographie. *Bulletin de la Société Royale Belge de Géographie*, Bruxelas, ano 45, v. I, 1921, pp. 05-43.

MORAES, Antônio C. R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. (org.). *Ratzel*. São Paulo : Ática, 1990.

_____. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP*, São Paulo, v. 18, n. 1, pp. 9-39, jan/abr 2014

MOREIRA, Ruy. *Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. *Espaço, corpo do tempo*. Tese de Doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1994.

_____. A diferença e a geografia – o ardil da identidade e a representação da diferença na geografia. *GEOgraphia*, Niterói, ano 1, n. 1, pp. 41-58, 1999.

_____. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil no Período 1978-1988). *GEOgraphia*, Niterói, ano II, n. 3, pp. 27-49, 2000.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. *Revista Ciência Geográfica*, Bauru: AGB-Bauru, ano III, v. II, n. 22, mai/ago, pp. 19-23, 2002.

_____. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). *GEOgraphia*, Niterói, ano VI, n. 11, pp. 21-37, 2004.

_____. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. *etc..., espaço, tempo e crítica*, Niterói, n. 1, v. 1, pp. 55-70, 2007.

_____. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2013.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PÁDUA, Lígia T. S. *A "Topologia do ser": lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Filosofia, 2005.

PEDROSA, Breno V. A geografia crítica brasileira e o debate sobre ontologia do espaço: uma aproximação. *Revista Geografares*, nº11, p.139-168, Junho, 2012.

_____. *Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura*. Tese de Doutorado. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 2013.

PICKLES, John. *Phenomenology, science and geography*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PINCHEMEL, Philippe. Biografia de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. *O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, 2011. pp. 155-159.

PINTO, José V. C. *Geograficidade libertária em Élisée Reclus: contribuição heterodoxa à história da geografia*. Tese de Doutorado. Presidente Prudente: Unesp, 2015.

PISTRAK, Moisey M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PRADO, Eleutério. *A questão da emergência*. Disponível em < <https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-texto-22.pdf> >, s/d.

RAFFESTIN, Claude. Pourquoi n'avons-nous pas lu Éric Dardel ? *Cahiers de géographie du Québec*, v. 31, n. 84, pp. 471-481, 1987.

RANIERI, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir*. São Paulo: Boitempo, 2011.

ROBIC, Marie-Claire. Géographicité. *Hypergeo*. Disponível em: www.cyberbeo.presse.fr, 2004

RÖD, Wolfgang. *O caminho da filosofia*. v. II. Brasília: Editora da UnB, 2008

TEIXEIRA, Alessandra. O sistema repressivo é mobilizado contra os indivíduos mais periféricos do crime: entrevista concedida à Beatriz Ramos. *Carta Capital*, São Paulo, 02 nov. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/yExJ8B>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

ŽIŽEK, Slavoj. *Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo dialético*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

APÊNDICE A

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
SANTOS, ARTHUR PEREIRA	NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE GEOGRAFIA E CINEMA	2015	UFF	Ruy Moreira	M	cinema	geografia	Moreira				8	caráter geográfico	moreira
Biteti, Mariane de Oliveira	O EM-SI-PARA-O-OUTRO- PARA-SI: o ôntico e o ontológico como dimensões do ser geográfico	2014	UFF	Ruy Moreira	D	epistemologia	geografia	Moreira	Martins			101	relação homem-meio	moreira; martins
Biteti, Mariane de Oliveira	Uma Reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia	2007	UFF	Ruy Moreira	M	epistemologia	geografia	Moreira	Martins			9	caráter geográfico	michotte
Guimarães, Humberto Goulart	Uma odisséia para o espaço: proposta de análise da existência espacial humana na geografia científica	2010	UFF	Ruy Moreira	M	epistemologia	geografia	Moreira	Martins			14	relação homem-meio	moreira
Lima, Elias Lopes de	Encruzilhadas Geográficas: notas críticas sobre a compreensão do sujeito em geografia	2013	UFF	Ruy Moreira	D	epistemologia	geografia	Moreira				13	relação homem-meio	moreira
MIZRAHI, VERA NAZIRA	UMA CRÍTICA GEOGRÁFICA DA BIOMEDICINA: O ARRANJO ESPACIAL DO CORPO COMO ELO DO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA	2013	UFF	Ruy Moreira	M	epistemologia	geografia					2	relação homem-meio	moreira
Cunha, Livia Domiciano	O avanço da fronteira agrícola no Mato Grosso do Sul e a precarização das práticas espaciais Guarani e Kaiowa	2017	UFF	Ruy Moreira	M	produção do espaço	geografia					3	caráter geográfico	michotte
Soares, José Carlos de Oliveira	Pequenas cidades da região de Cáceres – MT: papéis e significados na dinâmica socioeconômica regional	2014	UFF	Ruy Moreira	D	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
ROCHA, OTÁVIO GOMES	NARRATIVAS CARTOGRÁFICAS CONTEMPORÂNEAS NOS ENREDOS DA COLONIALIDADE DO PODER	2015	UFPR	Jorge Ramón Montenegro Gómez	M	cartografia	geografia					1	realidade geográfica	michotte
BUZZATO, ADRIANO CÉSAR	AS COMUNIDADES LOCAIS E OS CONFLITOS DE USO DOS RECURSOS NATURAIS NO LITORAL SUL DO ESTADO DO PARANÁ	2009	UFPR	Ana Maria Muratoro	M	comunidades tradicionais	geografia					1	imaginário geográfico	dardel
SCHULER, DENISE	TRANSFORMAÇÕES LOCAIS DAS RELAÇÕES SOCIAIS NUM PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE: o caso da Quebrada de Humahuaca, Jujuy/Argentina	2009	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	M	comunidades tradicionais	geografia					1	caráter geográfico	dardel
STEFENON, DANIEL LUIZ	O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS NA ESCOLA: O caso do Colégio Estadual Segismundo Falarz, Bairro Hauer, Curitiba-PR	2009	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	educação	geografia	Holzer				3	ligação homem-Terra	dardel
NOGUEIRA, VALDIR	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ESPACIAL- CIDADÃ NO ENSINO FUNDAMENTAL: SUJEITOS, SABERES E PRÁTICAS	2009	UFPR	Sônia Maria Marchiorato Carneiro	D	educação	geografia	Lacoste				10	realidade geográfica	lacoste; michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
PRADO, CLODOALDO JOSÉ BUENO DO	O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA DO 6.º AO 9.º. ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: ESTUDO DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA SOB O FOCO DA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ESPACIAL CIDADÃ	2014	UFPR	Sônia Maria Marchiorato Carneiro	M	educação	educação					2	realidade geográfica	moreira
Springer, Kalina Salaib	CONCEPÇÕES DE NATUREZA NA GEOGRAFIA: REFLEXÕES A PARTIR DA PRODUÇÃO CIENTIFICA DO PPGG - UFPR	2008	UFPR	Francisco de Assis Mendonça	M	epistemologia	geografia	Claval				1	relação homem-meio	dardel
VARGAS, ICLÉIA ALBUQUERQUE DE	TERRITÓRIO, IDENTIDADE, PAISAGEM E GOVERNANÇA NO PANTANAL MATO- GROSSENSE: UM CALEIDOSCÓPIO DA SUSTENTABILIDADE COMPLEXA	2006	UFPR	Álvaro Banducci Júnior	D	identidade e espaço	geografia	Dardel	Besse			3	ligação homem-Terra	dardel
Almeida Silva, Adnilson de	TERRITORIALIDADES E IDENTIDADE DO COLETIVO KAWAHIB DA TERRA INDÍGENA URU-EU-WAU- WAU EM RONDÔNIA: “OREVAKI ARE” (REENCONTRO) DOS “MARCADORES TERRITORIAIS”	2010	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	identidade indígena	geografia					2	experiências sócio espaciais	

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
PAULINO, SIBELE	EM TRÓP(IC)OS, DE ROBERT MÜLLER, UMA GEOGRAFIA	2016	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	literatura	geografia	Dardel	Marandola			6	ligação homem-Terra	dardel
THIÉL, JANICE CRISTINE	PELE SILENCIOSA, PELE SONORA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDÍGENA BRASILEIRA E NORTE-AMERICANA NA LITERATURA	2006	UFPR	Regina Przybycien	D	literatura	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
Haiduke, Alessandro Andrade	CHÃO PARTIDO: Conceitos de espaço nos romances O quinze de Rachel de Queiroz e A bagaceira de José Américo de Almeida	2008	UFPR	Wolf-Dietrich Sahr	M	literatura	geografia					1	espacialidade	lacoste
FURLANETTO, BEATRIZ HELENA	PAISAGEM SONORA DO BOI-DE-MAMÃO NO LITORAL PARANAENSE: A FACE OCULTA DO RISO	2014	UFPR	Saleta Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer	Besse		10	ligação homem-Terra	dardel
LOPES, LAURA PATRÍCIA	A PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ-CEP, CURITIBA-PR: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2016	UFPR	Saleta Kozel	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Marandola	Besse		5	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
SILVA, CARLA HOLANDA DA	QUILOMBOLAS PARANAENSES CONTEMPORÂNEOS: UMA IDENTIDADE TERRITORIAL AGENCIADA? UMA ANÁLISE A PARTIR DO EXEMPLO DE ADRIANÓPOLIS NO VALE DO RIBEIRA PARANAENSE	2013	UFPR	Cicilian Luiza Löwen Sahr	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Martins	Cicilian Luiza Löwen SAHR	Holzer	58	relação homem-meio	moreira
GONÇALVES, LUCILÉA FERREIRA LOPES	ENTRE SOTAQUES, BRILHOS E FITAS: TECENDO GEOGRAFICIDADES POR MEIO DOS BOIS RAMA SANTA E MAIOBA	2016	UFPR	Salete Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Besse	Holzer	Kozel	83	experiência do lugar	dardel
PEREIRA, ROSA MARTINS COSTA	BONDYE BENI OÛ: LUGARIDADES COM HAITIANOS EVANGÉLICOS	2016	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer	Marandola		23	ligação homem-Terra	dardel
SOUZA, LARISSA ALEXANDRA CAVALCANTI DE	ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM E O SENTIDO DE LUGAR: O CASO DO PAÇO DA LIBERDADE (CURITIBA, PARANÁ, BRASIL).	2013	UFPR	Miguel Bahl	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer	Relph		3	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
NITSCHKE, LETICIA BARTOSZECK	DESVENDANDO O ESPAÇO VIVIDO DA COMUNIDADE DE GUAJUVIRA E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO, EM ARAUCÁRIA, PARANÁ (PR)	2012	UFPR	Miguel Bahl	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer			3	ligação homem-Terra; caráter geográfico	dardel
SANTOS, ALEX MOTA DOS	CARTOGRAFIAS DOS POVOS E DAS TERRAS INDÍGENAS EM RONDÔNIA	2014	UFPR	Salete Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Kozel			5	ligação homem-Terra	dardel
LIMA, ANGÉLICA MACEDO LOZANO	SANTA FELICIDADE ENTRE CALÇADAS RUAS E AVENIDAS: TRILHAS URBANAS PARA PÉS CAMINHANTES	2008	UFPR	Salete Kozel	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Tuan			33	ligação homem-Terra	dardel
AMARAL, GUSTAVO GURGEL DO	GEOGRAFIA DA RE- EXISTÊNCIA: CONHECIMENTOS, SABERES E REPRESENTAÇÕES GEOGRÁFICAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO POVO ORO WARI - RO	2016	UFPR	Salete Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				18	ligação homem-Terra	dardel
PINHEIRO, ZAIRO CARLOS DA SILVA	O IMAGINÁRIO NAS ESPACIALIDADES: QUILOMBOLAS DO VALE DO GUAPORÉ/RODÔNIA	2014	UFPR	Cicilian Luiza Löwen Sahr	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				16	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Silva, Gustavo Henrique de Abreu	A PAISAGEM MUSICAL RONDONIENSE: POÉTICAS DE UMA URBANIDADE BERADERA	2016	UFPR	Francine Barthe- Deloizy	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				5	ligação homem-Terra	dardel
SILVA, MARIA CRISTINA BORGES DA	AS REDES DE REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO CARSTICA CURITIBANA	2012	UFPR	Salete Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
SOUSA, LUCILEYDE FEITOSA	ESPAÇOS DIALÓGICOS DOS BARQUEIROS NA AMAZÔNIA: UMA RELAÇÃO HUMANISTA COM O RIO	2012	UFPR	Salete Kozel	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				1	relação homem-meio	dardel
PEREIRA, ROGÉRIO AMARAL	O PORTAL DO GUERREIRO: AS ESPACIALIDADES DA UMBANDA NA CIDADE DE RIO GRANDE/RS	2016	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				1	ligação homem-Terra	dardel
FEITOSA, JOSÉ RICARDO TELES	O LUGAR NAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE DA DIOCESE DE JI- PARANÁ - RO	2015	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				20	ligação homem-Terra; caráter geográfico	dardel; michotte
LEANDRO, EDERSON LAURI	ESPAÇO E LUGAR NA PERCEPÇÃO DO POVO PANGYJEJ ZORÓ: PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE ALDEIAS-ESCOLA	2016	UFPR	Francisco de Assis Mendonça	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				6	ligação homem-Terra	dardel; moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
GIL, ANA HELENA CORRÊA DE FREITAS	PALCOS DO COTIDIANO: O BAIRRO URBANO COMO ESPAÇO DE AÇÃO E DA EXPRESSÃO TEATRAL	2011	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				5	caráter geográfico; ligação homem-Terra	michotte; dardel
BLOOMFIELD, TÂNIA BITTENCOURT	O CARRO COMO UM LUGAR: PERSPECTIVAS DE TERRITORIALIDADES E REPRESENTAÇÕES NA CIDADE DE CURITIBA	2007	UFPR	Salete Kozel	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				11	ligação homem-Terra	dardel
STEFANELLO, ANA CLARISSA	PERCEPÇÃO DE RISCOS NATURAIS. UM ESTUDO DOS BALNEÁRIOS TURÍSTICOS CAIOBÁ E FLAMINGO EM MATINHOS - PR	2006	UFPR	Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				8	ligação homem-Terra	dardel
SILVA, CARLA HOLANDA DA	O ENCONTRO DE TERRITORIALIDADES NA DIÁSPORA: JAPONESES E NORDESTINOS EM ASSAÍ- PR	2008	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				1	ligação homem-Terra	dardel
BLOOMFIELD, TÂNIA BITTENCOURT	O ESPAÇO URBANO VIVIDO, PERCORRIDO E PRODUZIDO POR PRÁTICAS ARTÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS, NA CIDADE DE CURITIBA	2012	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	D	percepção e vivência	geografia	Holzer				4	experiência espacial simbólica	dardel; moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
GABRIEL, KELTON	GEOGRAFIA DO COTIDIANO: REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E RESISTÊNCIA CULTURAL NA ZONA PESSOAL COTIDIANA (ZPC) DE IMIGRANTES EM CASTRO-PR	2011	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	M	percepção e vivência	geografia	Sahr				3	experiência espacial simbólica	dardel
Fagundes, Beatriz	A PROBLEMÁTICA DA ÁGUA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO COM MORADORES DO BAIRRO ALTO DA XV EM GUARAPUAVA – PR	2008	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	M	percepção e vivência	geografia					2	espacialidade	dardel
SCHLÖGL, EMERLI	CONFORMAÇÃO SIMBÓLICA DAS ESPACIALIDADES ARQUETÍPICAS FEMININAS: UM ESTUDO DAS COMUNIDADES BAHÁ'ÍS DE CURITIBA E REGIÃO – PARANÁ	2012	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	D	percepção e vivência	geografia					1	organização geográfica	dardel; moreira
BLUM, GUSTAVO GLODES	ANEL DA (DES)INTEGRAÇÃO PARANAENSE: ESTADO, REDE LOGÍSTICA E A GOVERNAMENTALIDADE DA CIRCULAÇÃO NO TERRITÓRIO NO SÉCULO XXI	2015	UFPR	Nilson César Fraga	M	produção do espaço	geografia	Haesbaert				1	caráter geográfico	lacoste; michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
CLARINO, EDUARDO DOS SANTOS	TURISMO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO E ORDENAMENTO TERRITORIAL: UM FOCO NO MUNICÍPIO DE CANELA/RS	2009	UFPR	Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira	M	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	lacoste; michotte
BORDIN, MARCELO	GEOGRAFIA DO CRIME EM CURITIBA: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS SEGREGADOS PELA VIOLÊNCIA	2009	UFPR	Nilson Cesar Fraga	M	produção do espaço	geografia					1	espacialidade	lacoste; michotte
SOUZA, CLAUDIO ALEXANDRE DE	TERRITORIALIDADE NAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL DOS RESORTS DO BRASIL	2014	UFPR	José Manoel Gonçalves Gândara	D	produção do espaço	geografia					5	caráter geográfico	michotte
SOUZA, THIAGO ALVES DE	Mobiliário Urbano como elemento de produção e transformação do Espaço Urbano Público e Turístico em Curitiba (PR - Brasil) e Montreal (QC- Canadá): a Percepção dos Turistas e da Comunidade Local.	2013	UFPR	José Manoel Gonçalves Gândara	M	produção do espaço	geografia					4	caráter geográfico	michotte
SILVA, ALEX SANDRO DA	Religião & Espacialização: O caso da Igreja Internacional da Graça de Deus	2010	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
FERREIRA, LUCIANA	IMAGINÁRIAS TOPOGRAFIAS ICONOLÓGICAS E ICONOLOGIAS TOPOGRÁFICAS DO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ DE ALFREDO ANDERSEN (1860-1935)	2014	UFPR	Miguel Bahl	D	simbolismo geográfico	geografia	Besse				1	ligação homem-Terra	dardel
TEIXEIRA, MAISA FRANÇA	AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS/SIMBÓLICAS E OS SENTIDOS DO LUGAR DA FESTA DO BOI-À-SERRA EM SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER/MT	2016	UFPR	Salete Kozel	D	simbolismo geográfico	geografia	Tuan				1	presença simbólica da relação homem-Terra	dardel
BRITO, ALTAIR GOMES	AS MONTANHAS E SUAS REPRESENTAÇÕES ATRAVÉS DOS TEMPOS: BUSCANDO SIGNIFICADOS	2008	UFPR	Salete Kozel	M	simbolismo geográfico	geografia					1	presença simbólica da relação homem-Terra	dardel
FELDHAUS, FABIANO	A REGIÃO DO CONTESTADO COMO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DO SAGRADO	2008	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	simbolismo geográfico	geografia					1	ligação homem-Terra	dardel
FEIBER, SILMARA DIAS	O ESPAÇO ESTÉTICO COMO EXPRESSÃO SOCIAL NA ARQUITETURA JESUÍTICA – uma abordagem geográfica –	2013	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	D	simbolismo geográfico	geografia					7	realidade geográfica	michotte; moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
CRUZ, ANDRÉ VIANA DA	Identidade cultural como elementos determinantes para titulação de terras quilombolas	2016	UFPR	José Antônio Peres Gediel	D	sociedade e representação espacial	direito	Cicilian Luiza Löwen SAHR				1	relação homem-meio	moreira
GODOY, MARINO LUÍS MICHILIN	O ESPIRITISMO EM PONTA GROSSA – PR: PERSPECTIVAS DE UM ESPAÇO DO ALÉM E PARA UM ALÉM DO ESPAÇO	2007	UFPR	Wolf- Dietrich Sahr	M	sociedade e representação espacial	geografia	Dardel	Sahr			8	ligação homem-Terra; ligação instituição- meio; distribuição espacial	dardel
CAMPOS, FERNANDO ROSSETO GALLEGÓ	A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DO FUTEBOL	2006	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	sociedade e representação espacial	geografia	Dardel				1	não há	
CARLOTO, DENIS RICARDO	O ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DA COMUNIDADE ÁRABE- MUÇULMANA DE FOZ DO IGUAÇU-PR E LONDRINA- PR: DA DIÁSPORA À MULTITERRITORIALIDADE	2007	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	sociedade e representação espacial	geografia	Santos	Haesbaert			2	caráter geográfico	lacoste; michotte
PENA, RODOLFO FERREIRA ALVES	AS MÚLTIPLAS ESPACIALIDADES CONTEXTUAIS DO CANDOMBLÉ: ESTUDOS DE GEOGRAFIA DA RELIGIÃO	2014	UFPR	Sylvio Fausto Gil Filho	M	sociedade e representação espacial	geografia					1	caráter geográfico	moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
PREVEDELLO, ANDRÉ AUGUSTO	DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO: ESTUDO DE CASO DA LINHA VERDE DE CURITIBA/PARANÁ	2014	UFPR	Cristina de Araújo Lima	M	uso e ocupação do solo	engenharia civil	Relph				1	experiência ambiental	dardel
TELES, DANIEL HAUER QUEIROZ	ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E ATIVIDADE TURÍSTICA DA VILA DE ENCANTADAS, ILHA DO MEL - PARANÁ	2007	UFPR	Everton Passos	M	uso e ocupação do solo	geografia					1	caráter geográfico	michotte
BATISTA, SINTHIA CRISTINA	Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações	2014	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	cartografia	geografia	Dardel				8	relação homem-meio	dardel
TEIXEIRA, CHRISTIANO CORRÊA	A geografia na educação do campo: possíveis contribuições	2016	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	M	educação	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
THEVES, DENISE WILDNER	PELOS LABIRINTOS DA DOCÊNCIA COM OS FIOS DE ARIADNE: Geografia e existência que (trans)formam a mim e meus alunos	2018	UFRGS	Nestor André Kaercher	D	educação	geografia	Kaercher				4	ligação homem-Terra	dardel
THEVES, DENISE WILDNER	Meus alunos e minha aldeia me fazem experimentar ideias para ensinar geografia	2009	UFRGS	Nestor André Kaercher	M	educação	geografia	Moreira				3	relação homem-meio	moreira
SOLLER, JULIANE MAGAGNIN	O lugar do turista na leitura da paisagem geográfica e sua relação com o ensino de geografia	2012	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	M	educação	geografia	Pimentel				3	ligação homem-Terra	dardel
SANTOS, LEONARDO PINTO DOS	A construção das relações do espaço ausente na geografia escolar	2015	UFRGS	Roselane Zordan Costella	M	educação	geografia					3	relação homem-meio	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
GIORDANI, ANA CLAUDIA CARVALHO	Cartografia da autoria de objetos de aprendizagem na cibercultura	2016	UFRGS	Ivaine Maria Tonini	D	educação	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
MORAES, GABINO RIBEIRO	A Chave do Tamanho abre o conhecimento do espaço geográfico	2006	UFRGS	Nelson Rego	M	educação	geografia					2	conhecimento geográfico	lacoste
SANTOS, MARIA FRANCINEILA PINHEIROS DOS	O estágio enquanto espaço de pesquisa	2012	UFRGS	Helena Copetti Callai	D	educação	geografia					2	realidade geográfica	michotte
NUNES, JULIANA GARCIA	#SOMOSMÁRIO: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E CULTURA - O QUE O ENSINO DA GEOGRAFIA TEM A VER COM ISSO?	2018	UFRGS	Roselane Zordan Costella	M	educação	geografia					2	realidade geográfica; caráter geográfico	michotte
COSTA, RAFAEL MARTINS DA	Geografia em quadrinhos: imaginando um mundo em sala de aula	2012	UFRGS	Ivaine Maria Tonini	M	educação	geografia					1	caráter geográfico	michotte
MATHEUS, ELIZABETH HELENA COIMBRA	Possibilidades e limitações das atividades de campo como estratégia no ensino de geografia	2005	UFRGS	Nelson Rego	M	educação	geografia					1	relação homem-meio	moreira
MACHADO, CARLOS GEOVANI RAMOS	O ensino de geografia e o hip hop	2012	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiovanni	M	educação	geografia					1	relação homem-meio	moreira
Lindau, Heloisa Gaudie Ley	Geografia e Educação Ambiental na construção do híbrido metodológico	2009	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	educação	geografia					1	relação homem-meio	moreira; martins
HERECHUK, TALITA RONDAM	Identidades fragmentadas: a cidade de Alvorada/RS nas aulas de geografia	2011	UFRGS	Ivaine Maria Tonini	M	educação	geografia					2	xis	

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
NABOZNY, ALMIR	Abordagens culturais na geografia brasileira	2014	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	D	história do pensamento geográfico	geografia	Dardel				8	relação homem-meio	dardel
GONÇALVES, LEANDRO FORGIARINI DE	IDEIAS DE LUGAR: APORTES TRANSDISCIPLINARES PARA O ENTENDIMENTO DO SENTIDO DE LUGAR NA ARQUITETURA	2017	UFRGS	Lineu Castello	D	percepção e vivência	arquitetura	Dardel	Holzer			2	ligação homem-Terra	dardel
FERREIRA, DÉBORA SCHARDOSIN	Canoas como lugar: o mundo dos jovens contemporâneos a partir de suas representações sociais	2014	UFRGS	Nestor André Kaercher	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer			2	relação homem-meio	dardel
KRELING, MÔNICA TAGLIARI	ATERRO SANITÁRIO DA EXTREMA E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES	2006	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Relph			12	ligação homem-Terra	dardel
RICHTER, ELENIR MARIA	Percepção ambiental do parque urbano integrado Elso Pilau, município de Giruá-RS	2008	UFRGS	Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Relph			6	ligação homem-Terra	dardel
SLODKOWSKI, ALINE CARLISE	Memórias vivas e a polonidade no município de Guarani das Missões/RS	2013	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Relph			3	ligação homem-Terra	dardel
PANITZ, LUCAS MANASSI	Redes musicais e [re]composições territoriais no Prata: por uma geografia da música em contextos multi-localizados	2016	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				2	ligação homem-Terra	dardel
PIRES, CLÁUDIA LUÍSA ZEFERINO	A Cidade Jardim e seus espelhos: paisagens e suas geografias	2010	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				9	realidade geográfica	dardel; michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
MACHADO, VAGNER DA SILVA	Uma análise da cultura na localidade rural	2013	UFRGS	Rosa Maria Vieira Medeiros	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
LIMA, THEO SOARES DE	Ensaio sobre a vida cotidiana: passos e tropeços de uma pesquisa psicogeográfica	2015	UFRGS	Nelson Rego	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				2	ligação homem-Terra	dardel
SCHNEIDER, LUCAS PORFÍRIO	A rua da praia, o rio Taquari e suas paisagens (Estrela/RS)	2015	UFRGS	Cláudia Luísa Zeferino Pires	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				1	ligação homem-Terra	dardel
PIMENTEL, MAURÍCIO RAGAGNIN	Cataratas do Iguaçu: experiências e registros de uma paisagem turística	2010	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				71	ligação homem-Terra; relação homem-meio; realidade geográfica	dardel; michotte
PINTO, KINSEY SANTOS	Representações sociais atribuídas ao (sub)espaço geográfico escola	2010	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	M	percepção e vivência	geografia	Holzer				2	relação homem-meio	dardel; moreira
MAXLHAIEIE, PELÁGIO JULIÃO	Patrimônio e desenvolvimento do turismo: percepções sobre o espaço turístico do município de Inhambane em Moçambique	2015	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	M	percepção e vivência	geografia	Pimentel				1	ligação homem-Terra	dardel
ARAÚJO, DANIELLE MICHELLE MOURA DE	Deuses de barro: universo do fazer em Pucará - Peru	2010	UFRGS	Sérgio Baptista da Silva	D	percepção e vivência	antropologia	Porto Gonçalves				5	relação homem-meio	moreira
CORREAS, ELISA CARBONELL	Inter-relações entre territorialidades e conflitualidades no litoral médio do RS	2015	UFRGS	Rumi Regina Kubo	M	percepção e vivência	desenvolvim ento rural	Porto Gonçalves				2	relação homem-meio	moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
SILVA, TOMÁS RECH DA	Geograficidade, percepção e saberes tradicionais dos pescadores do lago Guaíba, Porto Alegre, RS	2007	UFRGS	Luis Alberto Basso	M	percepção e vivência	geografia	Relph	Dardel			25	relação homem-meio	dardel; moreira
BASTIAN, LILLIAN	Rural de Porto Alegre: percepções de moradores de municípios da região metropolitana	2010	UFRGS	Fábio Kessler Dal Soglio	M	percepção e vivência	desenvolvim ento rural	Relph	Tuan			8	ligação homem-Terra	dardel
FOFONKA, LUCIANA	Percepção ambiental e representação do "lugar-vivido" na área de proteção ambiental do município de Caraá, RS	2014	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	percepção e vivência	geografia	Relph				1	relação homem-meio	dardel
PIMENTEL, MAURÍCIO RAGAGNIN	Uma abordagem geográfica do turismo	2017	UFRGS	Antonio Carlos Castrogiova nni	D	percepção e vivência	geografia					6	ligação homem-Terra	dardel
PINTO, SÉRGIO ROTH	A ATUAÇÃO DO 4º BATALHÃO DE POLÍCIA DE ÁREA DE FRONTEIRA DA BRIGADA MILITAR, RIO GRANDE DO SUL, BRASIL	2017	UFRGS	Adriana Dorfman	M	percepção e vivência	geografia					2	relação homem-meio	dardel
CATTANEO, DILERMANDO	Identidade territorial em unidades de conservação	2004	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	M	percepção e vivência	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
ROCHA, EDUARDO	Arquiteturas do abandono	2010	UFRGS	Fernando Delfino de Freitas Fuão	D	percepção e vivência	arquitetura					1	caráter geográfico	michotte
PINTO, MURIEL	A identidade socioterritorial missioneira na cidade histórica de São Borja-RS	2015	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	D	percepção e vivência	geografia					2	caráter geográfico	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
PANITZ, LUCAS MANASSI	Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina	2010	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	M	percepção e vivência	geografia					2	realidade geográfica	michotte
LAITANO, GISELE SANTOS	Os jovens do quilombo dos Alpes no duelo ético-estético: identidades, territórios e lugar	2012	UFRGS	Nelson Rego	D	percepção e vivência	geografia					2	relação homem-meio	moreira
ROSADO, ROSA MARIS	Na esteira do galpão: catando leituras no território cotidiano da reciclagem do lixo de Porto Alegre/RS	2009	UFRGS	Álvaro Luiz Heidrich	D	percepção e vivência	geografia					2	relação homem-meio	
BRITO, FRANKLYN BARBOSA DE	Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (eixo leste)	2013	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	produção do espaço	geografia	Santos	Haesbaert			3	realidade geográfica	michotte
WATANABE, TÚLIO PIRES	Matriz de interações costeiras: valorização das interações no litoral de Jaguaruna - SC	2015	UFRGS	Nelson Luiz Sambaqui Gruber	M	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
MÜLLICH, ECLÉA PÉRSIGO MORAIS	Ocupação urbana contemporânea em áreas de proteção ambiental	2011	UFRGS	Eber Pires Marluzo	M	produção do espaço	planejamento urbano					1	realidade geográfica	michotte
SILVEIRA, DILERMANDO CATTANEO DA	Estratégias alternativas de re-apropriação da natureza: autonomia e autogestão territorial em áreas protegidas	2012	UFRGS	Dirce Maria Antunes Suertegaray	D	produção do espaço	geografia					1	relação homem-meio; realidade geográfica	michotte; moreira
SILVA, ROSIÉLE MELGAREJO DA	Os largos da cidade de Porto Alegre: a produção do espaço e as apropriações alternativas	2016	UFRGS	Paulo Roberto Rodrigues Soares	D	produção do espaço	geografia					2	relação homem-meio	moreira
MACHADO, CRISTIANE MARQUES	A fábula do lugar no samba	2013	UFRGS	Maria Luiza Berwanger da Silva	D	simbolismo geográfico	letras	Corrêa				3	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Girardi, Eduardo Paulon	PROPOSIÇÃO TEÓRICO- METODOLÓGICA DE UMA CARTOGRAFIA GEOGRÁFICA CRÍTICA E SUA APLICAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	2008	UNESP	Bernardo Maçano Fernandes	D	cartografia	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Nascimento Júnior, Lindberg	As chuvas no Estado do Paraná: Variabilidade, teleconexões e impactos de eventos extremos	2013	UNESP	João Lima Sant'Anna Neto	M	climatologia	geografia	Moreira				2	relação homem-meio	michotte
Carvalho Júnior, Ilton Jardim de	A NEVE EM PALMAS/PR: DA RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA À ABORDAGEM DINÂMICA	2004	UNESP	João Afonso Zavattini	M	climatologia	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
Armond, Núbia Beray	DINÂMICA CLIMÁTICA, EXCEPCIONALIDADES E VULNERABILIDADE: contribuições para uma classificação geográfica do clima do estado do Rio de Janeiro	2018	UNESP	João Lima Sant'Anna Neto	D	climatologia	geografia					1	caráter geográfico	michotte
ARMOND, NÚBIA BERAY	ENTRE EVENTOS E EPISÓDIOS As excepcionalidades das chuvas e os alagamentos no espaço urbano do Rio de Janeiro	2014	UNESP	João Lima Sant'Anna Neto	M	climatologia	geografia					2	caráter geográfico	michotte
Carmello, Vinicius	Análise da variabilidade das chuvas e sua relação com a produtividade da soja na vertente paranaense da bacia do Paranapanema	2013	UNESP	João Lima Sant'Anna Neto	M	climatologia	geografia					1	caráter geográfico	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
PINTO, JOSÉ VANDÉRIO CIRQUEIRA	GEOGRAFICIDADE LIBERTÁRIA EM ÉLISÉE RECLUS: CONTRIBUIÇÃO HETERODOXA À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA	2015	UNESP	Eliseu Savério Sposito	D	epistemologia	geografia	Dardel	Michotte	Lacoste	Moreira	465	relação homem-meio	
Matos, Marcelo Pereira	A SENSIBILIDADE DO LUGAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA APLICAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NOS PLANOS DE EMERGÊNCIA A DERRAMES DE ÓLEO	2010	UNESP	Solange Terezinha de Lima Guimarães	D	epistemologia	geografia	Dardel				2	relação homem-meio	dardel
Guimarães, Solange Terezinha de Lima	PAISAGENS: APRENDIZADOS MEDIANTE AS EXPERIÊNCIAS. UM ENSAIO SOBRE INTERPRETAÇÃO E VALORAÇÃO DA PAISAGEM	2007	UNESP		LD	epistemologia	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
Lindo, Paula Vanessa de Faria	Uma Crítica Geográfica ao Conceito de Território na PNAS: por um diálogo entre Geografia e Serviço Social	2015	UNESP	Everaldo Santos Melazzo	D	epistemologia	geografia	Porto Gonçalves	Haesbaert			9	caráter geográfico	michotte; lacoste
Fernandes, Bernardo Mançano	CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico	2013	UNESP		LD	epistemologia	geografia	Santos				6	caráter geográfico	lacoste; michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Campos, Rui Ribeiro de	A DIMENSÃO POPULACIONAL NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO	2004	UNESP	Odeibler Santo Guidugli	D	epistemologia	geografia					3	caráter geográfico	lacoste
Silva, Ana Cristina da	O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI : o território na trama das significações imaginárias	2010	UNESP	Eda Maria Góes	D	história do pensamento geográfico	geografia	Lacoste				5	caráter espacial	lacoste
ARAÚJO, GILVAN CHARLES CERQUEIRA DE	EDENISMO E IDEOLOGIA ESPACIAL NO IMAGINÁRIO BRASILEIRO (1930-1986)	2016	UNESP	Paulo Roberto Teixeira de Godoy	D	história do pensamento geográfico	geografia	Martins	Dardel			13	realidade geográfica	michotte
ALVES, FLAMARION DUTRA	TRAJETÓRIA TEÓRICO-METODOLÓGICA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA BRASILEIRA: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009	2010	UNESP	Enéas Rente Ferreira	D	história do pensamento geográfico	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
Cavalcante, Tiago Vieira	Geografia literária em Rachel de Queiroz	2016	UNESP	Lívia de Oliveira	D	literatura	geografia	Dardel	Tuan	Relph		16	ligação homem-Terra	dardel
GRACIOLI, FILIPE RAFAEL	A IDENTIDADE NACIONAL E A FORMAÇÃO DO ESPAÇO-NAÇÃO NA EXPERIÊNCIA LITERÁRIA DA GEOGRAFIA DE DONA BENTA, DE MONTEIRO LOBATO	2013	UNESP	João Pedro Pezzato	M	literatura	educação	Dardel	Lívia de Oliveira			7	ligação homem-Terra	dardel
Marandola, Janaina de Alencar Mota e Silva	Caminhos de morte e de vida : o rio Severino de João Cabral de Melo Neto	2007	UNESP	Lívia de Oliveira	M	literatura	geografia	Dardel	Marandola			13	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
GRACIOLI, FILIPE RAFAEL	LÍNGUA, LITERATURA E GEOGRAFIA UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA DA GEOGRAFIA DE DONA BENTA DE MONTEIRO LOBATO E DO LE TOUR DE LA FRANCE PAR DEUX ENFANTS DE G. BRUNO	2018	UNESP	João Pedro Pezzato	D	literatura	educação	Dardel				45	relação homem-meio	dardel
BALDASSARINI, JÉSSICA DE SOUSA	CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DAS DINÂMICAS DE PERDA DE SOLO POR MEIO DE TÉCNICAS DIRETAS E INDIRETAS DE ESTIMAÇÃO EM PROPRIEDADES RURAIS DE GETULINA E VERA CRUZ - SP	2016	UNESP	João Osvaldo Rodrigues Nunes	M	pedologia	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Netto, Marcos Mergarejo	A GEOGRAFIA DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	2011	UNESP	Lívia de Oliveira	D	percepção e vivência	geografia	Claval				3	relação homem-meio	dardel
RAYEL, RENATA SALGADO	A LINGUAGEM DOS SINOS EM DIAMANTINA (MG): ROTAS TURÍSTICAS NA PAISAGEM SONORA	2016	UNESP	Solange Terezinha de Lima Guimarães	D	percepção e vivência	geografia	Claval				1	realidade geográfica	lacoste
Passos, Thiago de Moraes dos	Habitando o Patrimônio Arquitetônico: os curadores de Paranapiacaba, Santo André, SP	2016	UNESP	Neide Barrocá Faccio	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Marandola	Besse		7	ligação homem-Terra	dardel
Fortunato, Ivan	PATEO DO COLLEGIO: UM LUGAR NA CIDADE DE SÃO PAULO	2014	UNESP	Lívia de Oliveira	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Relph	Besse		40	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
MARANDOLA, HUGO LEONARDO	MARCAS-MATRIZES NA PAISAGEM DO BAIRRO RURAL ELIHU ROOT: UM TRILHAR HUMANISTA	2017	UNESP	Livia de Oliveira	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Marandola	Holzer		3	ligação homem-Terra	dardel
Silva, Elisabete de Fátima Farias	Entre corpos e lugares : experiências com a Congada e o Tambu em Rio Claro/SP	2016	UNESP	Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer	Marandola		41	relação homem-meio	dardel; moreira
Chiapetti, Rita Jaqueline Nogueira	NA BELEZA DO LUGAR, O RIO DAS CONTAS INDO... AO MAR	2009	UNESP	Livia de Oliveira	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Besse			14	ligação homem-Terra	dardel
GOMES, ANA CAROLINA RIOS	GEOGRAFIA, PATRIMÔNIO E DIVERSIDADE CULTURAL: LINGUAGEM AUDIOVISUAL EM AÇÕES EDUCATIVAS	2016	UNESP	Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer			12	ligação homem-Terra; relação homem-meio	dardel; moreira
Gonçalves, Thiago Rodrigues	O lugar-samba no Bixiga: memória e identidade	2014	UNESP	Livia de Oliveira	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer			15	relação homem-meio	dardel
Bernini, Rosângela Cristina Scatolin	Comunidade e Lugar: O Caso do Horto Florestal de Limeira - SP	2004	UNESP	Pompeu Figueiredo de Carvalho	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Relph			2	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
EVANGELISTA, IZAÍRA MACHADO	UMA ANÁLISE DO ESPIRITISMO EM FORTALEZA-CE, COM ÊNFASE NA EXPANSÃO TERRITORIAL DO GRUPO ESPÍRITA PAULO E ESTEVIÃO (GEPE), NA PERSPECTIVA DE VISIBILIDADE DO ESPAÇO RELIGIOSO	2013	UNESP	Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				8	relação homem-meio	dardel; moreira
Matos, Marcelo Pereira	O RIO DE JANEIRO DAS ESCOLAS DE SAMBA: LUGAR, IDENTIDADE E IMAGEM URBANA	2005	UNESP	Solange Terezinha de Lima Guimarães	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				3	relação homem-meio	dardel
Pazetti, Henrique Albiero	A região do Médio Tietê e os primeiros acordes paulistas: o Cururu	2014	UNESP	Livia de Oliveira	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				13	relação homem-meio	dardel; moreira
Colabardini, Marlene de Fátima Theodoro	São João da Boa Vista: a paisagem geográfica da Serra da Mantiqueira	2003	UNESP	Livia de Oliveira	M	percepção e vivência	geografia	Relph				1	relação homem-meio	dardel
Castro, Danilo Martins de	As Dinâmicas Sócio-Espaciais nos bairros operários da Capital Paulista	2010	UNESP	Fadel David Antônio Filho	M	percepção e vivência	geografia					1	relação homem-meio	dardel
Santos, Emmanuel Raimundo Costa	Amazônia Setentrional Amapaense : do “mundo” das águas às florestas protegidas	2012	UNESP	Rosangela Aparecida de Medeiros de Hespanhol	D	percepção e vivência	geografia					2	relação homem-meio	dardel; moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Melchior, Lirian	Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades: a constituição da rede nipo-brasileira em Ourinhos (SP) e no Japão	2008	UNESP	Eliseu Savério Sposito	D	percepção e vivência	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Gomes, Marquiana de Freitas Vilas Boas	Trajatória Ambiental de Guarapuava: leituras da paisagem	2009	UNESP	João Osvaldo Rodrigues Nunes	D	percepção e vivência	geografia					1	realidade geográfica	michotte
Torrezan, Rosiane Morais	Lugar e Comunidades no Jardim Morada do Sol e Parque Residencial Francisco Belo Galindo : Análise a partir de uma Estratégia de Educação de Jovens e Adultos	2014	UNESP	Nécio Turra Neto	D	percepção e vivência	geografia					4	relação homem-meio	moreira
Hauresko, Cecilia	ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE: O lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis – PR)	2009	UNESP	Enéas Rente Ferreira	D	percepção e vivência	geografia					1	relação homem-meio	moreira
Castilho, Dinah Eliana Gimenes	O CURURU – uma manifestação folclórica caipira – e Sua Sobrevivência Frente à GLOBALIZAÇÃO	2004	UNESP	João Afonso Zavattini	M	percepção e vivência	geografia					1	relação homem-meio	moreira
Turra Neto, Nécio	Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade	2008	UNESP	Maria Encarnação Beltrão Sposito	D	percepção e vivência	geografia					1	realidade geográfica	
Santos, Maria Auxiliadora Ferreira dos	Outra banda: lugar de quem?	2013	UNESP	Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza	D	percepção e vivência	geografia					1	relação espacial	

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Heck, Fernando Mendonça	O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense	2017	UNESP	Marcelo Dornelis Carvalho	D	produção do espaço	geografia	Moreira	Martins			8	relação homem-meio	moreira; martins
ALBUQUERQUE, FRANCISCO NATANIEL BATISTA DE	RECURSO NATURAL, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL: MINERAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE TERRAS NA DEPRESSÃO INTERPLANÁLTICA SEMIÁRIDA DO ALTO COREAÚ (CE)	2015	UNESP	Archimedes Perez Filho	D	produção do espaço	geografia	Moreira				4	caráter geográfico	lacoste
Cunha, Tássio Barreto	Do Oculto ao Visível: Terra- Água-Trabalho e o Conglomerado Territorial do Agrohidronegócio no Oeste da Bahia	2017	UNESP	Marcelo Dornelis Carvalho	D	produção do espaço	geografia	Moreira				2	caráter geográfico	lacoste
Bezerra, Juscelino Eudâmidas	A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho	2012	UNESP	Antonio Thomaz Júnior	D	produção do espaço	geografia	Moreira				10	relação homem-meio	moreira
Whitacker, Guilherme Magon	Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro. Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista	2017	UNESP	Eduardo Paulon Girardi	D	produção do espaço	geografia	Moreira				3	relação homem-meio	moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
GARCÍA, MARÍA FRANCO	A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GÊNERO. Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema	2004	UNESP	Antonio Thomaz Júnior	D	produção do espaço	geografia	Moreira				4	caráter geográfico	michotte; moreira
Gonçalves, Gabriel Alexandre	A Territorialização do uso e controle da água a partir da abertura à participação do capital privado na SABESP	2017	UNESP	Marcelo Dornelis Carvalho	M	produção do espaço	desenvolvim ento territorial	Moreira				4	relação homem-meio	moreira; martins
MARINHO, ROGÉRIO SOUZA	PEQUENAS CIDADES DO NORDESTE DO PARÁ: MARITIMIDADES DA AMAZÔNIA	2017	UNESP	Nécio Turra Neto	D	produção do espaço	geografia					1	ligação homem-Terra	dardel
Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana de	A PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO DE JOÃO PESSOA-PB	2008	UNESP	Eliseu Savério Sposito	D	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
DINIZ, RAPHAEL FERNANDO	DIÁLOGO DE SABERES OU MONÓLOGO DO CONHECIMENTO? AÇÃO EXTENSIONISTA E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO VALE DO JEQUITINHONHA MINEIRO	2018	UNESP	Antonio Nivaldo Hespanhol	D	produção do espaço	geografia					2	caráter geográfico	lacoste; michotte
Eduardo, Márcio Freitas	TRANSFORMANDO TERRA EM TERRITÓRIO: construção e dinâmica do sistema local territorial agroecológico em Francisco Beltrão, Paraná	2014	UNESP	Marcos Aurelio Saquet	D	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
DAMBRÓS, CRISTIANE	ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E PAISAGEM RURAL – O POTENCIAL MULTIFUNCIONAL DAS PEQUENAS PROPRIEDADES EM BROTAS E RIO CLARO/SP	2016	UNESP	Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira	D	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Cubas, Tiago Egidio Avanço	O SÃO PAULO AGRÁRIO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO	2017	UNESP	Clifford Andrew Welch	D	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	michotte
Zangalli Junior, Paulo Cesar	O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e os sujeitos sociais	2018	UNESP	João Lima Sant'Anna Neto	D	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Mendes, Leonardo de Oliveira	Expansão do capital, territorialidade do trabalho e as respostas do SENAI em Catalão- GO, no século XXI : uma contribuição à geografia do trabalho	2007	UNESP	Antonio Thomaz Júnior	M	produção do espaço	geografia					3	caráter geográfico	michotte
Silva Junior, Roberto França da	Geografia de redes e da logística no transporte rodoviário de cargas : fluxos e mobilidade geográfica do capital	2004	UNESP	Eliseu Savério Sposito	M	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	michotte
MENDONÇA, MARCELO RODRIGUES	A URDIDURA ESPACIAL DO CAPITAL E DO TRABALHO NO CERRADO DO SUDESTE GOIANO	2004	UNESP	Antonio Thomaz Júnior	D	produção do espaço	geografia					3	relação homem-meio	moreira

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
BORELLI FILHO, DORIVAL	A MONOPOLIZAÇÃO TERRITORAL E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA	2014	UNESP	José Gilberto de Souza	D	produção do espaço	geografia					1	relação homem-meio	moreira; martins
Grotta, Carlos Alberto Diniz	O TRANSPORTE URBANO E A CIRCULAÇÃO NA ABORDAGEM ESPACIAL: ANÁLISE DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO DA REGIÃO DO ABCD, GRANDE SÃO PAULO	2005	UNESP	Sílvia Selingardi Sampaio	D	produção do espaço	geografia					3	relação homem-meio	
Leal, Gleison Moreira	Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio- SP	2003	UNESP	Bernardo Maçano Fernandes	M	produção do espaço	geografia					1		
Berg, Tiago José	Território, cultura e regionalismo: aspectos Geográficos em símbolos estaduais brasileiros	2009	UNESP	Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira	M	simbolismo geográfico	geografia					3	caráter geográfico	michotte
Galvão Filho, Carlos Eduardo Pontes	Por abismos... casas... mundos... a geosofia como narrativa fenomenológica da geografia	2016	UNICA MP	Eduardo José Marandola Junior	M	epistemologia	geografia	Dardel	Marandola			111	ligação homem-Terra	dardel
Dal Gallo, Priscila Marchiori	A ontologia da Geografia à luz da obra de arte : o embate Terra- mundo em "Out of Africa"	2015	UNICA MP	Eduardo José Marandola Junior	M	literatura	geografia	Dardel	Marandola	Holzer		54	ligação homem-Terra	holzer

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Marandola Junior, Eduardo José	Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana	2008	UNICA MP	Daniel Joseph Hogan	D	percepção e vivência	geografia	Dardel	Holzer	Martins		22	ligação homem-Terra	dardel
Bernal Arias, Diana Alexandra	A rosa do deserto: hidropoéticas do lugar no habitar contemporâneo	2015	UNICA MP	Eduardo José Marandola Junior	M	percepção e vivência	geografia	Dardel	Marandola			22	ligação homem-Terra	dardel
Léo, Otavio Cabrera De	O lugar do lixo na cidade de São Paulo, a gestão territorial e a contribuição geográfica	2006	USP	Reinaldo Paul Pérez Machado	M	cartografia	geografia	Martins				2	realidade geográfica	
Macêdo, Marta de Paiva	Escala de análise e cartografia	2009	USP	Marcello Martinelli	D	cartografia	geografia					4	caráter geográfico	michotte
Monteiro, Juliana Pereira de Andrade	Do lugar à geograficidade e à consciência geográfica	2013	USP	Elvio Rodrigues Martins	M	cinema	geografia	Dardel	Martins	Moreira		120	relação homem-meio	dardel
Machado, Antonio Jaschke	Distribuição espacial do fluxo radiativo em ondas longas na Região Metropolitana de São Paulo	2009	USP	Tarik Rezende de Azevedo	D	climatologia	geografia					1	relação homem-meio	
Myanaki, Jacqueline	Geografia e arte no ensino fundamental	2008	USP	Regina Araújo de Almeida	D	educação	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
Oliveira, Carlos Augusto de	A musealização do território: uma aproximação entre geografia, educação e museologia na Cohab Raposo Tavares	2016	USP	Maria Cristina Oliveira Bruno	M	educação	museologia	Dardel				4	ligação homem-Terra	dardel
Santana Filho, Manoel Martins de	A educação geográfica escolar: conteúdos e referências docentes	2010	USP	Sonia Vanzella Castellar	D	educação	geografia	Martins				15	realidade geográfica	moreira
Castro, Nair Apparecida Ribeiro de	O lugar do turismo na ciência geográfica	2006	USP	Regina Araújo de Almeida	D	educação	geografia					1	caráter geográfico	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Paladim Júnior, Heitor Antônio	Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xakriabá no Norte de Minas Gerais	2010	USP	Sonia Vanzella Castellar	D	educação	geografia					1	caráter geográfico	michotte
KAERCHER, NESTOR ANDRÉ	A geografia escolar na prática docente	2004	USP	Sonia Vanzella Castellar	D	educação	geografia					2	realidade geográfica	michotte; lacoste
Giroto, Eduardo Donizeti	Escola, lugar e poder: as aventuras de um professor-pesquisador entre o subúrbio e a periferia	2009	USP	Glória da Anunciação Alves	M	educação	geografia					2	relação homem-meio	moreira
Moragas, Rosana Alves Ribas	O (re) significar o lugar no ensino de geografia em Goiás: por meio da poesia de Cora Coralina	2017	USP	Glória da Anunciação Alves	D	educação	geografia					1	realidade geográfica	
Leal, Fabiana Machado	Coordenadas geográficas: ser-no-mundo	2010	USP	Elvio Rodrigues Martins	M	epistemologia	geografia	Dardel	Martins			5	relação homem-meio	dardel; martins
Camacho, Adilson Rodrigues	A geografia no nascimento do mundo: existência e conhecimento	2008	USP	Amalia Inés Geraiges Lemos	M	epistemologia	geografia	Dardel				1	ligação homem-Terra	dardel
Menezes, Sócrates Oliveira	O trabalho nas fissuras da crítica geográfica	2016	USP	Manoel Fernandes Sousa Neto	D	epistemologia	geografia	Martins	Moreira			31	relação homem-meio	martins; moreira
Fierz, Marisa de Souto Matos	As abordagens sistêmica e do equilíbrio dinâmico na análise da fragilidade ambiental do litoral do estado de São Paulo	2008	USP	Jurandyr Luciano Sanches Ross	D	geomorfologia	geografia					1	caráter geográfico	michotte

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Custodio, Christiane Teodoro	A pólis como coisa: relações entre a materialidade da cidade, instituições e práticas aristocráticas no Mediterrâneo Ocidental Arcaico (1000 - 600 a.C.)	2017	USP	Elaine Farias Veloso Hirata	D	história	arqueologia	Martins	Moreira	Martins		10	realidade geográfica	
Pereira, Carolina Machado Rocha Busch	Geografias de mundo reveladas nas canções de Chico Buarque	2013	USP	Francisco Capuano Scarlato	D	literatura	geografia	Dardel	Holzer	Marandola		9	relação homem-meio	dardel
Marinho, Samarone Carvalho	Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica	2010	USP	Júlio César Suzuki	D	literatura	geografia	Dardel	Martins			126	relação homem-meio	dardel
Santos, Alessandro Barnabé Ferreira	Jorge de Sena e a Peregrinação Infecta	2017	USP	Mônica Muniz de Souza Simas	M	literatura	letras	Dardel				10	ligação homem-Terra	dardel
Magni, Carlos Alberto	Discurso da paisagem em Luis Martins: imaginário geográfico nas crônicas de São Paulo	2008	USP	Adilson Avansi de Abreu	D	literatura	geografia					17	caráter geográfico; realidade geográfica	dardel
Rüsche, Roberto	A paisagem como experiência estética da natureza	2015	USP	Vladimir Bartalini	M	percepção e vivência	arquitetura	Dardel	Besse			4	ligação homem-Terra	dardel
Pastore, Júlio Barêa	O Cerrado enquanto paisagem	2014	USP	Vladimir Bartalini	D	percepção e vivência	arquitetura	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel
Figueiredo, Luiz Afonso Vaz de	Cavernas como paisagens racionais e simbólicas	2010	USP	Sueli Angelo Furlan	D	percepção e vivência	geografia	Dardel				12	ligação homem-Terra	dardel
GONÇALVES, LEANDRO FORGIARINI DE	O estudo do lugar sob o enfoque da geografia humanista: um lugar chamado avenida Paulista	2010	USP	Adyr Aparecida Balastrieri Rodrigues	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				3	ligação homem-Terra	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Santos, Maris Tereza Pereira dos	Mapas mentais na percepção dos moradores do Baixio, Iranduba/MA	2011	USP	Elvio Rodrigues Martins	M	percepção e vivência	geografia	Dardel				31	ligação homem-Terra	dardel; michotte
Oliveira, Natallye Lopes Santos	Ensaio de uma experiência ontológica na geografia de Jorge Amado	2017	USP	Elvio Rodrigues Martins	D	percepção e vivência	geografia	Martins	Dardel	Moreira	Besse	136	relação homem-meio	dardel
Silva, Patrícia Paula da	A geografia das religiões afro- brasileiras em Itu-SP	2012	USP	Elvio Rodrigues Martins	M	percepção e vivência	geografia					2	caráter geográfico	lacoste
Figueiredo, Alessandro Farage	Eleições e território	2013	USP	Elizabeth Balbachevsk y	D	percepção e vivência	ciência política					12	relação homem-meio	moreira
Saura, Soraia Chung	Planeta dos boieiros	2008	USP	Kátia Rubio	D	percepção e vivência	educação					1	realidade geográfica	
Laurentiis, Laura Barzagli de	Moradores-em-ação: constituição da paisagem no bairro Ribeirão Verde, em Ribeirão Preto-SP	2010	USP	Vladimir Bartalini	M	produção do espaço	arquitetura	Dardel				1	ligação homem-Terra	dardel
Damião, Pedro Luiz	A resignificação do espaço: produção e circulação de cultura contra-hegemônica nas periferias da cidade de São Paulo	2014	USP	Francisco Capuano Scarlatto	M	produção do espaço	geografia	Dardel				2	relação homem-meio	dardel
Almeida, Cecília Cardoso Teixeira de	O grande ABC paulista: o fetichismo da região	2008	USP	André Roberto Martin	D	produção do espaço	geografia	Martins				10	realidade geográfica	martins
Cardoso Junior, Amadeu	A dimensão geográfica da internet no Brasil e no mundo	2008	USP	Elvio Rodrigues Martins	M	produção do espaço	geografia	Martins				10	realidade geográfica	
Soares, Fagno da Silva	Escravos na Amazônia	2017	USP	Júlio César Suzuki	D	produção do espaço	geografia	Santos				6	realidade geográfica	
Nogueira, Amauri Tadeu Barbosa	Assentamentos rurais do MST	2012	USP	Júlio César Suzuki	D	produção do espaço	geografia					1	relação homem-meio	dardel

autor	título	ano	univer- sidade	orienta- dor(a)	M / D	linha de pesquisa	área	autor I	autor II	autor III	autor IV	repetições do termo	analogia	autor identificado
Santos, Jânio Roberto Diniz dos	A territorialização dos conflitos e das contradições	2009	USP	Léa Francesconi	D	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	lacoste
Centelhas, João Paulo Rabello de Castro	O zapatismo e a geografia histórica das comunidades indígenas mesoamericanas	2017	USP	Elvio Rodrigues Martins	D	produção do espaço	geografia					1	relação homem-meio	martins
Santos, Alberto Pereira dos	Geopolítica das igrejas e anarquia religiosa no Brasil	2011	USP	José William Vesentini	D	produção do espaço	geografia					2	caráter geográfico	michotte
Costa, De Leon Petta Gomes da	Tráfico de seres humanos como ameaça na política internacional	2012	USP	André Roberto Martin	M	produção do espaço	geografia					1	caráter geográfico	michotte
Santos Junior, Washington Ramos dos	Os filhos de Medusa e a involução urbana do Rio de Janeiro	2011	USP	Amalia Inés Geraiges Lemos	M	produção do espaço	geografia					1	relação homem-meio	moreira
Silva, Ricardo Gilson da Costa	Dinâmicas territoriais em Rondônia	2010	USP	Maria Mónica Arroyo	D	produção do espaço	geografia					2	realidade geográfica	
Ribeiro, Joaquim Hudson de Souza	Espaços violados: uma leitura geográfica e psicossocial da violência sexual infanto-juvenil na área urbana de Manaus-MA (2006-2010)	2011	USP	Rosa Ester Rossini	D	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	
Lima, Layanna Giordana Bernardo	Os Akwe-Xerente no Tocantins	2017	USP	Ariovaldo Umbelino de Oliveira	D	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	
Fernandes, Evandro Noro	Reprodução de pequenos agricultores no espaço metropolitano paulistano	2008	USP	Júlio César Suzuki	M	produção do espaço	geografia					1	realidade geográfica	

APÊNDICE B

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
NOGUEIRA, Amélia Regina Batista		LUGAR E CULTURA: a produção da vida no Careiro da Várzea-AM	2007	ACTA Geográfica	UFRR	UFAM	P	percepção e vivência	Dardel			4	ligação homem-Terra	dardel
Pantoja, Wallace Wagner Rodrigues	Oliveira, Angela Nunes de	Os filhos de adão - vicinais transamazônicas como entrelugares	2017	Anpege		UnB	D	percepção e vivência	Dardel			11	relação homem-meio	dardel
Seemann, Jörn		Geografia, geograficidade e a poética do espaço: Patativa do Assaré e as paisagens da região do Cariri (Ceará)	2007	Ateliê Geográfico	UFG	URCA	P	literatura	Dardel	Holzer		6	ligação homem-Terra	dardel
Ribeiro, Emerson	Soares, Anael Ribeiro	ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NA OBRA TERRAS DO SEM FIM, DE JORGE AMADO	2014	Boletim de Geografia	UEM	URCA	P	literatura				1	realidade geográfica	
Fortunato, Ivan		O Largo Pateo do Collegio e o súbito encanto com o lugar	2017	Caderno de Geografia	PUC-MG	UNESP	P	percepção e vivência	Dardel	Relph		12	ligação homem-Terra	dardel
Cavalcante, Tiago Vieira		Os lugares de Rachel de Queiroz: geograficidade e patrimônio	2014	Caminhos de Geografia	UFU	UNESP	D	literatura	Dardel			3	ligação homem-Terra	dardel
HOLZER, WERTHER		SOBRE TERRITÓRIOS E LUGARIDADES	2013	Cidades	UNESP	UFF	P	epistemologia	Dardel	Holzer		6	relação homem-meio	holzer
Oliveira, Christian Dennys Monteiro de	Souza, José Arilson Xavier de	A "geograficidade" das formas simbólicas: o santuário de Fátima da Serra Grande em análise	2010	Confins	FR/BR	UFC	P	percepção e vivência	Dardel			8	relação homem-meio	dardel
Gandara, Gercinair Silvério		Rios: território das águas às margens das cidades: o caso dos rios de Uruaçu-GO	2017	Confins	FR/BR	UEG	P	percepção e vivência	Holzer			1	relação homem-meio	holzer
Burgeile, Odete	Santos, Ednaldo Tartaglia	O deslocamento espacial de imigrantes haitianos: da desterritorialização à reterritorialização	2017	Confins	FR/BR	UNIR	P	produção do espaço				1	relação homem-meio	dardel

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
Ribeiro, Guilherme		A geografia na formação do território francês: capítulos braudelianos de história do pensamento geográfico	2010	Confins	FR/BR	UFF	P	HPG				1	caráter geográfico	lacoste
LAITANO, Gisele Santos		OS TERRITÓRIOS, OS LUGARES E A SUBJETIVIDADE: CONSTRUINDO A GEOGRAFICIDADE PELA ESCRITA NO MOVIMENTO HIP HOP, NO BAIRRO RESTINGA, EM PORTO ALEGRE/RS	2004	Espaço e Cultura	UERJ	UFRGS	D	percepção e vivência	Relph			8	relação homem-meio	holzer
Gracioli, Filipe Rafael	Gracioli, Michel Ricardo	EM DEFESA DO DIÁLOGO CIÊNCIA-LITERATURA: UMA CONVERSA ENTRE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS E MONTEIRO LOBATO	2015	Estudos Geográficos	UNESP	UNESP	D	literatura	Dardel			8	relação homem-meio	dardel
Katuta, Ângela Massumi		AS IMAGENS NA GEOGRAFIA: COORDENADAS SEMIÓTICAS PARA A COMPREENSÃO DA ORDENAÇÃO DOS LUGARES	2012	Estudos Geográficos	UNESP	UFPR	P	epistemologia	Moreira			68	relação homem-meio	moreira
Pantoja, Wallace Wagner Rodrigues	Reis, Herique Heber dos Santos	Transamazônia: vamos ao campo? Senso comum douto e morte do viver	2016	Geo	UERJ	UnB	D	educação	Dardel			3	relação homem-meio	dardel
Reis, Luis Carlos Tosta dos	Mendonça, Márcio José	Histórias em quadrinhos: um campo recente da pesquisa em geografia sobre conflitos	2015	Geo	UERJ	UFES	P	literatura				3	caráter geográfico	michotte

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
Marandola Jr., Eduardo		Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência	2012	Geografia	UNESP	Unicamp	D	epistemologia	Dardel	Holzer	Relph	9	ligação homem-Terra	dardel
HOLZER, WERTHER		A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger	2010	Geografia	UNESP	UFF	P	epistemologia	Dardel			10	relação homem-meio	dardel
OLIVEIRA, Livia de	Marandola Jr., Eduardo	Geograficidade e espacialidade na literatura	2009	Geografia	UNESP	UNESP	P	literatura	Dardel			21	ligação homem-Terra	dardel
GRATÃO, Lúcia Helena Batista	CHIAPETTI, Rita Jaqueline Nogueira	A poética n'as curvas do rio: a imaginação geográfica no Rio Cachoeira	2010	Geografia	UNESP	UEL	P	literatura	Dardel			6	ligação homem-Terra	dardel
Marandola Jr., Eduardo		Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness, de Edward Relph	2016	Geografia	UNESP	Unicamp	P	epistemologia				1	relação homem-meio	dardel
DE PAULA, Fernanda Cristina		Geografia humanista e fenomenologia: contribuições francófonas no l'espace géografaphique	2014	Geografia	UNESP	Unicamp	M	HPG				1	ligação homem-Terra	dardel
Marandola, Janaina A. M. Silva		O geógrafo e o romance: aproximações com a cidade	2006	Geografia	UNESP	UNESP	M	literatura				2	relação homem-meio	dardel
PEZZATO, João Pedro	GRACIOLI, Filipe Rafael	Aproximações entre Monteiro Lobato e a relação geografia-literatura infantil na Espanha dos 1900	2014	Geografia	UNESP	UNESP	P	literatura				4	ligação homem-Terra	dardel
Marandola Jr., Eduardo		Mapeando "Londrinás": imaginário e experiência urbana	2008	Geografia	UNESP	Unicamp	D	percepção e vivência				1	relação homem-meio	dardel
GRATÃO, Lúcia Helena Batista		O "olhar" a cidade pelos "olhos" das águas	2008	Geografia	UNESP	UEL	P	percepção e vivência				1	ligação homem-Terra	dardel

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
Marandola Jr., Eduardo		Uma ontologia geográfica dos riscos	2004	Geografia	UNESP	Unicamp	D	epistemologia				2	relação homem-meio	holzer
GARCIA, Ricardo Alexandrino	LOBO, Carlos Fernando Ferreira	Centralidade e mobilidade espacial da população: uma proposta de identificação de perfis regionais	2014	Geografia	UNESP	UFMG	P	produção do espaço				1	caráter geográfico	michotte
FLORIANI, Nicolas	CARVALHO, Silvia Méri	Saber ecológico tradicional de um território faxinalense: imaginários de fertilidade e práticas da sociobiodiversidade na paisagem das 'terras de plantar'	2014	Geografia	UNESP	UEPG	P	produção do espaço				3	relação homem-meio	moreira
Silveira, Heitor Matos da		O sentimento na música: o sertão nordestino de Luiz Gonzaga em Asa Branca	2014	Geograficidade	UFF	UEL	G	música	Dardel	Holzer		4	ligação homem-Terra	dardel
Palhares, Virgínia de Lima		Uma geografa hedonista dos saberes e dos sabores	2014	Geograficidade	UFF	UFMG	P	percepção e vivência	Dardel	Marandola		5	relação homem-meio	dardel
Monteiro, Juliana Pereira de Andrade		Da representação à consciência geográfica: o Locus, a existência e o filme	2012	Geograficidade	UFF	USP	M	epistemologia	Dardel	Martins	Moreira	36	relação homem-meio	dardel
Itaborahy, Nathan Zanzoni		Imagens geográficas dos caminhos da pesquisa: confissões espacializadas	2013	Geograficidade	UFF	UFMG	M	percepção e vivência	Dardel			4	ligação homem-Terra	dardel
Carneiro, Leonardo de Oliveira		Geograficidades sagradas na Vila Momosa: um mercado de corpo e de alma?	2013	Geograficidade	UFF	UFJF	P	percepção e vivência	Dardel			17	ligação homem-Terra	dardel
Silva, Valéria Cristina Pereira da		A janela calendoscópica: educação e sensibilidade através da geografa da arte	2012	Geograficidade	UFF	UFG	P	educação				1	ligação homem-Terra	dardel
Netto, Marcos Mergarejo		O Mercado Central de Belo Horizonte: entre queijos e sabores	2012	Geograficidade	UFF	UNESP	D	percepção e vivência				2	relação homem-meio	dardel

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
Moreira, Ruy		Marxismo e Geografia	2004	GEOgraphia	UFF	UFF	P	epistemologia	Moreira			23	relação homem-meio	moreira
Silva, Carlos Alberto Franco da	Silva, Michéle Tancman Candido da	A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço: uma Nota	1999	GEOgraphia	UFF	UFF	P	epistemologia				4	realidade geográfica	
OLIVEIRA, MÁRCIO PIÑON DE		Um Conceito de Cidadania para se Trabalhar a Cidade	1999	GEOgraphia	UFF	UFF	P	epistemologia				4	realidade geográfica	
GRATÃO, Lúcia Helena Batista	Marandola Jr., Eduardo	Sabor da, na e para Geografia	2011	Geosul	UFSC	UEL	P	percepção e vivência	Dardel	Relph	Marandola	9	ligação homem-Terra	dardel
Pantoja, Wallace Wagner Rodrigues		Educação do Campo à beira da “Faixa”: A (in)existência do lugar como espacialização do fenômeno	2015	GeoTextos	UFBA	UnB	D	percepção e vivência	Dardel			13	relação homem-meio	dardel
Serpa, Angelo Szaniecki Perret		Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico	2017	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UFBA	P	epistemologia	Dardel	Relph		5	ligação homem-Terra	dardel
Oliveira, Christian Dennys Monteiro de	Cavalcante, Tiago Vieira	O estudo da terra como lar das pessoas	2009	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UFC	P	epistemologia	Dardel	Tuan		2	ligação homem-Terra	dardel
Serpa, Angelo Szaniecki Perret		Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico	2013	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UFBA	P	epistemologia	Dardel			1	ligação homem-Terra	dardel
Marandola Jr., Eduardo	Dal Gallo, Priscila Marchiori	O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografia	2015	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	Unicamp	P	epistemologia	Dardel			11	relação homem-meio	dardel
Brum, Jean Lucas da Silva		Por uma interpretação humanista da relação entre lugar e mobilidade	2017	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UERJ	M	epistemologia				1	relação homem-meio	dardel

autor i	autor ii	título	ano	revista	universidade	alma matter	M / D / P	linha de pesquisa	autor I	autor II	autor III	repetições do termo	analogia	autor relacionado
Lima, Luiz Cruz	Cavalcante, Leandro Vieira	Epistemologia da Geografia e espaço geográfico: a contribuição teórica de Milton Santos	2018	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UECE	P	epistemologia				2	caráter geográfico	michotte
Silva, Joseli Maria	Gomes, Fernando Bertani	Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino	2017	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UEPG	P	produção do espaço				1	caráter geográfico	michotte
Tavares, Maria Goretti da Costa		A amazônia Brasileira: Formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI	2011	GEOUSP - Espaço e Tempo	USP	UFPA	P	produção do espaço				1	caráter geográfico	michotte
CARVALHO, Caê Garcia		Experiências Religiosas e Dimensão Espacial	2018	Mercator	UFC	UFBA	M	percepção e vivência	Dardel			11	relação homem-meio	dardel
Armond, Núbia Beray	Fante, Karime Pechutti	ONDAS DE FRIO E ENFERMIDADES RESPIRATÓRIAS: ANÁLISE NA PERSPECTIVA DA VULNERABILIDADE CLIMÁTICA	2016	Revista do DG	USP	UNESP	D	climatologia				1	caráter geográfico	lacoste
Cardoso, Diogo da Silva		Mulheres Fortes e com Estilo: Protagonismo musical e territorialidades femininas no movimento underground cristão	2012	Revista Latino-americana de Geografia e Gênero	UFPG	UFRJ	D	percepção e vivência				1	realidade geográfica	
Suertegaray, Dirce Maria Antunes		Espaço geográfico uno e múltiplo	2001	Scripta Nova	UB	UFRGS	P	epistemologia	Relph			1	relação homem-meio	dardel
Vlach, Vânia Rubia Farias		Acerca da Geografia, da Política, da Geograficidade: fragmentos metodológicos	1999	Sociedade & Natureza	UFU	UFU	P	epistemologia	Lacoste			5	caráter geográfico	lacoste